

JÚLIA AMABILE APARECIDA DE SOUZA PINTO

**HISTÓRIA E PATRIMÔNIO AMBIENTAL: UM ESTUDO DA FLORESTA
ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE, RIO CLARO - SP (1974-2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História e Historiografia

Orientador: Profa. Dra. Claudia Regina Plens

**GUARULHOS
2018**

PINTO, Júlia Amabile Aparecida de Souza Pinto.

História e Patrimônio Ambiental: Um Estudo Sobre a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro – SP (1974-2002)/ Júlia Amabile Aparecida de Souza Pinto. – Guarulhos, 2018. 177f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Claudia Regina Plens.

Título em inglês: History and Environmental Heritage: A Study of the State Floresta Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro – SP (1974-2002)

1. História. 2. História Ambiental. 3. Preservação da Natureza. 4. Cultura e Natureza. I. Plens, Claudia Regina. II. História e Patrimônio Ambiental: Um Estudo Sobre a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro – SP (1974-2002).

JÚLIA AMABILE APARECIDA DE SOUZA PINTO

**HISTÓRIA E PATRIMÔNIO AMBIENTAL: UM ESTUDO DA FLORESTA
ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE, RIO CLARO - SP (1974-2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História e Historiografia

Orientador: Profa. Dra. Claudia Regina Plens

Aprovado em: 09/03/2018

Profa. Dra. Orientadora Claudia Regina Plens
Universidade Federal de São Paulo

Profa. Dra. Silvia Helena Zanirato
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Janes Jorge
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho representa o esforço pessoal de retorno a universidade e a pesquisa após cinco anos me dedicando exclusivamente à docência na rede pública estadual. Não teria se tornado uma realidade sem o apoio de muitas pessoas, as quais aproveite o espaço para manifestar meus agradecimentos.

Em primeiro lugar agradeço minha orientadora, Profa. Dra. Claudia Regina Plens, pela paciência, atenção e orientação nesse processo.

Quero manifestar minha profunda gratidão ao Prof. Dr. Janes Jorge pelo incentivo, apoio, contribuições na qualificação e pela confiança depositada quando participei da organização dos Seminários do GT de História Ambiental sobre patrimônio e meio ambiente.

A professora Silvia Helena Zanirato agradeço pelas contribuições na qualificação e pareceria na organização do V Seminário do GTHA – História, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

Agradeço ao professor Fernando Atique a possibilidade de participar como monitora do PAD em sua disciplina, assim como a parceria com os colegas do mestrado, Paola e Osvaldo.

Agradeço ao professor Antônio Carlos Sarti pela rica conversa sobre o antigo horto.

Sou imensamente grata aos amigos da turma de mestrado 2015 pelo convívio durante as aulas, troca de ideias sobre história, política e pelos papéis culturais e sociais tão necessários para o bom desenvolvimento da vida acadêmica. Em especial, agradeço a amizade de César Kenzo.

A Valdenilda de Jesus (Val) pela amizade sincera e por ser minha psicóloga nas horas vagas. Obrigada pelo acolhimento em Jundiaí e carinho em momentos difíceis.

Agradeço especialmente o amigo Felipe Bueno Crispim, cuja dissertação de mestrado na UNIFESP sobre o CONDEPHAAT e a preservação das paisagens paulistas abriu muitos caminhos para esse trabalho. Obrigada por nossas conversas sobre história ambiental e patrimônio, pelas parcerias profissionais realizadas e, sobretudo, pela amizade construída a partir das nossas pesquisas.

A Vanessa Bileck pelo auxílio na organização da documentação da FEENA. A Carolina Rocha pela revisão do texto e incentivo durante o mestrado. A Arthur Côrrea

pelos livros emprestados e ajuda com contatos na UNESP de Rio Claro. A Eliana Ventura (Ly) pelas aulas de inglês para o exame de proficiência e traduções. Ao meu irmão Bruno pelo auxílio na elaboração de quadros, figuras e outros.

Agradeço a COTEC – IF por autorizar a pesquisa na sede administrativa da FEENA. Em especial sou grata aos funcionários do local que auxiliaram na busca pela documentação e forneceram importantes informações sobre a FEENA: os gestores Gabriel e Renato, o responsável pelo setor de pesquisa Sérgio, os funcionários responsáveis pelo uso público Márcia e Eric. Também agradeço os demais funcionários do espaço, cujo nomes não me recordo.

A Samitto Vargas, obrigada pelas conversas sobre a FEENA, auxílio na digitalização de documentos e na produção da figura do plano de manejo de 1985.

Aos funcionários do Arquivo Público de Rio Claro, em especial Ed e Talita, agradeço o profissionalismo, o auxílio na consulta da documentação sobre o horto que compõe o acervo do arquivo e por indicarem referências bibliográficas para essa dissertação.

A CAPES pelo financiamento concedido durante parte da realização desta pesquisa.

Agradeço especialmente a André Cressoni, por compartilhar experiências acadêmicas, pelo carinho, incentivo e amor nessa caminhada.

A minha família “vermelha”. Agradeço o amor e a compreensão durante a realização do mestrado, em especial minha mãe, Eli, que não mediu esforços para me ajudar em coisas simples do cotidiano e pela paciência que só as mães têm.

Por fim, agradeço a Universidade Pública brasileira, responsável pela minha constante formação profissional, como professora e pesquisadora. Que resista as adversidades, retrocessos e golpes do Brasil! Viva a Universidade Pública e a democracia brasileira.

A todxs meu muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação trata do estudo das relações entre natureza e sociedade, tendo como foco de análise a história da preservação de um antigo horto florestal localizado no interior do estado de São Paulo, na cidade de Rio Claro. A problemática central desse objeto reside na discussão que traz sobre a salvaguarda da natureza pelas políticas cultural e ambiental, enquanto objeto de duas tutelas que tiveram trajetórias paralelas no Brasil, mas com concepções diversas de valoração da natureza. O recorte temporal buscou compreender o período entre o processo de tombamento do horto como patrimônio paisagístico e sua classificação como Floresta Estadual, entre 1974 a 2002. Com um olhar local a história do antigo horto de Rio Claro trouxe reflexões sobre os argumentos utilizados para valorizar a natureza e sua relação com a cultura, os desafios e contradições da sua gestão após o tombamento, especialmente quando tencionadas por outros interesses, agentes locais que ora limitaram ou ampliaram sua preservação e, pelas mudanças e práticas das instituições responsáveis por sua salvaguarda, como o CONDEPHAAT, FEPASA e Secretaria do Meio Ambiente. O patrimônio ambiental no caso do antigo horto também apresentou como as discussões sobre a preservação influenciaram nas mudanças e permanências de uso que esse antigo horto teve, primeiro ligado à ferrovia e recentemente à questão ecológica. As fontes utilizadas foram o processo de tombamento, o primeiro plano de manejo de 1985, correspondências entre CONDEPHAAT, FEPASA, Instituto Florestal, relatórios e atas de reuniões e o segundo plano de manejo de 2005.

Palavras Chaves: Patrimônio Ambiental, História Ambiental, Preservação da Natureza, Horto Florestal, Cultura e Natureza.

ABSTRACT

This dissertation deals with the study of the relationships between nature and society, focusing on the history of the preservation of a former forest garden located in the interior of the state, in Rio Claro city. The central problem of this object lies in the discussion that it brings about the safeguarding of nature by the cultural and environmental policies, as object of two tutelages that had parallel trajectories in Brazil, but with diverse conceptions of nature valuation. The temporal cut has sought to understand the period between the process of listing the garden as a landscape heritage and its classification as a State Forest from 1974 to 2002. With a local look, the history of the former forest garden area of Rio Claro has brought reflections on the arguments used to value the nature and its relation to culture, the challenges and contradictions of its management after the listing, especially when envisaged by other interests, local agents that sometimes limited or sometimes expanded its preservation, and by the changes and practices of the institutions responsible for its safeguard, such as the CONDEPHAAT, FEPASA and the Forest Institute. The environmental heritage in the case of the old garden also presented how the discussions on preservation influenced the changes and permanence of use that this ancient garden had, first linked to the railroad and recently to the ecological issue. The sources used were the listing site process, the first management plan of 1985, correspondence between CONDEPHAAT, FEPASA, Forest Institute, reports and minutes of meetings and the second management plan of 2005.

Key words: Environmental Heritage, Environmental History, Nature Preservation, Forest Garden, Culture and Nature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO E FEENA NO ESTADO DE SÃO PAULO	48
Figura 2 – BOSQUE DAS SAPUCAIAS (ENTRADA FEENA).....	50
Figura 3 – O RIBEIRÃO CLARO DENTRO DA FEENA	51
Figuras 4 – TRILHA DA COLEÇÃO	52
Figura 5 – PARTE DA ÁREA DE USO PÚBLICO	53
Figura 6 – LAGO E JARDIM COM AS PALMEIRAS IMPERIAIS.....	53
Figura 7 – SEDE ADMINISTRATIVA DA FEENA.....	54
Figura 8 – SOLAR NAVARRO DE ANDRADE	54
Figura 9 – SOLAR AMARELO	55
Figura 10 – CASA DA ANTIGA COLÔNIA.....	55
Figura 11 – MUSEU DO EUCALIPTO	56
Figura 12 – CAPELA DE SANTO ANTÔNIO.....	56
Figura 13 – LOCALIZAÇÃO DA FEENA E LIMITES COM A ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO	57
Figura 14 – CRESCIMENTO URBANO DE RIO CLARO.....	58
Figura 15 – LIMITES DOS MUNICÍPIOS NA BACIA DO RIO CORUMBATAÍ	62
Figura 16 – CASA DE MÁQUINAS - USINA PARQUE DO CORUMBATAÍ	77
Figura 17 – ÁREA TOTAL DO ANTIGO HORTO EM 1916	79
Figura 18 – VISITANTES NO HORTO.....	87
Figura 19 – VISITANTES EM PASSEIO NO LAGO.....	88
Figura 20 – ÁREA DO HORTO E OS BAIRROS QUE SURGIRAM NO ENTORNO	90
Figura 21 – ZONEAMENTO DO ANTIGO HORTO DE RIO CLARO EM 1985	133
Figura 22 – ZONEAMENTO DA FEENA - 2005.....	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – PROCESSOS DE TOMBAMENTO DOS HORTOS FLORESTAIS	16
Quadro 2 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CATEGORIAS DO SNUC.....	32
Quadro 3 – ÁREAS NATURAIS TOMBADAS ENTRE 1969-1980	98
Quadro 4 – SETORES E MANEJO DO PLANO DE 1985	131
Quadro 5 – ZONEAMENTO E CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS NO PLANO DE MANEJO 2005	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – VOLUME DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR EM SÃO PAULO ENTRE 1847-1851- EM ARROBAS	71
Tabela 2 – ÁREAS DOS HORTOS FLORESTAIS DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO.....	83

LISTA DE SIGLAS

ANTs – Áreas Naturais Tombadas

APA – Área de Proteção Ambiental

CAIC - Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora

CEAPLA - Centro de Análise e Planejamento Ambiental

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente

COTEC - Comissão Técnico Científica

CPEF – Companhia Paulista de Estrada de Ferro

CRCEF - Companhia Rio Claro de Estrada de Ferro

DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro

FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.

FEENA – Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”

FF – Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IF – Instituto Florestal

PREMA – Preservação de Madeiras S.A.

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

SORIDEMA – Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente

SIEFLOR – Sistema Estadual de Florestas

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional

UC – Unidade de Conservação

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UIPN – União Internacional para a Preservação da Natureza

UNESCO – Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP –Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita”

USP –Universidade de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO	13
Caminhos Percorridos – Fontes e Metodologia	15
1. A PROTEÇÃO À NATUREZA NO ÂMBITO DA POLÍTICA AMBIENTAL E CULTURAL NO BRASIL.....	20
1.1. As primeiras áreas protegidas.....	21
1.2. Monumento Natural e o SPHAN	24
1.3. Das áreas protegidas para as Unidades de Conservação.....	27
1.3.1. Unidades de Conservação Paulistas.....	35
1.4. A preservação da natureza pelo patrimônio cultural.....	36
1.4.1. A experiência do CONDEPHAAT - SP.....	40
2. UM OLHAR DA HISTÓRIA AMBIENTAL PARA RIO CLARO	47
2.1. O antigo horto na cidade de Rio Claro – Breve apresentação.....	47
2.2. Meio ambiente e Sociedade em Rio Claro	59
2.2.1. Aspectos geográficos e estudos arqueológicos.....	60
2.2.2. Sertões do Morro Azul - São João (Batista) de Rio Claro.....	65
2.2.3. A Cidade Ferroviária e a Criação do Horto Florestal	73
2.3. Hortos Florestais no Contexto de Proteção à Natureza.....	82
2.3.1. De Horto Florestal a Patrimônio Ambiental	86
3. O PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CASO DO ANTIGO HORTO DE RIO CLARO – AS CONTRADIÇÕES E LIMITES DA PRESERVAÇÃO.	97
3.1. De Horto Florestal a Patrimônio Paisagístico: O Tombamento do Horto de Rio Claro (1974 - 1977).....	100
3.1.2. Os primeiros Impactos, Limites e Critérios do Tombamento (1977 – 1985). ...	116
3.2.2. Primeiro Plano de Manejo (1985).....	127
3.3. A transferência para a Secretaria do Meio Ambiente (1997-2002)	140
3.4.1. Uma definição para o horto: Parque ou Floresta?	144
3.4.2. A Criação da Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161
APÊNDICE	168
APÊNDICE A - LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS NA FEENA.....	168
APÊNDICE B - NÍVEIS DE PRESERVAÇÃO SOBRE O ANTIGO HORTO	177

INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre a história da preservação de um antigo horto florestal localizado entre as cidades de Rio Claro¹ e Santa Gertrudes no interior de São Paulo, atualmente denominado como Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA).

A pesquisa teve como objetivo principal problematizar as ações de salvaguarda da natureza promovidos pelo poder público no caso do antigo horto florestal de Rio Claro, entre os anos de 1974 a 2002, com a preocupação de evidenciar a historicidade e tensões desse espaço enquanto patrimônio ambiental urbano.

Desse modo, o recorte temporal compreende os marcos principais de sua salvaguarda - a abertura do processo de tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1974 e sua classificação como Floresta Estadual, de acordo com o Sistema de Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2002.

Entende-se que é nesse período que ocorrem as principais discussões relacionadas ao acautelamento desse espaço natural pelos órgãos públicos estaduais no âmbito do patrimônio cultural e do meio ambiente.

O estudo sobre o antigo horto teve como ponto de partida analisar os motivos do seu tombamento e classificação como Floresta Estadual dentro dos parâmetros do SNUC, visto se tratar de uma área reflorestada com eucaliptos e criada para suprir as demandas da Companhia Paulista Estrada de Ferro (CPEF).

Essa empresa particular, concebida por fazendeiros produtores de café do Oeste Paulista, trouxe a ferrovia para Rio Claro na segunda metade do século XIX e, em paralelo, também criou dezoito hortos com a espécie de eucalipto pelo interior paulista, entre eles o antigo horto “Navarro de Andrade” em 1909. Para administrar essas áreas, a CPEF contratou o engenheiro agrônomo Edmundo Navarro de Andrade conhecido como o introdutor da silvicultura de eucalipto no Brasil.

Dessa forma, pelo fato do antigo horto se tratar de uma área natural radicalmente transformada, outra perspectiva da pesquisa é a de compreender as relações estabelecidas pela sociedade com o horto seja como espaço de lazer e fruição ou como área patrimonializada.

A perspectiva de historicisar a preservação do horto também partiu das lacunas

¹ Neste trabalho daremos ênfase a maior área da FEENA que pertence ao município de Rio Claro.

presente na bibliografia sobre o espaço entre o período do tombamento e sua classificação como Floresta Estadual. Apesar dos silêncios, essa bibliografia apontava de maneira negativa a tutela do CONDEPHAAT e a administração da FEPASA sobre o antigo horto, apresentado um passado glorioso do espaço na época CPEF, frente a um presente descaracterizado, de esquecimento e abandono que se iniciou com a gestão dessas instituições.

Por outro lado, a leitura de trabalhos sobre o CONDEPHAAT revelou que o órgão, entre 1969 e 1989, teve uma experiência pioneira de salvaguarda de áreas naturais, em um momento de ampliação do conceito de patrimônio natural. Esses trabalhos situavam o tombamento do horto como parte dessa experiência.

Com essas constatações, optou-se por explorar a história da preservação do antigo horto e compreender o papel que o órgão cultural paulista teve em relação a salvaguarda da natureza desse espaço. Assim, a pesquisa caminhou para a compreensão dos porquês do tombamento e, também, do papel que o CONDEPHAAT e outros agentes tiveram em sua gestão.

Sendo o horto de Rio Claro também preservado pelo que se convencionou chamar de política ambiental, houve a preocupação de estudar como essa política se consolidou no Brasil e a adequação do antigo horto nos parâmetros e concepções do seu atual sistema, o SNUC.

A partir da análise desses processos, a pesquisa evidencia as lacunas existentes na história da preservação do antigo horto e identifica como surgiram as imagens que existem sobre o espaço: “Berço do eucalipto”, “lugar abandonado” entre outras. Em conjunto, outro ponto da pesquisa é destacar os efeitos da preservação sobre os usos sociais e econômicos do espaço no decorrer da sua história.

Tal proposta se mostrou pertinente no exame da qualificação, a partir do qual também considerou-se o que a história da preservação do horto evidenciaria sobre à salvaguarda do espaço “natural” e cultural no estado de São Paulo, as contradições dessas políticas, as dificuldades de gestão pelos agentes da preservação e as transformações de uso que o antigo horto passou até a criação da FEENA.

Pensando assim, após o exame de qualificação, outras perguntas foram formuladas: Quais são as diferenças nas formas de proteção e gestão das áreas entre as políticas ambiental e cultural? Como as políticas ambientais concebem o patrimônio? Qual a percepção de natureza atribuída ao antigo horto pelos agentes da

preservação? Quais os efeitos da preservação sobre os usos e funções do horto de Rio Claro?

Dentro dos objetos e questões apresentados, compreende-se que esta pesquisa partiu de uma realidade local e, portanto, traz especificidades que usualmente costumam ser perdidas em contextos maiores. Nesse sentido, essa pesquisa se justifica pela possibilidade de refletir historicamente sobre as políticas de salvaguarda que Estado e sociedade juntos vêm utilizando sobre a natureza e indícios de como as sociedades se relacionam com a natureza a ser preservada, falando de si e projetando seu futuro (HARTOG, 2006), colocando a própria história numa relação com o tempo presente e suas inquietações.

Além disso, essa pesquisa se insere em estudos no âmbito da historiografia que trazem como reflexão central a relação entre sociedade e natureza, abordando a questão ambiental², tema emblemático e urgente de reformulações de modelos e conceitos de proteção à natureza. Nos últimos trinta anos os estudos com essa perspectiva de olhar sobre a natureza consolidaram-se como campo de pesquisa e postura historiográfica no Brasil e também na América Latina (GALINI, 2009).

Caminhos Percorridos – Fontes e Metodologia

Na compreensão desse espaço enquanto patrimônio ambiental, a pesquisa fundamentou sua análise em um conjunto de documentos oficiais considerando o contexto de sua produção e as instituições que os produziram, de 1974 a 2005.

Entre os documentos analisados destacamos o processo de tombamento do horto de nº 428/74³ aberto pelo órgão em 1974 e concluído em 1977. Tal processo contém duzentas e cinquenta e cinco páginas com pareceres técnicos, ofícios, recortes de jornal, fotos e relatórios.

Compreende-se que esse processo já foi estudado em outros trabalhos, com destaque para Scifoni (2006) e Crispim (2016) respectivamente sobre a trajetória do patrimônio natural e o estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo órgão cultural. Contudo, os trabalhos lidos sobre o CONDEPHAAT estavam voltados

² Sobre a questão ambiental: [...] é entendida, aqui, como uma série de obstáculos culturais e materiais e de riscos concretos que se erguem diante da qualidade da vida humana e como um processo de extinção de espécies da fauna e da flora que contém inúmeras implicações de ordem sócio-econômica. A questão ambiental adquiriu uma grande importância nas últimas décadas. Os últimos cinquenta anos foram marcados por profundas mudanças nas relações sociais e, logo nas formas de interação da sociedade humana com o mundo natural (MARTINEZ, 2006: 7)

³ Se encontra na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) do CONDEPHAAT.

para a Instituição e suas práticas e não para a participação do órgão na gestão dos bens culturais.

Sem desconsiderar essas análises e com olhar para o *pós tombamento*, a leitura do documento procurou explorar outros elementos da preservação do horto, em especial a posição e projetos de diversos agentes da época, a visão do horto e os caminhos escolhidos para sua gestão, bem como os conflitos do processo.

No decorrer da análise, observou-se que outros hortos do interior paulista tiveram processos abertos pelo CONDEPHAAT. Com a preocupação de analisar a postura do órgão cultural paulista em relação aos hortos e a preservação do horto de Rio Claro, esses processos, destacados no quadro, foram analisados.

Quadro 1 – PROCESSOS DE TOMBAMENTO DOS HORTOS FLORESTAIS⁴

Horto Florestal	Nº de processo	Ano de abertura	Ano de arquivamento
Jaboticabal	20428/77	1977	2000
Sumaré	20652/78	1978	Possivelmente 2014
Cordeirópolis	20655/78	1978	2014
Bebedouro	20654/78	1978	2000
Descalvado/Aurora	20656/78	1978	Possivelmente 2014
Loreto/Araras	20653/79	1979	2000

Esses processos abertos logo após o tombamento horto de Rio Claro, conduzidos em conjunto pelo órgão em 1980 e todos arquivados. Vale destacar a falta de pesquisas sobre os outros hortos construídos pelo interior, ressalta-se que são lugares com potencial de estudo sobre as relações sociedade e natureza, especialmente sobre os usos e apropriações que tiveram localmente.

Além dos processos de tombamento, também foram analisadas uma vasta documentação que se encontra na sede administrativa da FEENA. Por se tratar de uma Unidade de Conservação (UC) foi preciso uma autorização junto a Comissão Técnico-Científica (COTEC) do Instituto Florestal, órgão que administra a FEENA junto a Fundação Florestal.

Os modelos de autorização para pesquisa são padrão para pesquisadores de todas as áreas, porém contemplam necessidades e questões para pesquisas nas áreas biológicas, principalmente para trabalho de campo que envolva coleta de espécies, não há, portanto, uma discriminação para documentos de arquivos.

Constatou-se que o antigo horto possui uma documentação vasta e expressiva,

⁴ Esses processos também se encontram na UPPH do CONDEPHAAT.

mas em situação preocupante. O “acervo” é organizado por temas genéricos e não há instrumentos de pesquisa, guias ou inventários sobre a documentação da época da FEPASA que consta na unidade. Além disso, muitos documentos não estão em boas condições de armazenamento⁵.

A documentação⁶ acessada compreendida por correspondências e ofícios entre CONDEPHAAT e FEPASA, relatórios da FEPASA sobre os hortos, decretos, leis, correspondências entre IF e SMA e jornais anexados aos processos foram fundamentais para explorar o período de *pós tombamento* do antigo horto, sua gestão e transformação em Floresta Estadual. A partir delas foi estabelecida uma temporalidade, dentro do recorte da pesquisa, necessária para identificar: a) os agentes responsáveis, b) principais assuntos discutidos na sua gestão, c) os momentos de rupturas e de contradições envolvidos na preservação do horto.

O estudo da preservação do antigo horto de Rio Claro possibilitou analisar dois planos de manejo: de 1985 e 2005. O primeiro foi produzido quando o horto era propriedade da FEPASA e com a participação de CONDEPHAAT. O segundo, quando o horto já possuía status de UC como Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade e administrado pelo Instituto Florestal da SMA.

Compreendendo os planos de manejo como instrumentos de gestão, a leitura desses documentos se pautou em uma análise qualitativa e comparativa dos seus conteúdos, com a preocupação de compreender: a) processo de elaboração, aprovação e implementação b) como o plano de manejo de 2005 aborda ou define o que é patrimônio, c) identificação e participação de diferentes agentes no processo, d) a participação da população na gestão do espaço, e) abordagem do entorno ou zona de amortecimento, f) valoração da natureza e usos do espaço.

Com essas considerações sobre os percursos e fontes utilizadas na pesquisa, apresento a estrutura da dissertação composta de três capítulos.

O primeiro capítulo diz respeito à trajetória de proteção e gestão da natureza pelo campo do patrimônio e das políticas ambientais. Dividido em quatro tópicos, o capítulo trata, a priori, das discussões que influenciaram a criação das primeiras áreas

⁵Nesse sentido, compreende-se que muitos documentos não foram acessados o que possibilitaria explorar ainda mais o período da pesquisa. Também reforçamos a importância da preservação dos documentos que ali estão, pois abrangem a Cia Paulista/ Serviço Florestal, pesquisas de Navarro de Andrade, a FEPASA e também de outros hortos do Estado de SP.

⁶Uma sistematização dessa documentação encontra-se no apêndice A.

protegidas e legislação sobre o tema, entre 1934 e 1937, no mesmo período que a natureza também foi vista como elemento cultural e preservado no SPHAN enquanto monumento natural (DRUMMOND, FRANCO, 2009, MEDEIROS, 2006; MEDEIROS, PEREIRA, 2009; COELHO, CUNHA, 2009). Posteriormente, o capítulo também apresenta os processos que levaram a ampliação das áreas protegidas até a criação das Unidades de Conservação (UCs) pelo SNUC e o predomínio do desenvolvimento sustentável no atual modelo de preservação da política ambiental brasileira.

Do ponto de vista dos órgãos culturais, optou-se por apresentar como a natureza foi compreendida como uma tipologia do patrimônio cultural e a experiência de preservação do CONDEPHAAT, entre as décadas de 1970 e 1980, tendo como referências pesquisa recentes sobre o tema (SCIFONI, 2006; CRISPIM, 2016; DETONI, 2016).

O segundo capítulo apresenta a trajetória desse espaço na cidade de Rio Claro. A preocupação esteve em entender, por meio do olhar da história ambiental na região onde se localiza o horto, os processos de reocupação do solo, utilização dos recursos naturais, o papel da ferrovia na urbanização da cidade que antecederam a criação do horto (DEAN, 1977; Penteado, 1978; TROPMAIR, 1992; GARCIA, 1992; ARAÚJO, 2001; SANTOS, 2002).

Sobre a criação do horto de Rio Claro foi importante evidenciar como ele e outros hortos fizeram parte de um projeto da iniciativa privada da CPEF de modernização de agricultura, por meio da silvicultura, e modelo de proteção ao meio ambiente, elaborados em meio às críticas ao desmatamento e circulação de ideias conservacionistas e preservacionistas da época, início do século XX (MARTINI, 2004; HENRIQUES, 2015). Compreende-se que sobre o horto de Rio Claro foi construído a imagem de eficiência desse projeto ao ser interpretado como centro de pesquisa, lugar símbolo de proteção à natureza e de uso social e recreativo pela população, conferindo à cidade de Rio Claro o patamar de berço do eucalipto e seu entendimento nesta pesquisa como patrimônio ambiental.

Para o terceiro e último capítulo, optou-se por apresentar o que se classificou como *pós tombamento* do horto e a incidência das tutelas sobre o espaço. Tal perspectiva de análise compreende que olhar para aplicabilidade dessas tutelas em âmbito local – espaço aonde na maior parte das vezes irá ao encontro (ou de encontro) de anseios e interesses dos agentes daquela localidade - evidenciam as particularidades e ressonâncias dessas diretrizes gerais (MENARIM, 2011: 21). Com

esse olhar espera-se ter evidenciado as contradições da preservação do horto de Rio Claro.

Para tanto, o capítulo foi dividido em duas frentes demarcadas temporalmente. Na primeira parte, a mais antiga, explora o tombamento do horto, a valoração do espaço enquanto patrimônio paisagístico e os desdobramentos dessa tutela. A segunda frente, mais recente, evidencia os agentes locais responsáveis por sua transferência para a Secretaria do Meio Ambiente e os debates para a definição de sua categoria que, *a priori*, ficou entre Parque e Floresta. Tal processo evidencia a privatização da FEPASA e o afastamento do CONDEPHAAT da gestão do horto, que passou a ser valorizado pelos seus aspectos ecológicos enquanto uma Floresta Estadual.

Por fim, as considerações finais apresentam um balanço da documentação analisada, apontado os avanços e limites dessa pesquisa e como essa discussão sobre o horto de Rio Claro é esclarecedora quanto a questão da proteção da natureza no estado de São Paulo.

1. A PROTEÇÃO À NATUREZA NO ÂMBITO DA POLÍTICA AMBIENTAL E CULTURAL NO BRASIL

Esse capítulo se propõe apresentar a trajetória da proteção à natureza, compreendendo que essa se construiu por diferentes concepções e práticas de preservação. O desafio é identificar em que medida essas políticas podem ter influenciado na elaboração e preservação do antigo horto de Rio Claro, atualmente com status de Floresta Estadual.

Nesse sentido, o primeiro enfoque nessa trajetória será tratar como as categorias Florestas e Parques foram concebidas nas políticas ambientais e o processo de criação das UCs. O segundo ponto é problematizar a natureza como objeto das políticas patrimoniais, por meio dos conceitos de monumento natural, patrimônio natural, sua preservação pelo instrumento do tombamento e a experiência do CONDEPHAAT em São Paulo.

Traçar esse caminho é compreender as bases em que se fundaram essas políticas apontando seus limites, avanços e valores atribuídos à natureza como justificativas para sua preservação. Como evidenciam Cunha e Coelho (2010) as políticas públicas fundamentaram modelos diversos de gestão ambiental, e consequentemente, de gestão de território, categoria fundamental para a questão ambiental.

A partir de objeto de pesquisa, um antigo horto construído em 1909, esse percurso partiu do início do século XX, período em que a proteção à natureza ocorreu por um campo amplo de ações e projetos, derivados da iniciativa particular e do Estado. Essas ações tiveram diversos impactos, e reverberaram a partir da década de 1930 em uma série de normativas e políticas para o tema, ampliadas nas décadas seguintes.

Compreende-se que as políticas públicas para a natureza por serem amplas no Brasil, não serão discutidas em sua totalidade, mas sim ao que se relaciona com os objetivos do trabalho. Há que se considerar que a proteção à natureza não foi uma prática exclusiva do século XX. No período colonial e imperial leis e dispositivos foram criados visando à proteção de áreas ou recursos naturais. Apesar do reconhecimento dessa preocupação com o espaço natural em outros momentos e sociedades, esses

não serão objetos de estudos desse trabalho⁷.

1.1. As primeiras áreas protegidas

As primeiras áreas foram influenciadas em grande parte pelas noções conservacionistas e preservacionistas da natureza. De acordo com Drummond e Franco (2009)⁸ essas discussões envolveram projetos de cunho intelectual que alinharam a proteção da natureza às questões de identidade nacional e projeto de nacionalidade, no contexto do governo Vargas, em que as concepções preservacionistas e conservacionistas estavam em voga.

Tais projetos envolveram debates sobre concepções de natureza nos anos de 1920 a 1940, que convergiram na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza⁹, em 1934, no Rio de Janeiro. Essa conferência se tornou relevante pela visibilidade e repercussão junto à opinião pública da época. Nessa reunião saíram vários entendimentos e discordâncias para a proteção à natureza, na qual destacaram-se duas correntes: a conservacionista e a preservacionista.

A corrente conservacionista defendeu uma compreensão do mundo natural como recurso econômico a ser explorado racionalmente no interesse de gerações presentes e futuras. Em contraponto, o preservacionismo entendeu a diversidade biológica como objeto de fruição estética. Essas noções chegaram ao Brasil com influência estrangeira e vão se tornar uma das bases de modelo e ações de proteção à natureza nas décadas seguintes, em especial na criação de áreas protegidas.

Como exemplo da influência estrangeira nesse congresso, houve a aceitação do conceito de parques nacionais a partir do Yellowstone (1872 – Uma área de oitocentos mil hectares localizada no Estado de Wyong destinado para o desfrute do povo com a ideia de preservar para a posteridade áreas dotadas de grande beleza natural em seu estado “selvagem”).

⁷ Uma experiência relevante do século XIX de preocupação com a destruição de recursos naturais, que afetou em especial o abastecimento de água, é o reflorestamento a Floresta de Tijuca, no município do Rio de Janeiro. Esse reflorestamento, aliado a medidas de proteção sobre a floresta entre 1817-1887, garantiram o que Drummond (1988) apresenta como uma experiência pioneira de estudo para a história ambiental. Ler: O Jardim Dentro da Máquina – Breve História Ambiental da Floresta da Tijuca. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 276 -298. Para Dean (1996) essa experiência demonstra a preocupação de uma elite urbana com a qualidade de vida e, por parte do Estado a necessidade de controle do ambiente natural.

⁸Os autores estudaram Alberto José Sampaio, Armando Magalhães Corrêa, Cândido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne.

⁹ Teve o apoio do Museu Nacional do Rio de Janeiro e outras instituições e organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores.

Outros exemplos de manejo, que envolviam a prática da silvicultura, tinham como perspectiva a exploração racional da natureza, sem negar a necessidade estética e uma visão romântica da natureza. Nesse sentido, a proposta de criação de jardins botânicos e hortos florestais, que acolhia a possibilidade de servirem com fonte de recursos, aliados à ideia de jardins como uma natureza cuidada e apreciada, circulou no âmbito dessas discussões.

Além disso, a silvicultura com o eucalipto ou espécies nativas foi compreendida para o desenvolvimento de um conhecimento científico, tal modelo já era praticado nos hortos florestais pela iniciativa privada do interior de São Paulo.

Havia uma percepção da natureza como riquezas tanto estéticas quanto econômicas, consideradas fontes da nacionalidade (DRUMMOND, FRANCO, 2009: 43-63).

Tais noções, portanto, influenciaram em boa medida os primeiros modelos de proteção à natureza, nos quais se destacam os hortos florestais no início do século XX, e, posteriormente, as primeiras áreas protegidas pelo Estado a partir da década de 1930.

É importante destacar que apesar da influências das noções preservacionistas e conservacionistas, elas nem sempre se mantiveram bem definidas, mesclando e alterando-se ao longo das discussões e disputas pela criação de áreas protegidas (MENARIN, 2011:25). Sendo ampliadas por outras noções como o ecológico, biológico e até mesmo cultural.

A década de 1930, portanto, foi o momento que uma legislação mais “completa” incidiu sobre a natureza, herança de experiências e debates que a precederam. Caso do Código Florestal, Código de Águas e Minas e Código de Caça e Pesca (decreto n.23.793) de 1934. Esse instrumento determinou regras de exploração florestal e delimitou áreas a serem protegidas. Nesse código foram apresentadas tipologias de Florestas da qual derivou a categoria de Parques:

Art. 1º As florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse common a todos os habitantes, do paiz, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que as leis em geral, e especialmente este código, estabelecem.

[...]

Art. 3º As florestas classificam-se em:

- a) protectoras;
- b) remanescentes;
- c) modelo;
- d) de rendimento.

[...]

Art. 5º Serão declaradas florestas remanescentes:

- a) as que formarem os parques nacionais, estaduais ou municipais;
- b) as em que abundarem ou se cultivarem espécimes preciosos, cuja conservação se considerar necessária por motivo de interesse biológico ou estético;
- c) as que o poder público reservar para pequenos parques ou bosques, de gozo público.

[...]

Art. 6º Serão classificadas como floresta modelo as artificiais, constituídas apenas por uma, ou por limitado número de essências florestais, indígenas e exóticas, cuja disseminação convenha fazer-se na região.

[...]

Art. 9º Os parques nacionais, estaduais ou municipais, constituem monumentos públicos naturais, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem.

§ 1º É rigorosamente proibido o exercício de qualquer espécie de atividade contra a flora e a fauna dos parques (LEGISLAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, 1986).

Para as florestas protetoras foram estabelecidas algumas classificações mais restritivas de exploração visando proteger rios, evitar erosão, auxiliar na defesa de fronteiras, proteger exemplares de fauna e etc. Em relação às florestas modelos, essas poderiam ser constituídas por essências exóticas com fins de rendimento. As florestas remanescentes formariam os parques, considerados monumentos naturais primitivos com singularidades especiais, biológicas ou estéticas, com a proibição de sua exploração.

O Código Florestal de 1934 definiu as bases para a proteção territorial dos ecossistemas florestais, para exploração do recurso madeireiro e legitimou a ação dos serviços florestais, que já funcionavam em muitos estados, como o de São Paulo (1911), e em nível federal Serviço Florestal Federal, Seção de Parques e Florestas Nacionais (1921), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.

Os serviços florestais ficaram encarregados pela administração (implementação e fiscalização) dessas áreas reforçando uma visão de floresta encarada como recurso econômico, cuja proteção estava vinculada à exploração, sendo controlada ou supervisionada pelo Estado (florestas modelo e de rendimento) ou resguardadas em função dos serviços ambientais por ela prestados (florestas protetoras e remanescentes) (MEDEIROS, 2006: 50).

Em 1937 houve a criação do primeiro parque nacional, do Itatiaia (RJ), a partir do modelo preservacionista, dentro do contexto de identidade nacional. Os parques que se seguiram foram em Iguaçu (PR) (1939), Serra dos Órgãos (RJ) (1939) e Ubajara (CE) (1959). As Florestas Nacionais (FLONA) foram criadas a partir da

década de 1940, a Floresta Nacional de Araripe-Apodi, no Ceará, em 1946, foi a primogênita, seguida, quinze anos mais tarde, pela Floresta Nacional de Caxiuanã, no Pará (1961).

1.2. Monumento Natural e o SPHAN

Ainda em 1934 a natureza foi contemplada na constituição na qual destacava a obrigação do Estado na “proteção das belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico” (Constituição, 1934).

Em seguida, a constituição de 1937, mudou o termo “belezas naturais” para “monumentos naturais” e o decreto lei no. 25 de 30 de novembro de 1937 definiu o tombamento como instrumento de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que incluiu os monumentos naturais como patrimônio nacional e incorporou a natureza no âmbito das práticas de preservação cultural. Este decreto está vigente há oitenta anos¹⁰.

O tombamento é um instrumento jurídico do patrimônio material móvel ou imóvel que consiste na restrição do uso da propriedade privada em termos da obrigatoriedade da manutenção de suas características originais que passam a ser um direito da coletividade, ficando o proprietário responsável por sua preservação sob pena de lei.

No mesmo ano foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional SPHAN¹¹ pelo decreto 378/37 A criação do órgão que cuidaria do patrimônio nacional se insere no contexto de construção de uma identidade nacional durante a era Vargas, período em que também, conforme afirmam Drummond e Franco (2007), tem-se as principais discussões políticas sobre a proteção à natureza como fonte de nacionalidade.

No caso da cultura isso se traduziu no culto e materialização do passado em diferentes suportes, por meio do ensino da história na educação, criação de museus, arquivos e na preservação de um estilo arquitetônico que traduziria uma nacionalidade, compreendido como neocolonial. Nesse contexto, a atuação do SPHAN - voltou-se preferencialmente para os monumentos arquitetônicos, religiosos

¹⁰ O Decreto-lei 25/37 só foi modificado em 1941, pelo Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro, que dispõe sobre o cancelamento do tombamento pelo presidente da República; e em 1975, pela Lei 6.292, que introduz a homologação ministerial no procedimento de tombamento.

¹¹ Em sua trajetória teve outros nomes e diferentes organizações administrativa como diretoria, secretaria e subsecretaria. Atualmente é conhecido pela sigla IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional.

e civis do período colonial, de formas simples, tão caros aos arquitetos modernistas brasileiros (RODRIGUES, 2000).

Esse decreto, portanto, foi fruto das forças políticas daquele momento que garantiram a participação na área cultural de intelectuais oriundos do movimento modernista de 1922, entre os quais estava Mário de Andrade que elaborou, a pedido de Gustavo Capanema (ministro da cultura e educação do Governo Vargas), o anteprojeto da primeira lei federal sobre proteção do patrimônio cultural (SCIFONI, 2006). O decreto afirma:

Art. 1- Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

S Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamentos os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937, grifos nossos).

Nota-se que a natureza foi vista como monumento por sua beleza “natural” ou agenciados pela ação humana, sendo essa última entendida como paisagem cultural. O ato de tombear configurou a inscrição do objeto em um dos livros de tombo criados pelo SPHAN: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes e Artes Aplicadas.

Aqui cabem algumas considerações de Ribeiro (2007) que estudou como a paisagem foi utilizada como atribuição de valor na preservação do patrimônio cultural pelo órgão federal. O autor partiu das inscrições nos livros do tombo que, de acordo com a historiografia sobre o tema, possui uma hierarquia não oficial para os bens tombados, com especial destaque para inscrições no livro de belas artes. Nos primeiros trinta anos de funcionamento do SPHAN, de 1930 a 1960, houve o predomínio da arquitetura, sendo o livro de patrimônio etnológico, arqueológico e paisagístico utilizado para inscrição de bens que não atingiam as exigências que eram colocadas para o livro das Belas Artes.

Nesse sentido, o autor afirma que a paisagem foi assumida sem muitos critérios, com tombamentos de jardins ligados ao paisagismo e questões estéticas, de monumentos junto a aspectos da natureza como moldura e tombamento de áreas cujo panorama/vista foi importante para populações que vivem nos arredores. Dessa

forma, em um primeiro momento, o uso da paisagem foi entendido como um valor extrínseco ao bem tombado.

Ribeiro também aponta que, entre 1930 e 1950, o órgão federal não se preocupou com a preservação de áreas naturais, já que não era até então pressionado e, também, pelo fato de haver normativas e “órgãos próprios” para legislar e fiscalizar questões ambientais, por meio do primeiro código florestal e das primeiras áreas protegidas.

A partir da década de 1970, momento em que também afloram discussões sobre a questão ambiental, ocorreu uma renovação conceitual no campo e novas cartas internacionais¹² ampliaram temas relacionados à gestão de bens, como a questão da ambiência¹³, ou estudos do entorno e como o bem tombado se relaciona com o planejamento urbano.

Nesse período, o órgão de preservação do patrimônio federal também começou a se preocupar com o patrimônio natural e lançou outro olhar para a paisagem, compreendida enquanto uma relação entre o natural e o cultural, ou holística do bem tombado. Como afirma Ribeiro, a paisagem como objeto de políticas patrimoniais, ou a relação que tem com patrimônio cultural, foi acima de tudo uma relação construída por uma prática que se transformou¹⁴, sendo a paisagem um constructo e não um dado pronto (2007: 110).

Outro decreto importante de ser mencionado, porém vinculado à legislação ambiental - e que também evidencia a relação da natureza e monumento - foi o número 3 de 13 de fevereiro de 1948 que aprovou a convenção para a proteção da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, na qual foram estabelecidos as Reservas Nacionais e Monumentos Naturais.

Sobre essa convenção:

Os governos Americanos, desejosos de proteger e conservar no seu ambiente natural exemplares de todas as espécies e gêneros da flora e fauna indígenas, incluindo aves migratórias, em número suficiente e em locais que sejam bastante extensos para que se evite, por todos os meios humanos, a sua extinção; e

Desejosos de proteger e conservar as paisagens de grande

¹² Destacamos aqui, entre outras, as Cartas internacionais de Veneza e Amsterdã.

¹³ No decreto lei de 1937¹³ a ambiência é concebida como efeito do tombamento e pautou pela visibilidade ou a falta dela, que uma obra construída causa a algum bem, ou mesmo a interferência na harmonia do espaço, cabendo aos órgãos de preservação a discricionariedade com os critérios técnicos de definir o limite e alcance dessa visibilidade, ou ambiência, de acordo com cada bem (RABELLO, 2009).

¹⁴ A chancela da Paisagem Cultural é outro instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro, lançado em 2009 pelo Iphan. Conforme a Portaria Iphan nº 127/2009.

beleza, as formações geológicas extraordinárias, as regiões e os objetos naturais de interesse estético ou valor histórico ou científico, e os lugares caracterizados por condições primitivas dentro dos casos aos quais esta Convenção se refere [...]

3. Entender-se-á por Monumentos Naturais: As regiões, os objetos, ou as espécies vivas de animais ou plantas, de interesse estético ou valor histórico ou científico, aos quais é dada proteção absoluta, com o fim de conservar um objeto específico ou uma espécie determinada de flora ou fauna, declarando uma região, um objeto, ou uma espécie isolada, monumento natural inviolável, exceto para a realização de investigações científicas. (LEGISLAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, 1986: 25 e 26).

Nesse documento o monumento natural compreendeu a preservação de áreas com valor estético, histórico e científico, sendo considerada inviolável. O interessante nessa categoria foi a atribuição monumental em caráter de excepcionalidade, uma categoria muito próxima no decreto lei no. 25/1937.

As normativas dos anos 30 evidenciam o controle e centralização do Estado sobre a natureza, compreendida como de interesse social, colocado acima da propriedade privada e de interesses particulares. Também revelam que os valores atribuídos à natureza pelo Código e decreto lei no. 25/1937 eram semelhantes em relação ao caráter monumental e excepcional.

1.3. Das áreas protegidas para as Unidades de Conservação

Nas décadas seguintes foram ampliadas as normativas e órgãos públicos, com destaque para o código florestal de 1965 (lei 4.771/65), que substituiu o de 1934 e após dois anos, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal- IBDF (decreto nº 289/1967), encarregado de gerenciar o setor florestal brasileiro por meio de incentivos ao reflorestamento.

Em relação aos Parques e Florestas o código de 1965 estabeleceu:

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Art. 5º o poder público criará:

a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;

b) Florestas nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim;

Art. 12 - Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou de fabricação de carvão. Nas demais florestas, dependerá de norma estabelecida em ato do Poder Federal ou Estadual, em obediência às prescrições ditadas pela técnica e às peculiaridades locais. (LEGISLAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, 1986: 106 e 107).

Nota-se que entre o código de 1934 e 1965 o valor estético foi um atributo importante para a delimitação das áreas classificadas como Parques. Para as Florestas Nacionais e artificiais existiu um valor mais pragmático de exploração.

Para Fonseca (2012), o Código Florestal de 1965 deu cara nova às florestas protetoras, que passaram a ser tratadas como Áreas de Preservação Permanente (APP), cuja manutenção era necessária para garantir a saúde dos recursos hídricos (rios e lagos) e áreas de risco (encostas íngremes e dunas). Para Medeiros e Pereira (2011: 280), o Código Florestal de 1965¹⁵ consagrou os parques como principal categoria para fins de proteção integral com mais de vinte parques criados na década de 1970. Contudo, os autores evidenciam que muitos foram criados no papel sem a regulamentação do seu manejo.

Após a década de 1970, outras categorias de áreas protegidas foram elaboradas e posteriormente foram classificadas como unidades de conservação.

Compreender o processo de criação dessas unidades e também do patrimônio natural no Brasil é considerar a tensão entre as ações de proteção e a promoção do desenvolvimento econômico, imperativo das ações governamentais entre as décadas de 1950 e 1970, em que a corrupção foi eficiente e um dos fatores para o não cumprimento dos códigos e normativas de proteção à natureza (DEAN, 1996).

E como afirma Ribeiro e Zanirato “A proteção ambiental é mais do que uma exigência romântica para manter ambientes naturais aprazíveis à contemplação. Ela envolve riqueza potencial e desenvolvimento econômico sobre novas bases” (2009: 219).

Nesse sentido, das primeiras categorias de áreas protegidas para sua definição mais atual como unidades de conservação, devem ser considerados os interesses econômicos, disputas políticas, o papel de movimentos ambientais, as comunidades

¹⁵ O código de 1965 foi substituído em 2012 pelo Novo Código Florestal (Lei no. 12.651), e como não é diferente quando se trata das questões ambientais no Brasil o processo foi polêmico e com embates entre o governo, ruralistas e ambientalistas, os últimos contrários às novas regras, como a suspensão de punições até 2008 aos proprietários que cometeram infrações.

que lutaram pela manutenção de uma exploração tradicional dos recursos da natureza e a influência de tratados internacionais¹⁶. Junto a isso, a percepção de que os recursos naturais eram finitos e a constatação de que os problemas ambientais tinham consequências globais também marcaram as políticas pós década de 1970.

É importante citar alguns marcos internacionais de projeção das questões ambientais, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (1972) e a publicação dos limites do crescimento, produzida pelo Clube de Roma. Com a divulgação dos limites de crescimento, o fórum global adotou perspectivas de ações corretivas da degradação ambiental, causando muita indignação entre os países em desenvolvimento que se viram negados a ter acesso ao estilo de vida dos países desenvolvidos.

O Brasil que se encontrava em plena Ditadura Militar (1964 - 1985) se negou a mudar sua política econômica de forte tendência à industrialização, abertura de capitais e de empresas multinacionais. O lema era o desenvolvimento a qualquer custo. Na era do “milagre econômico”, essa política econômica causou intensa concentração de renda e a degradação do meio ambiente (PINTO, 2008).

Contudo, a conferência teve como desdobramentos a criação do Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente (PNUMA), e no Brasil por meio do decreto no. 73030, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Esta recebeu a incumbência de administrar os recursos ambientais, controlar as estações e as áreas de proteção ambiental.

No final da década de 1970 foi sancionado o decreto no. 84.017 que aprovou o regulamento dos Parques Nacionais, o que se destaca nesse decreto são os arts. 5, 6 e 7 que determinam a utilização do plano de manejo para a gestão dos parques. Em especial:

Art. 6: Entende-se por Plano de Manejo um projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades” (LEGISLAÇÃO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, 1986: 379).

¹⁶ No último caso destaca-se a União Internacional para Proteção da Natureza (UIPN), posteriormente denominada União Internacional para a Conservação da natureza (UICN) com sede em Gland na Suíça. Este organismo criado com influência da UNESCO, reuniu diversos países, cientistas, organizações não governamentais, entre outros, com objetivo de se tornar um marco internacional de referência e entendimento comum para as áreas protegidas, sendo sugeridas áreas de Proteção Estrita, Conservação e Proteção de Ecossistemas, Conservação de Paisagem Terrestre, Marinha e Recreação, com várias sub categorias de manejo.

O plano de manejo seria dividido em sete zonas (intangível, primitiva, uso extensivo, uso intensivo, histórico-cultural, zona de recuperação e zona de uso especial). De acordo com Medeiros e Pereira (2011) a preocupação esteve em delimitar o zoneamento, mas nesse decreto não houve critérios ou referências técnicas que auxiliassem na elaboração dos planos:

Seu objetivo era adequar e orientar o manejo ecológico dos parques nacionais, até então em sua maioria criados apenas no papel, apontando a necessidade de realizar o zoneamento como base do ordenamento e gestão do território protegido. A lógica era estabelecer zonas diferenciadas onde os atributos e vocações da área iriam determinar o conjunto de intervenções e atividades permitidas (como exemplo a zona intangível, primitiva, de uso extensivo, de usos intensivo, histórico-cultural e de recuperação, entre outras) (MEDEIROS, PEREIRA, 2011:280).

Nesse sentido, como apontam os autores a criação de áreas protegidas, em relação aos parques, com poucos casos isolados, não possuíam sistema de gestão, muitos deles criados somente no papel. As outras áreas protegidas estavam na mesma situação ou ainda pior, sem um sistema de gestão e sem uma lei que determinasse esse sistema. Os planos de manejo dos parques terão três fases, com orientações técnicas diferentes, até o último roteiro elaborado pelo IBAMA em 2002.

Com a abertura política em andamento, em 1980, foi sancionada a lei federal que dispôs sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental - APAs (lei no. 6902), de 1981. Ainda nos anos de 1980 houve a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (lei no. 6983), que definiu o papel do poder público e as responsabilidades do setor privado no que tange a proteção ambiental.

Essa lei permitiu a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), em 1986, com poder deliberativo e competências para estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais. Uma das características marcantes do CONAMA, desde o início, foi a participação da sociedade civil por meio de representações de movimentos ambientalistas (RIBEIRO, ZANIRATO, 2009).

Em 1989, o IBDF foi substituído com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Este instituto se tornou responsável pelos licenciamentos ambientais, pela gestão das unidades de conservação federal, de criar roteiros para elaboração de planos de manejo e pela execução da Política Nacional do Meio

Ambiente.

Outro fato importante foi a constituição de 1988, que em seu artigo 225 contempla o meio ambiente da seguinte forma:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL, 1988, grifos nossos).

Nessa constituição o meio ambiente foi tratado como direito, relacionado à qualidade de vida, considerado patrimônio nacional e ligado à identidade brasileira, contudo a natureza também é vista como recurso sendo necessário preservá-la para “as presentes e futuras gerações”.

Duas coisas a frisar sobre a constituição de 1988: 1 - ela não incluiu o bioma do Cerrado como patrimônio nacional; 2 - ela revela a influência do conceito de desenvolvimento sustentável, cunhado pela ONU, na década de 1980 no relatório “Nosso Futuro Comum” e se tornou um paradigma para a questão ambiental nas agendas internacionais e nacionais, transformando-se em um discurso legitimador para as ações contraditórias de muitos países, empresas, organismos governamentais ou não, visto que este afirma ainda ser possível haver crescimento econômico e utilização dos recursos naturais.

Mesmo com as críticas, esse conceito é amplamente utilizado no Brasil e como se verá, esteve presente na formulação do SNUC, quando se observa os motivos da criação de algumas áreas ou justificativas para o manejo de algumas categorias.

A partir desse campo de políticas, legislações e bases ideológicas foi se construindo o que posteriormente se chamou de um plano para um sistema de unidades de conservação, na metade da década de 1970. Ao longo dos anos de 1980, esse plano sofreu revisões e somente em 1988, por solicitação do IBDF, foi transformada em anteprojeto de lei para a criação do SNUC, apresentando no ano seguinte ao IBAMA. Tal anteprojeto previa a constituição de três grupos de UCs: as de proteção Integral, as de manejo provisório e as de manejo sustentável.

Somente no ano 2000, ou seja, vinte anos depois, o SNUC foi aprovado, por meio da lei no. 9.985. Sobre esse processo, Medeiros (2006) evidencia as

contradições e tensões do processo de elaboração do SNUC:

A história da longa tramitação até a aprovação deste projeto nas duas casas legislativas e sua sanção final pelo Presidente da República é recheada de fatos que só serviram para revelar e demarcar mais claramente as diferentes posições existentes entre os movimentos ambientalistas no Brasil, acentuando ainda mais as suas divergências. Ao longo de extensos oito anos de debates que incluíram a apresentação de dois substitutivos na Câmara, preservacionistas, conservacionistas, socioambientalistas e ruralistas travaram uma verdadeira batalha que mobilizou a imprensa, ONGs, além de fortíssimos lobbys no Congresso na defesa de suas posições sobre a forma e os critérios de proteção da natureza. Entre os pontos mais polêmicos destacavam-se a questão das populações tradicionais, a participação popular no processo de criação e gestão de UCs e as indenizações para desapropriações (MEDEIROS, 2006: 57).

Por fim, na criação do SNUC, prevaleceu dois tipos de UCs (Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável), subdivididas em doze categorias de manejo:

Quadro 2 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CATEGORIAS DO SNUC

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: SNUC, 2000. Organização: Júlia Amabile, 2017.

Em relação à categoria Floresta, essa recebeu no SNUC status de proteção como unidade de uso sustentável, ou melhor, com uso múltiplo sustentável, herança da visão conservacionista e do próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido se manteve a tradição de rendimento das florestas como nos primeiros códigos, com a diferença de que seu uso agora inclui pesquisa, visitação pública e o predomínio de espécies nativas.

Art. 17: Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4ª A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da

unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento (SNUC, 2000).

Sobre a categoria Parque, o SNUC apresentou poucas diferenças dos primeiros códigos, visto que continuou com proteção integral predominando o valor estético e valor científico:

Art. 11: O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000).

Analisando as categorias de manejo, observa-se que a ampliação das áreas protegidas acompanha a própria percepção de que as primeiras categorias (parques, reservas, monumentos, florestas e etc.) eram insuficientes para abranger a diversidade ambiental e a própria relação humana com essas áreas. Na categoria de Uso Sustentável foi contemplada áreas com ocupação de comunidades, como o caso da Reserva Extrativista, fruto da luta dos seringueiros na Amazônia. Contudo, houve um destaque maior para proteção de áreas compreendidas como “naturais”, renegando que os espaços também são transformados pela ação humana e espaços “construídos”.

O SNUC também consolidou o plano de manejo como instrumento de gestão para todas as categorias de unidades de conservação. Seu Artigo 27 estabeleceu que “todas as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo” e definiu a abrangência e os prazos de sua elaboração de cinco anos. Outro ponto importante em relação ao plano de manejo é o estabelecimento da zona de amortecimento, com especificidades e restrições para atividades humanas no entorno da unidade, além da participação da população na confecção do plano.

Medeiros e Pereira (2011) evidenciam os desafios para os órgãos gestores na elaboração dos planos, que demanda organização, recursos humanos e financeiros, e apesar da obrigatoriedade estabelecida pela lei, são muitas as dificuldades na elaboração e implementação dos planos de manejo no Brasil. De acordo com dados apresentados pelos autores, cerca de 15% do total de unidades de conservação no país possuem plano de manejo devidamente aprovado e atualizado.

Coelho e Cunha (2010) identificaram uma periodização das políticas ambientais

no Brasil. O primeiro momento, de 1930 a 1970, o processo foi marcado pela ação de um Estado centralizador na definição de códigos regulatórios do uso dos recursos naturais e de um incipiente aparato institucional para tratar das questões relacionadas com a proteção à natureza. A partir de 1972, as políticas ambientais foram influenciadas, de um lado, pela consciência global de uma crescente crise ecológica e, de outro, por políticas estruturadoras, modernizantes e integradoras, articuladas numa estratégia, na maioria das vezes contraditória, de desenvolvimento econômico.

Para os autores, a partir de 1988, ocorreu o terceiro momento das políticas ambientais no país e que chega até os dias atuais. Nesse momento são identificados a influência dos conceitos de desenvolvimento sustentável, manejo de recursos naturais, democratização e descentralização (COELHO, CUNHA, 2009: 75), como se observa no SNUC. Com efeito, houve a predominância de uma visão utilitarista da natureza observada pelo uso indiscriminado do termo conservação.

O historiador Carlos Menarin (2011) no estudo sobre a criação do Parque Estadual de Vassununga, no interior de São Paulo, entre 1969 e 2005, compreende que o processo que levou a criação do SNUC expõe contradições do Estado, como o principal indutor da incorporação dos espaços à ordem do capital e o “único” responsável em promover a proteção de áreas da ação dilapidadora do mercado. Além disso, evidencia os conflitos entre interesses públicos e privados, principalmente com as indenizações milionárias pagas pelo Estado na desapropriação de áreas para serem transformadas em parques. Para o autor, essas contradições e interesses em torno das políticas ambientais são mais perceptíveis quando analisadas em âmbito local.

Rodrigo Medeiros (2006) aponta que os principais avanços do SNUC foram as novas formas de proteção contempladas e algumas categorias serem frutos da luta de comunidades tradicionais. Para ele o sistema nacional teve o mérito de racionalizar e aperfeiçoar em parte a proteção à natureza, mas ele também aprofundou a divisão existente entre as diferentes tipologias de áreas protegidas que ficaram excluídas do seu texto, entre eles as Áreas de Preservação Permanente, as Reservas Legais, as Terras Indígenas e as Áreas de Regularização de Interesse Social.

Apesar de evidenciar a necessidade de um sistema mais integrador, o autor desconsiderou as áreas tombadas como uma possível categoria de unidade de conservação.

Na linha crítica ao SNUC, o geógrafo Sandro Detoni (2016) entende que as

áreas naturais tombadas (ANTs) pelo CONDEPHAAT foram uma importante política de proteção à natureza com bases conceituais da preservação patrimonial, elaboradas antes da sistematização da política ambiental e das Unidades de Conservação, entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, o autor defende que, pela sistematização e uso do tombamento no caso de São Paulo e pelas possibilidades do patrimônio natural trazer outros referenciais para a proteção - como os geomorfológicos -, as ANTs são uma categoria de unidade de conservação, pois estabeleceu uma proteção integral com a preocupação de manejo, incluindo o contexto cultural e não somente a situação ecológica (DETONI, 2016: 77-80, grifos nossos).

Apesar da dimensão cultural em algumas categorias de unidades de conservação, o uso relacionado ao patrimônio e natureza estão aquém das discussões que os órgãos patrimoniais trouxeram para o conceito de patrimônio natural ao longo dos anos. Como exemplo, o Monumento Natural manteve sua primeira definição de ressaltar o valor estético e valor científico. Ao utilizar a categoria Reserva Particular do Patrimônio Natural, preservou-se áreas em propriedades particulares que possuam marcas de perpetuidade e diversidade biológica.

1.3.1. Unidades de Conservação Paulistas

Cabe rapidamente algumas considerações sobre as Unidades de Conservação de São Paulo. Elas estão sob administração dos órgãos da Secretaria do Meio Ambiente, criados em 1986.

Esses são o Instituto Florestal e a Fundação Florestal. O Instituto Florestal é mais antigo, sua “origem” remonta o Serviço Florestal de São Paulo com mudanças de nomenclatura nos anos seguintes, como Divisão de Reservas e Parques do Estado de São Paulo (1935) e Divisão de Florestas e Estações Experimentais (1970), assumindo a atual denominação de Instituto Florestal em 1986. O IF foi responsável pelas áreas protegidas do Estado de São Paulo.

Em 1987 passou para a SMA. A Fundação Florestal foi criada em 1986 pela Lei Estadual no. 5.208 de 1º de julho de 1986, estando vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. Em 1987, com o Decreto no. 26.942, a Fundação Florestal foi transferida para a SMA (RUBIO, 2009).

Em 1997, o estado de São Paulo, por meio da Lei Estadual nº 9.509/97, estabelece a Política Estadual do Meio Ambiente e difere espaços territorialmente

protegidos e as unidades de conservação. Essa lei diz:

VI - espaços territoriais especialmente protegidos: áreas que por força da legislação sofrem restrição de uso, como Unidades de Conservação, Áreas Naturais Tombadas, Áreas de Proteção aos Mananciais e outras previstas na legislação pertinente; e

VII - Unidades de Conservação: Parques, Florestas, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Monumentos Naturais, Jardins Botânicos, Jardins Zoológicos e Hortos Florestais, e outras definidas em legislação específica. (POLÍTICA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, 1997)

Nessa legislação as categorias consideradas Unidades de Conservação são algumas contempladas no SNUC, porém, com o acréscimo de Jardins Botânicos, Jardins Zoológicos e Hortos Florestais, revelando um olhar mais ampliado para áreas com atributos “menos naturais”. Mas assim como na lei federal, essa legislação não incluiu as áreas tombadas em conjunto, que são consideradas espaços territorialmente protegidos.

Em 2006 foi criado por decreto no. 51.453 o Sistema Estadual de Florestas (Siefloor), composto pelas unidades de conservação da natureza e de produção florestal, com o objetivo de aprimorar a atuação integrada entre o Instituto Florestal e a Fundação Florestal, responsáveis respectivamente pela produção científica e a gestão administrativa do sistema (RUBIO, 2009).

Observa-se que em São Paulo os órgãos de proteção têm como tradição e similaridades, serem originários dos órgãos ligados à agricultura. Apesar da origem em comum o Instituto Florestal primou pela pesquisa, já a Fundação Florestal caminhou para a exploração florestal.

No último item, cabe apresentar trajetória da natureza no campo do patrimônio com a perspectiva de compreender diferenças e possíveis semelhanças entre as formas de proteção, tendo a experiência do CONDEPHAAT em São Paulo um ponto de reflexão.

1.4. A preservação da natureza pelo patrimônio cultural

Analisar a relação da natureza no campo do patrimônio é, *a priori*, problematizar a historicidade desse conceito da incorporação da natureza como uma tipologia.

O termo patrimônio remete à herança, que contemporaneamente foram acrescidos de outros adjetivos, como histórico, artístico, arquitetônico, natural, ou mesmo em definição mais recente, como cultural.

A palavra patrimônio substituiu sua antecessora, o monumento, que deriva do substantivo latino, fruto do verbo *monere* “fazer lembrar”. Francoise Choay (2011) ao apresentar a historicidade do conceito diferencia o monumento intencional do monumento histórico. O monumento intencional é aquele artefato deliberadamente concebido por uma comunidade a fim de lembrar ou manter viva a memória de seus membros referentes à sua identidade, que no curso do século XV, com a Renascença, sofre alterações sendo associado caráter estético e de poder.

Nesse curso, o monumento passou a ser relacionado ao valor histórico, político e da arte, em uma construção intelectual e abstrata. Ao ganhar o adjetivo histórico, passou por um processo de institucionalização e proteção por parte do Estado e transformou-se na noção de patrimônio histórico. Esse processo, relacionado, ao contexto da Revolução Francesa no qual a proteção de muitos bens que eram da igreja e da aristocracia estavam em perigo foi resolvida associando a esses bens um valor de nacionalidade, de interesse e expressão de uma história coletiva (SCIFONI, 2006: 60).

Nos séculos XVIII e XIX, portanto, o patrimônio ganha feições públicas quando é associado à formação dos Estados Nacionais para compartilhar valores, criar sensação de pertencimento, em uma interpretação que minimiza a diversidade de interesses sociais e, ainda mais, os conflitos e contradições.

Esse patrimônio era entendido principalmente por grandes obras, bens arquitetônicos, e se criava a ideia de identidade única, porém compartilhada por toda a nação (FUNARI; CARVALHO, 2005:36). Essas noções foram predominantes em torno do patrimônio, e por serem limitadas, preservaram a história de determinados grupos da sociedade.

Na segunda metade do século XX, com a ampliação das discussões acadêmicas sobre o tema e congressos internacionais, experiências específicas e diversas de preservação, a noção de patrimônio ganhou amplitudes universais, com a afirmação que todo patrimônio é cultural e diverso, tanto material quanto imaterial. Com essa nova noção procurou-se dar conta da diversidade dos grupos, no sentido de que as identidades são plurais e conflituosas. Nesse curso a associação da natureza com o patrimônio ocorre primeiro com o monumento, através da expressão *monumento natural*, para depois ser conhecida como *patrimônio natural*, que é relativamente recente.

A noção de patrimônio natural, do ponto de vista jurídico e institucional começa

a ser formulado internacionalmente a partir de 1945, junto a UNESCO, organização responsável pela proteção do patrimônio cultural em escala mundial e que:

[...] Promoveu encontros da comunidade internacional para a criação, promoção e divulgação de instrumentos normativos, celebrados por meio de convenções e recomendações destinadas à salvaguarda de elementos significativos da presença humana na Terra. Teve início, a partir de então, uma ordem internacional para a proteção do patrimônio cultural (RIBEIRO; ZANIRATO, 2009: 221).

E no mesmo ano em que ocorreu a conferência de Estocolmo, 1972, a UNESCO formulou o conceito de patrimônio natural mundial. O conceito surgiu na Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, celebrada em Paris. Sua convocação se deu em face do reconhecimento da necessidade de proteger os elementos valorados no campo cultural e as áreas naturais. Também influenciou essa reunião internacional a constatação da intensa degradação ambiental gerada pelas transformações da vida social e econômica.

O que seria considerado patrimônio mundial natural deveria se encaixar nos termos de valor estético, ecológico e científico. A beleza cênica, era definida como aquela que se expressa nas paisagens notáveis e de extraordinária beleza natural ou em caráter de excepcionalidade. A importância ecológica se aplicava ao habitat de espécies em riscos de extinção ou detentoras de processos ecológicos importantes. Por fim, a relevância científica de áreas que continham formações ou fenômenos naturais relevantes para o conhecimento científico da história natural do planeta. Essa valoração da natureza seguindo critérios acima de tudo estéticos, manteve separado natureza e cultura. Essas diretrizes propostas pela UNESCO foram reformuladas em 1977.

Para a geógrafa Simone Scifoni (2006), a gênese e trajetória da noção de patrimônio natural, gestada no âmbito da proteção institucional, surgiu ligada a dois discursos: a do monumento e o discurso do cotidiano.

No discurso do monumento, o patrimônio natural reflete uma natureza intocada, grandiosa, disponível para fruição visual, e referendado pelo discurso técnico científico. No âmbito internacional prevaleceu o discurso do monumento, cuja referência francesa de patrimônio foi predominante nas formulações e escolhas da UNESCO, na segunda metade do século XX.

Já o discurso do cotidiano refere-se às experiências pessoais e coletivas nas quais se institui o tombamento de áreas naturais, por meio das práticas e mobilização social.

No caso do Brasil, como se observou, o discurso do monumento também existiu nas primeiras constituições dos anos de 1930, durante o governo de Vargas e se manteve nos primeiros tombamentos pelo então SPHAN. As políticas federais, contudo, privilegiaram o patrimônio edificado pelo valor arquitetônico e estético, deixando o patrimônio natural como objeto das políticas ambientais.

Contudo, algumas experiências estaduais como no Paraná e São Paulo fomentaram a noção de patrimônio natural construída como conquista da sociedade, ligada às práticas sociais, aos movimentos ambientalistas e memórias coletivas (SCIFONI, 2006a: 26).

Como Ribeiro aponta, a partir da década de 1980 o IPHAN também se preocupou com o meio ambiente, com a criação da Coordenadoria de Patrimônio Natural. De acordo com o autor, o IPHAN produziu um documento chamado de “Diretrizes para a análise e a classificação do patrimônio natural” e classificou o patrimônio natural em *Sítios Naturais* e *Sítios Alterados pelo homem*, contudo, foram poucos bens com essa perspectiva tombados pelo órgão federal.

Na década de 1980 deu-se ainda a promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu um conceito mais amplo de patrimônio cultural ao incluir o patrimônio natural e o imaterial como foco da ação das políticas patrimoniais. Nela o patrimônio natural também aparece como “sítios de valor paisagístico e ecológico”, reconhecendo a importância dos fatores e processos da dinâmica da natureza e também sua dimensão cultural.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nesse artigo também foram ampliados os instrumentos e mecanismos de

proteção para além do tombamento como o inventário, o registro, a vigilância, a desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

Para Delphim (2009) a constituição colocou o patrimônio natural como objeto de proteção das políticas culturais e ambientais, por meio dos artigos 216 e 225 já mencionados. Contudo, há que se perguntar: a constituição de 1988 promoveu uma separação entre natureza e cultura?

A constituição de 1988 trouxe muitos avanços para o que se define como patrimônio, mas outra experiência relevante e anterior à constituição de 1988, que promoveu novas discussões e ampliação do conceito são os tombamentos de áreas naturais realizados pelo CONDEPHAAT.

1.4.1. A experiência do CONDEPHAAT - SP

No mesmo período de normativas da política ambiental e anterior à noção mais abrangente de patrimônio pela constituição de 1988, foi que o recém-criado órgão de preservação do patrimônio paulista, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, tombou uma série de áreas naturais, assim definidas pelo órgão, no total de trinta e sete. Destacam-se nessa preservação áreas com manchas de vegetação nativa remanescente, áreas verdes urbanas constituídas por uma vegetação não nativa e implantada, extensas áreas constituídas por maciços serranos e estruturas peculiares. Assim, o CONDEPHAAT tombou o antigo horto de Rio Claro, a Serra do Japi, a Serra do Mar, o Maciço da Juréia, Reserva da Cantareira e outros.

É importante apresentar, mesmo que brevemente, a história do órgão cultural paulista. Essa terá como principal referência a pesquisa de Marly Rodrigues em “Imagens do Passado” (1994). De acordo com a autora, o CONDEPHAAT foi criado em 1968 pela lei n. 10247/68, em um contexto de reestruturação administrativa do governo estadual. Essa reestruturação ocorreu em fins de 1967, quando assumiu o governo do estado, sob a indicação da Assembleia Legislativa, Roberto de Abreu Sodré, em um momento de reafirmação do quadro autoritário instaurado no país desde 1964.

A partir dessa reforma, foi criada a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, assim como diversas instituições, entre as quais se encontram a Fundação Padre Anchieta, o Museu da Imagem e do Som, o Museu da Casa Brasileira, o de Arte Sacra e o Paço das Artes (RODRIGUES, 2000: 28). Sua “origem”, associada à promoção de

um turismo estadual, preconizou a preservação de uma memória bandeirante e identidade paulista.

A autora compreende que o CONDEPHAAT se instituiu sem uma política clara e com uma prática de funcionamento parecida com o SPHAN. No caso do órgão paulista foram instituídos cinco livros do tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o das Artes Aplicadas; o das Artes; o das Artes Populares e o Histórico.

Felipe Bueno Crispim (2016), partiu da tese de Rodrigues de que a falta de uma sistematização e diretrizes no início do funcionamento do órgão possibilitou que as ações individuais ganhassem grande importância na definição de diretrizes de ação que se sucederam, ao longo de duas décadas, nas práticas de preservação. Nesse sentido o autor compreende:

Parte-se do pressuposto de que esse movimento ocorreu num ambiente institucional em que as práticas de preservação foram construídas a partir de um campo de saber compartilhado. Isto é, na ausência de uma diretriz política, os técnicos e conselheiros, em constante interação uns com os outros, imprimiram às práticas do órgão conceitos, percepções e orientações oriundas de suas instituições de origem (CRISPIM, 2016: 55)

Partindo desse campo de saber compartilhado entre os agentes, não sem disputas e conflitos de pensamento, que atuavam no órgão, é que o autor compreende que houve uma discussão sobre paisagem e patrimônio paisagístico. Nesse cenário, o CONDEPHAAT apropriou-se do conceito de paisagem e patrimônio advindo do campo da geografia, para pensá-lo como uma categoria operativa da prática de preservação, em prol da defesa de áreas verdes que se queriam preservadas através do tombamento (CRISPIM, 2016: 55).

Portanto, a noção de paisagem, segundo Crispim, foi incorporada nas ações do CONDEPHAAT por meio da formação dos conselheiros.

Ainda, o autor destaca que a trajetória da paisagem ocorreu em três blocos: O primeiro bloco quando o conceito começou a ser mobilizado através das inscrições no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico com os tombamentos do Bosque de Jequitibá e Caminhos do Mar, respectivamente em 1970 e 1972.

O segundo momento, com participação e influência da Geografia nesse processo, entre 1976 e 1982 e inseridas nas ações de preservação através dos geógrafos José Pereira de Queiroz Neto (1978-1980), Léa Goldestein (1980-1982), Augusto Humberto Vário Titarelli (1982-1984) e Aziz Ab'Saber, com destaque para o

último que atuou como conselheiro no órgão de 1976 a 1978 e propôs diretrizes para preservação das áreas naturais na década de 1977, durante o processo de tombamento do horto.

O último momento destacado pelo autor é o alcance da política desenvolvida para as “áreas naturais” a partir do desfecho dos processos de tombamento analisados, sobretudo a partir da primeira metade dos anos 1980, entre eles a Serra do Mar. Junto com esse documento também foi criado o Grupo de Trabalho em Áreas Naturais e posteriormente a diretrizes da ordem de serviço n. 1/82 (CRISPIM, 2016: 56).

Essa diretriz foi chamada de “Subsídios para um plano sistematizador das paisagens naturais do estado de São Paulo”, coordenado por Lea Goldestein que trouxe uma definição de paisagem enquanto *um bem cultural que não se confunde como recurso natural e são heranças da história da terra*.

A paisagem corresponde à globalidade dos componentes naturais articulados num determinado contexto espacial e temporal. Não se confunde com “recurso natural” que implica aproveitamento econômico. Assim, pode se considerar o termo paisagem como síntese das diferentes formas de arranjo e dos diferentes processos de interação dos componentes naturais. Sendo o sistema ambiental dinâmico, no tempo e no espaço, ele gera uma sucessão de paisagens. O que existe hoje são paisagens onde a interferência da ação antrópica se faz sentir em diferentes graus de intensidade, em detrimento do tipo de paisagem que se convencionou chamar de quadro natural. Portanto, os poucos quadros naturais existentes são documentos vivos da evolução biológica e geológica da Terra e as paisagens onde a ação humana se faz sentir mais direta e intensamente são documentos da história do Homem. Toda paisagem é um bem cultural, seja por seu valor como acervo para o conhecimento em geral, ou pelo simples fato da paisagem integrar a noção de Mundo, no âmbito da consciência humana. É imprescindível, portanto, salvaguardar determinados tipos de paisagem ou componentes de paisagens. No caso do Estado de São Paulo, onde os quadros naturais enquanto paisagem são raros, devido a formas inadequadas de utilização, tornou-se urgente a sua preservação, não só para garantir a continuidade e a qualidade de vida da biota remanescente, mas também pelo que representam de patrimônio cultural. O mesmo quanto a alguns tipos de paisagem natural onde a atuação humana deixou marcas peculiares aos diferentes momentos da história deste Estado. (proc.20868/79: fl.61).

O documento ainda estabeleceu áreas com potencial de tombamento, sendo elas:

1º) formas de vegetação nativa remanescentes, em especial as áreas onde essa cobertura vegetal esteja ameaçada de extinção eminente;

2º) formas de vegetação secundária que se destacam pelo seu valor científico ou pela escassez de formas originais;

3º) áreas que se destacam pela existência de monumentos geológicos, de feições geomorfológicas e pedológicas particulares;

4º) áreas cuja paisagem mantém o equilíbrio do sistema ambiental garantindo a manutenção de mananciais (que são feições geológicas e geomorfológicas particulares);

5º) áreas consideradas *habitat* de espécies animais raros;

6º) paisagens que constituem exemplos de atuação antrópica, efetuada através de manejos que levam em conta a preservação do espaço territorial e das estruturas sociais locais;

7º) toda paisagem alterada ou não pela ação antrópica, que se caracterize pela sua expressividade, raridade e beleza excepcional, e pelo que a mesma representa em termos de interesse turístico, social e científico (proc.20868/79: fl.62).

Além das áreas passíveis de tombamento, que incluiu as experiências de tombamento já concretizadas do órgão, como o caso de Rio Claro que se encaixava no item sete (7). O documento também definiu a necessidade de um plano de manejo para áreas tombadas, respeitando as estruturas sociais e econômicas das populações locais.

b) dada a grande variedade e interação dos objetos passíveis de interesse para o tombamento, recomendamos como diretriz fundamental, que em cada caso, se efetuem, dentro dos quadros do STCR, com a colaboração de especialistas, quando necessário, estudos específicos que incluam a demarcação e os correspondentes planos de manejo das áreas cujo tombamento está em discussão, podendo levar a proposta que impliquem em usos variados em função de sua caracterização;

c) os planos de manejo devem ter a preocupação de respeitar as estruturas sociais e econômicas das populações locais, assim como a sua dinâmica. Devem esses planos ser suficientemente flexíveis para prever nas paisagens tombadas zonas de uso heterogêneo, com diferentes graus de restrição. (proc.20868/79: fl.63).

A ideia de plano de manejo não era nova, como já apontado, havia o decreto de 1979 para os Parques Nacionais e algumas experiências anteriores, como o caso do plano de manejo do Parque Estadual da Cantareira elaborado em 1974 pelo Instituto Florestal e com a FAO-Chile (Organização de Alimentos e Agricultura) (AYRES, 2008: 70).

No caso do CONDEPHAAT, não ficou claro no documento quais seriam as referências ou orientações para a elaboração do plano de manejo. Contudo, pode-se dizer que o órgão passava por experiências de gestão de áreas já tombadas que os levaram a estabelecer o plano de manejo como forma de proteção. Esse será o caso dos antigos hortos da FEPASA, em especial, o objeto dessa pesquisa, que teve seu

primeiro plano elaborado com a participação do CONDEPHAAT, em 1985. Tal instrumento aproximou e antecipou, com muitas ressalvas, o patrimônio natural da gestão que a política ambiental adotaria nos próximos anos. Entretanto, a utilização do plano de manejo na década de 1980 era ainda incipiente.

A partir da ordem de serviço nº1/82 também se estipulou a criação de uma equipe responsável para gerenciar as áreas naturais¹⁷. Essa equipe constituída de forma interdisciplinar, direcionou ações sobre o tombamento nos anos de 1980 e 1990 e também esteve presente na gestão desses espaços, pelo menos até 1995, quando ocorreu sua dissolução.

Sandro Detoni (2016) compreende que o conceito de patrimônio natural formulado nas ações do CONDEPHAAT foi moldado a partir das práticas realizadas no âmbito da preservação do patrimônio cultural e incluiu as características ecológico-geográficas do lugar por meio da síntese paisagística, categoria de análise amplamente utilizada no âmbito da ciência geográfica e que influenciou o embasamento teórico, metodológico e conceitual dessa prática de proteção de natureza.

Para Scifoni (2006) a experiência do CONDEPHAAT com as áreas naturais se deu em três momentos, classificados pela autora como: “os primeiros momentos, a incorporação da natureza ao patrimônio cultural (1969-1980); “momentos progressistas (1981-1991)” quando vinte tombamentos são realizados entre eles os da Serra do Mar e Serra do Japi e “momentos conservadores (1991-2006)” (2006:130). É no primeiro momento que ocorre o tombamento do antigo horto de Rio Claro, compreendido por Scifoni como:

“[...] um momento de gênese e constituição da ideia de patrimônio natural, de experiências práticas e ações que vão proporcionar uma mudança significativa que é o marco do período seguinte: a edição de bases legais da primeira normatização de conceitos e critérios para tombamentos de áreas naturais” (SCIFONI, 2006: 130).

Mesmo com a timidez no início da sua trajetória no CONDEPHAAT, isso não impediu que fosse sentida por setores contrários à preservação de áreas naturais,

¹⁷ A Equipe de Áreas Naturais foi criada no início dos anos de 1980 e se constituía como núcleo do Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR) do CONDEPHAAT para lidar especificamente com os casos referentes ao patrimônio paisagístico. Foi composta, desde seu início, por geógrafos e biólogos contratados de forma comissionada, sendo extinta em 1995 por decreto estadual (SCIFONI, 2006:150).

lembrando que esses avanços ocorreram durante a ditadura militar, que priorizava um acelerado desenvolvimento econômico a qualquer custo.

Muitos foram os processos que transcorreram de forma lenta, como da Serra do Japi, ou a Serra do Mar. Outro caso relevante em âmbito federal foi o do Pico do Itabirito (MG), declarado patrimônio natural em 1962, pelo Iphan e que em 1965 foi destombado por interesses econômicos para exploração mineral, sendo protegido (o que restou) novamente em 1989.

De acordo com Misato (2015) o ocorrido mostra os limites que uma legislação restritiva pode sofrer em decorrência de influências políticas e econômicas, em contexto não democráticos. Assim, além de legislações de proteção e controle, é necessário a gestão participativa, para se alcançar uma efetiva proteção do território, dificuldades maiores quando os atributos culturais e naturais estão presentes.

Apesar da ampliação legal dos horizontes de proteção do patrimônio no sentido de aliar o cultural e o natural, na prática, o autor evidencia a falta de avanços na gestão desses territórios. Tal visão é corroborada pelo estudo que fez da APA do Tietê, na qual Misato concluiu que as Instituições responsáveis por sua gestão não dialogam, sendo essa a Fundação Florestal e o CONDEPHAAT.

Compreende-se que a trajetória da proteção à natureza seguiu caminhos diversos e excludentes, porém paralelos, nas políticas do Estado, com as chamadas políticas ambientais responsáveis pela criação de áreas protegidas classificadas como parques, reservas, e outras, até a definição do SNUC em 2000 que as definiu como unidades de conservação em diferentes categorias.

No campo cultural, as primeiras práticas preservacionistas do SPHAN em relação à natureza foram, *a priori*, o tombamento de áreas pelo valor estético em conjunto com a ideia de natureza enquanto monumento.

Os avanços teóricos, renovação conceitual, a questão ambiental, em especial a partir dos anos de 1970, revelaram outras experiências de preservação, caso das ações do CONDEPHAAT, que possibilitaram refletir sobre o valor cultural e simbólico que o meio ambiente assumiu no campo do patrimônio cultural ampliando o conceito de patrimônio natural, que também considerou outros valores, como o ecológico e o geomorfológico.

Sobre as tutelas dessas políticas, Sonia Rebello (2009: 83-84) traz alguns elementos para distinguir o tombamento do objeto cultural da preservação pelas políticas ambientais. No primeiro caso, a preservação de um bem cultural se dá pelo

seu significado e valor a ele atribuído, seja paisagístico, histórico ou arquitetônico. No segundo caso, pode predominar a preservação dos sistemas ecológicos. Como consequência, os efeitos jurídicos desses tipos de preservação serão diferentes e a autora destaca a importância de se justificar o porquê e o que se quer preservar.

O que se apreende dos apontamentos de Rabello e pela própria trajetória da natureza nas políticas apontadas neste capítulo é que a natureza, no seu sentido “natural” ou sem a presença humana, não se relaciona com a cultura, e, portanto, ambas devem ser protegidas por instrumentos diferentes.

Essa distinção, de certa forma, marcou a concepção desses modelos de preservação e a forma de valoração dos espaços. Rabello entende que essas distinções não ocorreriam em lugares agenciados pelo trabalho humano, como jardins botânicos, por exemplo, pois não existe uma natureza original a ser preservada e o tombamento pode ser diverso, desde o histórico ao paisagístico, o que no último caso incluiria uma visão global do espaço, considerando as edificações, o traçado, as espécies e a razão de atividade do espaço.

O caso do antigo horto florestal de Rio Claro, majoritariamente de eucalipto, permite refletir sobre essas distinções apontadas por Rabello, já que teve sua valoração enquanto paisagem cultural pelo CONDEPHAAT e Floresta Estadual pela política ambiental.

Os próximos capítulos, procuram apresentar esse caso *sui generis* da preservação paulista, os sentidos de natureza a ele atribuído e tensões desse processo. Sobre um olhar local, revela as mudanças de uso de um antigo horto que o transformaram em patrimônio ambiental, os interesses de agentes que tencionaram com as tutelas, modificando-as e impondo limites a sua preservação.

Dessa forma, os próximos capítulos procuram mostrar a história do horto “Navarro de Andrade” e sua trajetória na cidade de Rio Claro, e como seu caso apresenta as relações conflitantes entre natureza e sociedade sob olhar da história ambiental.

2. UM OLHAR DA HISTÓRIA AMBIENTAL PARA RIO CLARO

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade e a região onde se situa sua maior área, no caso o município de Rio Claro. O antigo horto, como ainda é popularmente conhecido, também faz parte da cidade de Santa Gertrudes, mas é em Rio Claro onde as relações com esse espaço se tornaram objetos da investigação histórica.

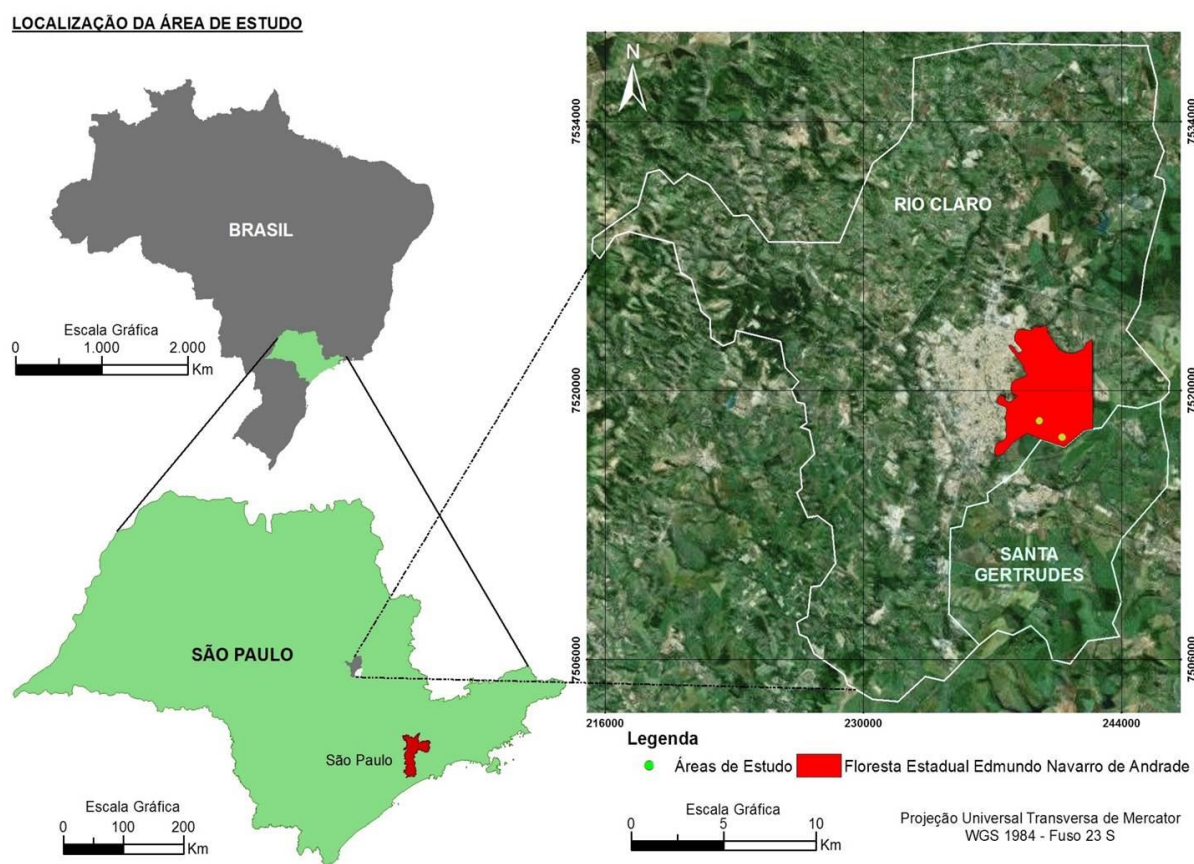
Ao apresentar a relação do antigo horto com a cidade, evidencia-se nesse texto a sociedade que se formou no entorno do espaço e as particularidades que envolveram sua transformação em um patrimônio ambiental, objeto de proteção de duas tutelas pelo Estado.

2.1. O antigo horto na cidade de Rio Claro – Breve apresentação

O município de Rio Claro localiza-se a aproximadamente 180 km da capital e possui uma área de 503 km². Segundo o último censo do IBGE, em 2010 a população da cidade era de 185.421 habitantes e desses, cerca de 90% residiam na área urbana. As estimativas demográficas para 2017 era que a população chegasse a 201.473 mil.

Situada às margens da Rodovia Washington Luiz (SP-310 – sentido São Carlos, Ribeirão Preto) o município também pode ser acessado pelas rodovias Fausto Santomauro (SP-127) que liga Piracicaba e Rio Claro, estendendo-se até Itapetininga e pela Rodovia Wilson Finardi, (SP 191), que se estende de Mogi-Mirim a Santa Maria da Serra e liga Rio Claro a cidades de Araras e Ipeúna. A rodovia Washington Luiz também faz ligação com as rodovias que ligam o interior a capital, a Anhanguera (SP-330) e a Bandeirantes (SP-348).

Figura 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO E FEENA NO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Acervo FEENA

A cidade de Rio Claro também é circundada por pequenos municípios como Santa Gertrudes, Corumbataí, Itirapina, Ipeúna, Analândia, Iracemápolis e por cidades de médio porte como Limeira, Piracicaba e Araras.

Essa região¹⁸ possui um importante micro bacia hidrográfica para o Estado de São Paulo. No passado, dentro do que se classificou como Oeste Paulista, a cidade de Rio Claro foi estratégica para o avanço da fronteira cafeeira pelo interior do estado

¹⁸ Recentemente encontra-se em discussão a proposta de criação de Geoparque nessa região. Geoparque (ou *geopark*, em inglês) é uma marca atribuída pela Rede Global de Geoparques, sob os auspícios da UNESCO a uma área onde sítios do patrimônio geológico representam parte de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Um geoparque deve gerar atividade econômica, notadamente através do turismo, e envolve um número de geossítios ou sítios geológicos de importância científica, raridade ou beleza, incluindo formas de relevo e suas paisagens. Aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem representar importantes componentes de um geoparque. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geoparques-134>. Acesso em 31/03/2018.

e importante centro ferroviário, conferindo a cidade um processo de urbanização peculiar na segunda metade do século XIX.

Assim, é possível visualizar na parte central da cidade galpões das oficinas da época da Cia Paulista, empresa privada responsável pela ferrovia na região, partes de vagões, linhas e uma estação de trem, atualmente usada com terminal de ônibus. Os trens circulam dentro da cidade, porém, não existe transporte de passageiros desde 2001. Atualmente, apenas o transporte de carga é realizado usando a antiga estrutura da ferrovia. Esse transporte é realizado pela empresa que, atualmente, administra a malha ferroviária paulista - América Latina Logística.

Um pouco distante dessa estrutura da ferrovia, também aparece uma área majoritariamente composto por eucaliptos. Quem não conhece sua história e observa a partir das rodovias, ou outros pontos da cidade, pode inferir que se trata de mais uma área de reflorestamento de eucalipto, paisagens comuns nas rodovias que levam ao interior, partindo de São Paulo.

Atualmente com um total de 2.230,53 hectares, nessa área foram plantadas mais de cem espécies de eucaliptos e também árvores nativas. Conhecida em Rio Claro como antigo horto, a área foi formada a partir de fazendas de café no início do século XX pelo Serviço Florestal da CPEF e se tornou residência de Navarro de Andrade, engenheiro agrônomo conhecido como o introdutor da silvicultura de eucaliptos no Brasil.

Sua entrada principal é relativamente próxima da antiga estação de trem, na parte central de Rio Claro. É rodeada por palmeiras imperiais que não apresentam nenhuma placa de informação e dão a entender a um visitante de fora ou morador recente que elas sempre estiveram ali, que o horto sempre começou daquele ponto. Da entrada segue uma estrada, em parte asfaltada, que corta o bosque das Sapucaias (figura 2), nesse percurso é possível observar as espécies de eucalipto e a vegetação classificada como sub-bosque, característica de outras áreas da FEENA e o Ribeirão Claro. Essa estrada leva até ao uso público da floresta, com uma distância de dois a três quilômetros da portaria principal.

Essa entrada fica ao lado do único shopping da cidade, construído em 1995, em uma antiga fábrica de tecido da família Matarazzo. A entrada possui uma portaria¹⁹ e uma placa da Fundação Florestal (FF), órgão da secretaria do meio ambiente que

¹⁹ Não existe controle do número de visitantes espontâneos no horto nas duas portarias.

administra o espaço junto ao Instituto Florestal desde 2006. Não há nessa placa referências a primeira tutela de preservação, o tombamento em 1977

Figura 2 – BOSQUE DAS SAPUCAIAS (ENTRADA FEENA)



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2016

Uma segunda entrada localiza-se no bairro Vila Indaiá, a estrada por este caminho não é asfaltada, com uma distância de quatro a cinco quilômetros até o uso público. Por ambas as estradas há pontes sob o rio Ribeirão Claro, que em épocas de chuvas já foram destruídas e, conseqüentemente, interditadas o acesso de visitantes.

O Ribeirão Claro (figura 3) que corta o espaço e boa parte da cidade, posteriormente deságua no Corumbataí, forma na FEENA e entorno uma micro bacia que tem como afluentes os córregos Ibitinga e Santo Antônio. Esses correm na parte sudeste da cidade na divisa do horto com a zona urbana. No solo da FEENA encontra-se: o tipo hidromorfo ou solos de várzea, pouco aprofundados, que permitem a acumulação de matéria orgânica, o solo tipo latossolo vermelho claro e o latossolo

roxo. Nos dois últimos solos foram plantadas eucaliptos fechados e pinus (LANDI, 1983: 5 a 9).

Figura 3 – O RIBEIRÃO CLARO DENTRO DA FEENA



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2017

Entre as duas entradas ficam o Clube de Cavaleiros e a indústria Preservação de Madeiras S.A. (PREMA). A primeira tem concessão de uso de espaço desde 1984 e é um dos lugares onde ocorrem torneios de hipismo da cidade e região. A segunda produz móveis de eucalipto com tradição em melhoramento de madeira, desde 1936.

O acesso ao espaço se dá por carros, motos e, para os mais aventureiros, bicicletas e caminhadas. Existem três trilhas oficiais do lugar, sendo elas a trilha da “Saúde”, de 1,5km, a trilha da “Coleção” onde estão plantados os eucaliptos mais antigos (figuras 4), aproximadamente 1km e a trilha dos “Nove”, a maior de todas de 9km. Há relatos de uma trilha, não oficial²⁰, que leva a uma antiga pedreira, onde há um reservatório que pode ser usado para nadar.

²⁰ Não foram encontrados registros fotográficos dessa trilha ou pedreira.

Figuras 4 – TRILHA DA COLEÇÃO



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2017

Na área chamada de uso público (figura 5) há o lago (figura 6) e a maior parte das edificações construídas da época em que foi fazenda de café, propriedade da Cia Paulista e depois da FEPASA. Essas propriedades são: Casarão onde hoje se localiza a Sede administrativa da FEENA (figura 7); o Solar do Navarro de Andrade que no passado foi residência dos barões de Piracicaba (figura 8); Solar Amarelo onde viveram imigrantes italianos (figura 9); colônias/casas de funcionários da ferrovia (figura 10); o Museu do Eucalipto (figura 11) e a capela de Santo Antônio construída pelos funcionários da Cia paulista em 1955 (figura 12), entre outras edificações que hoje estão sem usos e com falta de manutenção e restauração .

Figura 5 – PARTE DA ÁREA DE USO PÚBLICO



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2017

Figura 6 – LAGO E JARDIM COM AS PALMEIRAS IMPERIAIS



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2017

Figura 7 – SEDE ADMINISTRATIVA DA FEENA



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2017

Figura 8 – SOLAR NAVARRO DE ANDRADE



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2017

Figura 9 – SOLAR AMARELO



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2017

Figura 10 – CASA DA ANTIGA COLÔNIA



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2017

Figura 11 – MUSEU DO EUCALIPTO



Fonte: Foto de Júlia Amabile, 2017

Figura 12 – CAPELA DE SANTO ANTÔNIO²¹

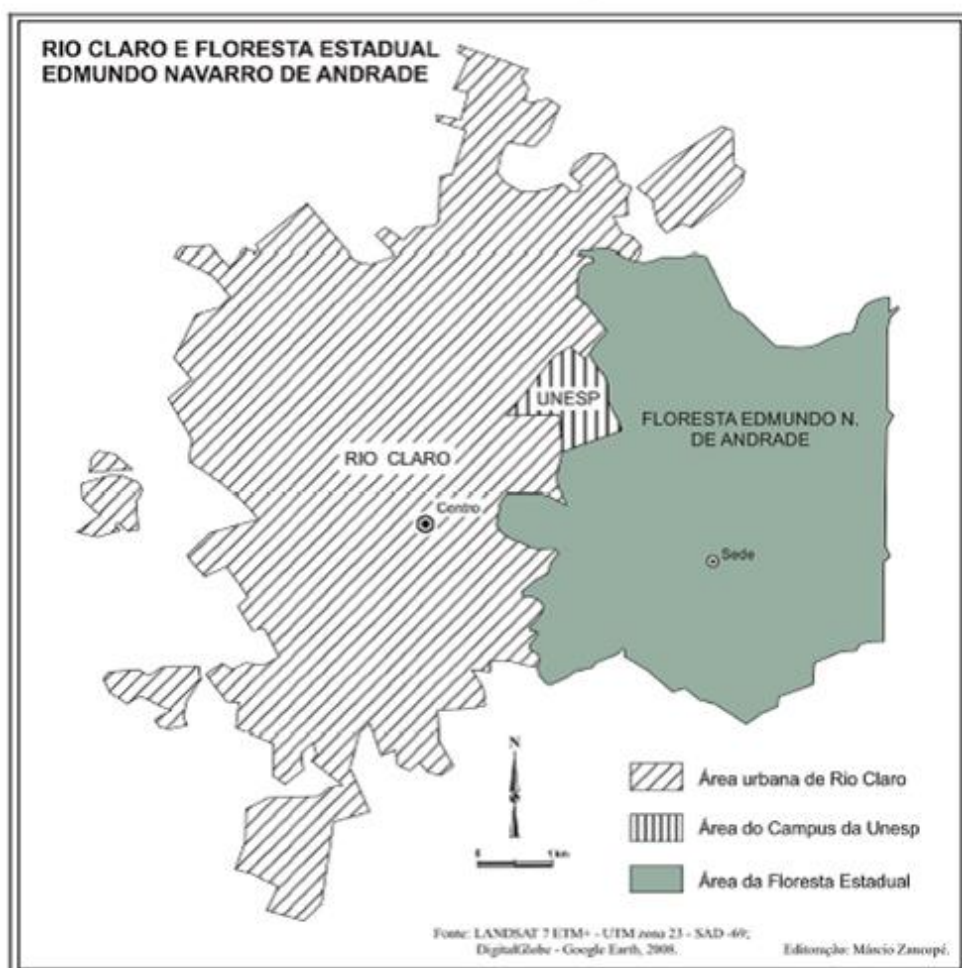


Fonte: Sem autoria, s/d. Acervo do Arquivo Público de Rio Claro “Oscar Penteadó”

O crescimento urbano da cidade na direção leste pressionou e invadiu, nos últimos 40 anos, áreas do antigo horto. Da época que foi concebido (1909) até os dias de hoje o espaço já perdeu mais de mil hectares. Atualmente com 8km de divisa com o perímetro urbano da cidade, no seu entorno estão: o campus da UNESP, a estrada que liga Rio Claro a Araras, vários bairros residenciais e o shopping (figura 12).

²¹ Durante o desenvolvimento desta dissertação o acesso a capela encontrava-se interditado, não foi possível o registro fotográfico recente do edifício.

Figura 13 – LOCALIZAÇÃO DA FEENA E LIMITES COM A ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO



Fonte: JOINHA, 2004: 97²²

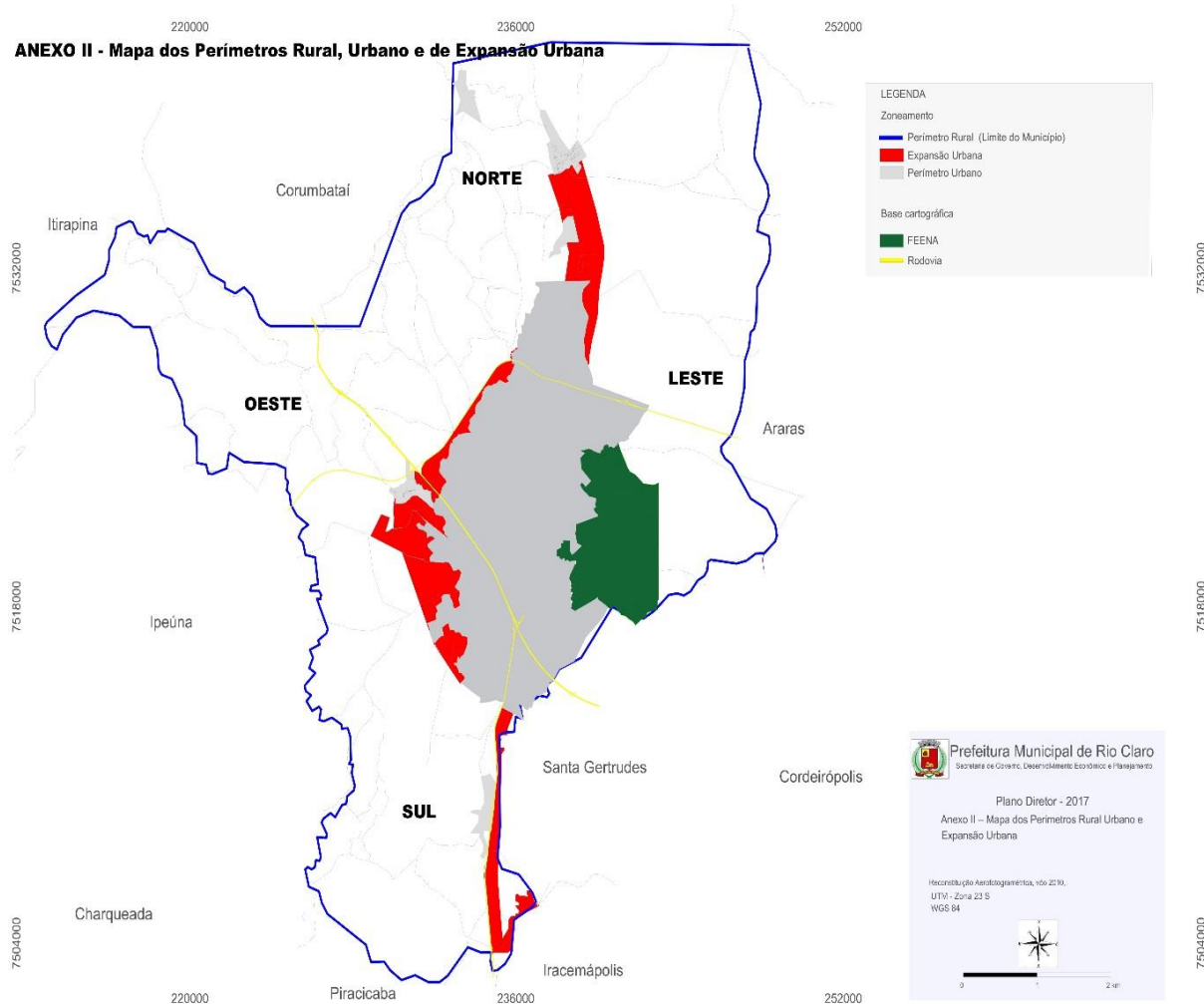
Na divisa com a cidade de Santa Gertrudes, o antigo horto é pressionado por fazendas de cana de açúcar, que já provocaram incêndios em várias ocasiões, ameaçando a vegetação e fauna da floresta.

Na análise atual do crescimento urbano, apontado pelo último plano diretor de Rio Claro (aprovado em 2017), observa-se que o crescimento atinge outras regiões da cidade: norte, oeste e sul (figura 14). Dessa forma o antigo horto formou uma

²² JOINHAS, Luzia Ap. **Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade como um espaço de contradições:** entre a memória e o esquecimento. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências- Campinas, SP: [s.n.], 2008.

espécie de “pequena ilha” entre o urbano e o rural no município, e como será destacado nessa dissertação, sofreu tensões (e sofre) de ambos os lados.

Figura 14 – CRESCIMENTO URBANO DE RIO CLARO



Fonte: Plano Diretor de Rio Claro, 2017²³

As áreas de uso público da FEENA reconhecidas por sua beleza são utilizadas pela população local e das outras cidades, com maior número aos finais de semana, para piqueniques, caminhadas e passeios de bicicletas. É comum pessoas realizarem ensaios fotográficos, famílias com crianças visitam o jacaré do lago, além da possibilidade de práticas de esporte coletivos²⁴ e visita ao Museu do Eucalipto que

²³ Disponível: <http://www.rioclaro.sp.gov.br/pd/index.php>. Acesso em 07/10/2017

²⁴ Além do horto, outro espaço utilizado para atividades é o Lago Azul, uma espécie de parque localizado entre as zonas norte e oeste de Rio Claro, um espaço com brinquedos, academia ao ar livre, centro cultural, biblioteca e teatro.

atualmente abre no primeiro final de semana de cada mês. Durante a semana, após agendamento, ocorrem visitas monitoradas de escolas públicas e particulares para visitarem o museu e uma das trilhas oficiais.

O antigo horto também é divulgado²⁵ como um dos atrativos turísticos da cidade, sendo apresentado como “berço do eucalipto” referente ao desenvolvimento de pesquisas com a espécie que houve no espaço.

Apesar de criado com o objetivo de reflorestamento e fornecimento de madeira para carvão, dormentes e necessidades da ferrovia, o horto superou uma parte destas funções iniciais, ganhou destaque na vida e memória da cidade.

Com muitas potencialidades de estudo, o foco desta dissertação é apresentar a história de sua preservação. Em 1977 o horto foi tombado como patrimônio natural pelo CONDEPHAAT e, no começo do século XXI, classificado como Floresta Estadual seguindo os parâmetros do SNUC. Após a mudança de classificação, passou a se chamar Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade.

Como se deram essas mudanças no espaço? Quais experiências que esse espaço apresenta quando é observado na ótica da relação sociedade e natureza?

2.2. Meio ambiente e Sociedade em Rio Claro

Olhar o horto pelas relações entre sociedade e natureza é uma opção historiográfica da chamada história ambiental, que se caracteriza, de forma geral, como um estudo que aborda as questões ambientais no tempo e encontra no meio ambiente o seu objeto de investigação, ou sobre outro prisma, o exame das relações entre os seres humanos e, dentro e a partir delas, a análise das relações que se estabelecem com o mundo natural (MARTINEZ, 2006).

Como referencial de análise dentro dessa prática, optou-se por utilizar as contribuições sugeridas pelo historiador Donald Worster (2003), ao afirmar que a história ambiental pode operar em três níveis de análise: o primeiro nível onde é preciso entender como a natureza estava organizada no passado; no segundo nível o historiador deve entender o processo de transformação da natureza através dos modos de produção, ou organização do trabalho, que além de possibilitar as mudanças nas relações humanas também o fazem em relação à natureza. Nas palavras do autor:

²⁵<http://www.visiterioclaro.com.br/interna.php?idm=10&coract=1&mat=30>; Acesso em 11/03/2017; <http://www.rioclaroturismo.com.br/turismo-rioclaro/roteiro-turistico9.4.1.php>. Acesso em 12/03/2017

[...] o foco está na compreensão de como a tecnologia reestruturou as relações ecológicas humanas, isto é, na análise sobre as várias formas com as quais as pessoas tentaram transformar a natureza num sistema que produz recursos para o consumo. Neste processo de transformação da terra, as pessoas têm igualmente reestruturado a si mesmas e as suas relações sociais. (WOSTER, 2003: 26)

No terceiro nível o historiador estuda as representações, percepções, valores, comportamentos que os grupos humanos constroem sobre a natureza.

Na concepção e construção deste trabalho articulou-se a lógica apontada por Worster, com ênfase nos segundo e terceiro níveis apresentados, ou seja, como meio ambiente e sociedade se moldaram e se transformaram a partir do trabalho, da agricultura e da tecnologia que resultaram, entre outros, no horto e meio urbano e as relações e percepções sobre esse espaço. Compreende-se também que nessa lógica, os níveis não seguem necessariamente uma ordem.

Este trabalho parte de uma perspectiva regional e local, que focaliza em processos sociais e naturais geograficamente circunscritos, em especial sobre a produção econômica que houve na cidade e região. Com essa perspectiva, Drummond sugere a revisão dos ciclos econômicos sob o enfoque na natureza e:

[...] identificar em escala regional e local, que tipos de sociedade se formaram em torno de diferentes recursos naturais, que permanências tiveram essas sociedades e que tipos de consequências elas criaram para os seus ambientes sustentarem outros tipos de sociedades (DRUMMOND, 1991: 5 e 18).

Por fim, ao pensar a interação entre natureza e sociedade, a partir de um olhar local, outro expediente importante da história ambiental, por seu caráter interdisciplinar, são os diálogos com outras áreas do conhecimento, que possibilitam aprofundar no que é específico e singular, principalmente para superar o senso comum e estudos generalizantes (LEONARDS, 1999).

Por fim, cabe destacar que a análise proposta neste capítulo não visa abarcar a totalidade dos eventos da cidade ou do horto, antes será restrito aos objetivos dessa pesquisa.

2.2.1. Aspectos geográficos e estudos arqueológicos

Localizada no centro do estado, na chamada Depressão Periférica, a região de Rio Claro tem como características geomorfológicas um compartimento topográfico rebaixado, apresentando um relevo de colinas suaves, formando um corredor de

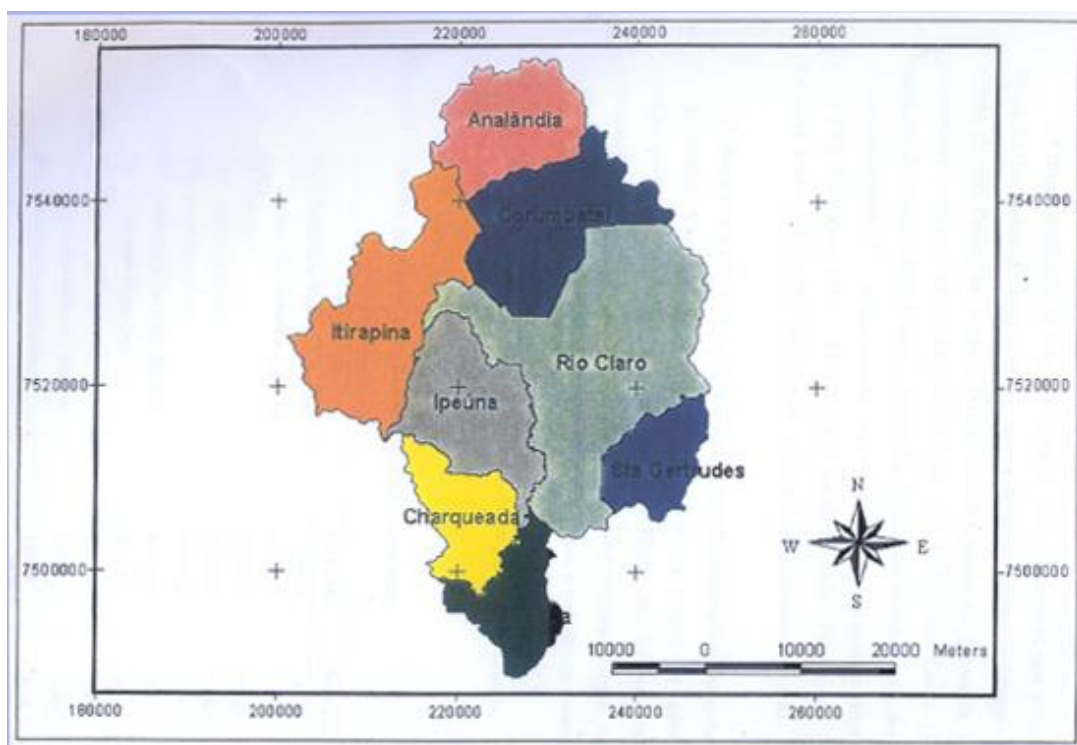
aproximadamente 80 a 100km de largura, com altitudes de 500 a 700 metros (ARAÚJO, 2001; TROPMAIR,1992). É a terceira das três grandes províncias geográficas do interior do estado, drenada pelos sistemas hidrográficos dos rios Pardo, Moji-Guaçu, Tietê e Paranapanema.

Apesar de estar em sentido contrário à direção destes últimos, o subnívelamento geral dessa área elevada situada entre dois vales (600 – 700 m.) sugere que a região inteira sofreu um processo geral de escavação e aplainamento durante eras geológicas distantes e classificadas como Plioceno Superior e Pleistoceno Inferior, que apagou o antigo relevo, cujos vestígios se encontram nas superfícies de cimeiras do estado (MILLER JR., 1969: 41).

Dentro dessa Depressão Periférica corre a bacia hidrográfica do médio Corumbataí²⁶, que além desse, tem outros três rios: Ribeirão Claro, o rio Passa Cinco e rio Cabeça, que ainda conta como afluentes: Ribeirão João Pinto, Rio dos Pereira, Córregos da Barreira, da Servidão, Ibitinga e Santo Antônio. Sendo a bacia do Corumbataí uma das sub-bacias de maior importância para bacia do rio Piracicaba e esta para o rio Tietê.

²⁶ Essa bacia é protegida por dois decretos. O primeiro de no. 20.960 de 08/06/1983 definiu Área de Proteção Ambiental (APA) do Corumbataí-Botucatu e Tejuapá (Plano de Manejo, 2005:105), este foi referente ao perímetro do Corumbataí e tem como finalidade a proteção das cuestas basálticas, recursos hídricos superficiais e aquífero Guarani, remanescentes de vegetação nativa e patrimônio arqueológico. O perímetro Corumbataí engloba municípios como Rio Claro e Corumbataí. O segundo decreto estadual (no. 26. 882 em 1987), criou a APA Piracicaba – Juquere Mirim. Essa APA é dividida em duas áreas. A área que compreende alguns municípios como Corumbataí, Ipeúna e Rio Claro, e tem a finalidade de zelar pela qualidade e quantidade das águas de abastecimento público dos núcleos urbanos situados na bacia do Rio Corumbataí (BENINI, 2009: 32 e 33). O Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) da UNESP de Rio Claro produziu um atlas ambiental da bacia do Corumbataí, no qual contém importantes estudos sobre os desafios e degradação da bacia.

Figura 15 – LIMITES DOS MUNICÍPIOS NA BACIA DO RIO CORUMBATAÍ



Fonte: Atlas Ambiental Bacia Rio Corumbataí – CEAPLA/UNESP-RC

O rio Corumbataí percorre aproximadamente 110 km da bacia, no município de Rio Claro escoa no sentido Norte-Sudoeste e atravessa a parte Oeste da cidade, cujo vale vem sendo ocupado por processos de urbanização a partir dos anos 1980 (SARTI, 2001). Sua nascente está localizada a 1058 m de altitude, na cidade de Analândia e sua foz a 470 m de altitude no rio Piracicaba, no município de Piracicaba.

O Ribeirão Claro nasce no município de Corumbataí, tem a maior parte do seu percurso na cidade de Rio Claro e em parte da FEENA, percorrendo aproximadamente 40 km até desaguar no rio Corumbataí na Usina do Corumbataí ainda em Rio Claro. Os dois rios são responsáveis pelo abastecimento da população rioclarense e, atualmente, em maior ou menor grau, estão poluídos.

O clima da região é tropical com temperaturas médias entre 20° e 21°C e 1100 a 1300 mm de chuva. No verão ocorrem maiores níveis de precipitações, que são menos intensas durante o resto do ano. As temperaturas variam entre acima de 22° em períodos quentes e a 16° mais frios.

Rio Claro faz parte do Oeste Paulista, região que ficou famosa pela terra roxa, o solo mais fértil e propício para a agricultura. Contudo, como Pierre Monbeig (1984) apontou, esse solo famoso é menos comum do que se imaginava, cobrindo apenas 2% de toda a região em dimensões modestas.

No caso do município de Rio Claro o contexto pedológico indica a predominância de três grandes manchas de tipos de solos: podzólicos vermelho-amarelos de textura média/argilosa, que aparecem nos vales do rio Corumbataí e Ribeirão Claro; latossolos vermelho-amarelos de textura média, profundos, ocorrendo no topo dos grandes interflúvios tabuliformes, correspondendo ao solo de alteração da Formação Rio Claro, e latossolas rochas areníticas. A Formação Rio Claro pode ser caracterizada como: sedimentos predominantemente arenosos, de fraca litificação e profunda alteração pedogenética, formando espesso solo arenoso (ZANI apud Sarti, 2001)

A infiltração da água da chuva é rápida nesses solos, com isso ocorre o processo de lixiviação e esses se tornam pobres e ácidos. Essa condição do solo ficou mais adequado para as pastagens e áreas de reflorestamentos de eucalipto. Quando o solo é usado para culturas, há necessidade de adubação e correção de acidez.

Somente nas áreas onde o substrato é basáltico (corpo ígneo básico) existe o solo mais fértil: a famosa terra roxa, que nos dias de hoje é ocupado pela cultura do açúcar e parte da FEENA. Portanto, na região, predomina várias características de solos formados por arenitos, mas há também o regosol, mais pobre formado por 70% de areia, hidroformo e litosolo (TROPPMAIR, 1992). Outro elemento do solo na região estudada é a riqueza de jazidas de calcário e argila.

Dentro deste cenário, entre os séculos XVII e século XIX, período em que viajantes se estabeleceram e a agricultura intensiva passou a ser praticada, a implantação do município se deu em uma área de fronteira ecológica entre o cerrado e a floresta estacional semidecidual (Troppmair 1992) e (Araújo 2001).

Warren Dean no livro “Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura – 1840 a 1920” (1977) com a preocupação em descrever a “origem” da “ocupação” do território e as modificações pelas quais a paisagem passou, descreveu a vegetação de acordo com remanescentes que ainda existiam.

No princípio do séc. XVII, parte destas terras era coberta de campos cerrados*- de solo arenoso e leve pontilhado de arbustos e árvores- mas quase tudo era floresta [...] É uma visão maravilhosa. A luz da manhã filtra-se desde um dossel de árvores de troncos lisos e

folhas delicadas - cabreúvas, perobas, jequitibãs – atravessando um emaranhado de cipós e lianas. As figueiras bojudas parecem ameias semidestruídas, impotentes sob o peso das samambaias e trepadeiras [...] (DEAN, 1977: 19).

Sobre a população que aqui vivia Dean continua:

A região que viria tornar-se o município de Rio Claro fora, por milhares de anos, o *habitat* de caçadores nômades cujos artefatos de pedra lascada ainda se espalham pelas margens dos rios. Seus ossos ou os resíduos do que quer que tenham produzido dissolveram-se no solo ácido ou sob as pesadas chuvas de verão. Aproximadamente há mil anos atrás, eles foram sucedidos pelos tupi-guarani, semi-sedentários, que os portugueses encontraram disseminados ao longo da costa ao chegarem ao Brasil em princípios do séc. XVI. (DEAN, 1977: 20)

A região de Rio Claro foi objeto de estudo de pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos anos 1960 na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (FAFI) que posteriormente se transformou na Universidade Paulista “Júlio Mesquita” (UNESP). Tais estudos produzidos por Altefender Silva (1968) e Miller Jr. (1969), entre outros, indicaram a existência dos mais antigos sítios arqueológicos de São Paulo, com horizontes líticos e cerâmicos, os últimos de tradição Tupi Guarani (ARAÚJO, 2001).

Essa presença foi encontrada no entorno da FEENA, um sítio de categoria pré-colonial, onde localizaram artefatos lítico lascado e lítico polido em superfície e em profundidade, expostos a céu aberto. De acordo com informações obtidas no plano de manejo de 2005, trata-se do sítio denominado **Pitanga**. O sítio foi registrado por Tom O. Miller Jr. em 1969 e protegido pelo Decreto Municipal no. 4.150 de 19 de abril de 1990, que o define como área de “**preservação arqueológica municipal o subsolo**” do local de ocorrência do sítio, que abrange os bairros Vila Paulista e Cidade Nova, onde corta o córrego Lavapés. No plano de manejo de 2005 essa área foi inserida no setor Zona Histórico-Cultural do manejo da FEENA.

Em relação à presença das populações Tupi-guarani, com a chegada dos portugueses, essas foram quase exterminadas, os que sobreviveram se dispersaram adentrando o território ou se misturaram com outros grupos.

Essas pesquisas revelam, portanto, uma ocupação antiga, não referenciada na maioria dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre Rio Claro, que descrevem a região no processo de colonização como terras inexploradas, sertão inóspito a partir

do século XIX. Considerando esse passado pré-colonial, o termo ocupação em Rio Claro deve ser utilizado com devidas ressalvas, já que o processo aqui descrito se configura como uma reocupação desse espaço por outros grupos.

2.2.2. Sertões do Morro Azul - São João (Batista) de Rio Claro

A partir do recorte dos séculos XVIII e XIX, o estudo sobre a cidade perpassou pesquisas de historiadores, geógrafos e memorialistas, entre eles o já citado historiador estadunidense Warren Dean (1977), que estudou a região na perspectiva da história social e econômica. O autor apresenta reflexões para temas que permeiam essa dissertação, como a questão do trabalho, a expropriação da terra, agricultura, crescimento urbano e um olhar para as transformações na paisagem de Rio Claro e região.

Rio Claro é descrita por Dean (1977) como “Boca de Sertão” e, apesar de referenciar as ocupações antigas, o autor afirmou “[...] Essa vasta região de solo fértil e clima temperado, uma fronteira de terras inexploradas, estava aberta à ocupação pioneira”²⁷. A expressão “Boca de Sertão” utilizada por Dean é muito comum para descrever regiões que ao servirem de caminho para tropas no século XVII e XVIII a caminhos de Goiás, Mato Grosso, acabaram por fundar povoados, que mais tarde se tornariam cidades²⁸.

Esse caminho passava por matas conhecidas por sertão do “Morro Azul” (uma extensão de terra que chegava a Mogi Mirim e Araraquara) e o caminho que os viajantes realizavam, possivelmente indígena, era a rota Tatuibi-Limoeiro (Tatu, Limeira e Morro Azul) e depois seguiam pelos sertões de Araraquara (TROPMAIR, 1993).

Importante memorialista da cidade, Oscar Penteado, descreve esses viajantes como desbravadores na seguinte passagem:

[...] Bandeirantes e aventureiros que desbravavam inóspitos sertões à cata do ouro aqui se deixavam ficar, às vezes vencidos pelo cansaço, outras vezes entusiasmados pela exuberância da flora e pela salubridade do clima. Cada qual constituía a sua posse no lugar que melhor lhe aprouvesse. Eram então levantadas as primeiras casas nas glebas que margeavam o Ribeirão Claro casas toscas, de pau-a-pique cobertas de sapé e folhas de indaiá (PENTEADO, 1978: 17).

²⁷ Dean, 1977, p. 20.

²⁸ Sueli de Bem ao descrever a história de reocupação da cidade de Jundiaí, também a descreve como Boca de Sertão, ler mais em: BEM, Sueli. **Conversa de Patrimônio em Jundiaí**. São Paulo: Edusp, 376 p., 2014.

Helmut Troppmair (2008), geógrafo que desenvolveu estudos sobre a cidade também reitera a formação do povoado próximo a curso d'água, o córrego do Servidão:

Rio Claro nasceu: pouso de tropa à beira de estrada antes da subida da Serra dos Padres. Nas margens do córrego da Servidão, no quarteirão onde, por muitos anos, se localizou o Estádio Municipal (AV. 10 e 12, ruas 6 e 7), surgem em 1825 as primeiras casas (TROPPMAIR, 2008: 16).

Observa-se nas interpretações sobre as origens de Rio Claro que a localização estratégica da região e seus atrativos foram as causas do início do repovoamento nos séculos XVII e XVIII, em parte influenciado pela descoberta do ouro na região de Mato Grosso.

Nesse processo a cidade que daria origem a Rio Claro tem sua formação próxima às margens do córrego da Servidão e também do Ribeirão Claro. Atualmente, o córrego da Servidão está canalizado na Av. Visconde de Rio Claro, já o Ribeirão Claro pode ser visto na FEENA e na Usina do Corumbataí.

Dean (1977) destaca que a população que ocupou as áreas próximas aos cursos de águas da região era formada por pequenos posseiros, também chamados de caboclos, em sua maioria uma população mestiça e com núcleo familiar composto por pai, mãe e filhos.

No início do século XIX, esses grupos começaram a formar pequenas propriedades de terras, na qual o cultivo de milho, mandioca, feijão, fumo e comércio de porcos se tornaram atividades econômicas que visavam à subsistência.

Apesar de ser uma agricultura de subsistência, essa era praticada de maneira predatória, com queimadas que produziam nas florestas, durante um curto período de tempo, terras férteis para que fossem plantadas sementes sem nenhum rigor, após um período de produção, essas terras eram abandonadas, visto que esses posseiros não criavam vínculos permanentes e seus investimentos eram mínimos e o retorno temporário. Assim explica Dean:

Uma das razões porque os colonizadores de Rio Claro eram tão errantes estava na agricultura predadora que praticavam. Eles abriam clarões temporários na floresta por meio do fogo. Perto do final do inverno, que era a estação seca, cortavam a machado e foice as lianas e o sub-bosque, e os deixavam secar por algumas semanas. No dia em que o vento era propício, punham fogo à mata, que ardia intensamente; a fumaça era visível a quilômetros de distância. A clareira resultante, com uma extensão de dois a três hectares, não consistia num campo limpo, pois nela restavam os restos de troncos

enegrecidos e de raízes desenterradas - mas era fertilíssima. O lavrador fazia alguns furos no solo com um pedaço de pau, punha umas poucas sementes em cada cova e aplicava muito pouco trato cultural daí em diante, exceto uma ou duas capinas e o espaçamento das mudinhas. Por uns cinco ou seis anos repetia-se a queimada antes da plantação, até que o lugar era abandonado e o mato tornava a crescer (DEAN, 1977: 24).

Esse processo, portanto, promoveu impactos no solo, por vezes lento, porém com acentuada derrubada das florestas, visando terras férteis para agricultura. Além disso, também promoveu um comércio local que se ampliou, permitindo o estabelecendo de um novo status para o pequeno povoado.

Porém, esse impacto seria ampliado a partir da projeção que a região passou a ocupar para os interesses econômicos do governo imperial. As terras foram doadas pelo regime de sesmaria à elite da época, um pouco antes da sua extinção em 1822. Isso ocorreu devido aos excedentes financeiros gerados pela economia colonial, acumulados principalmente pelos fazendeiros do litoral e por comerciantes que precisavam reinvestir em novas terras e em mais lavouras.

A lógica administrativa da época optou por entregar essas terras “livres” a uma elite, que continuaria investindo na grande propriedade e mão de obra escrava, sem investir no pequeno proprietário que já havia se estabelecido na região.

Como consequências, foi se formando o que Dean chamou de sistema de grandes lavouras. As primeiras sesmarias foram vendidas por seus donatários, gerando um mercado lucrativo, já que essas terras foram divididas em outras, produzindo “[...] uma economia de mercado ativa” (DEAN, 1977: 30).

Entre esses fazendeiros donatários, se destacam Joaquim Galvão e França Manoel de Barros Ferráz, que conseguem do governador da província de São Paulo da época, a primeira sesmaria dos sertões Morro Azul. Essa rapidamente foi vendida aos senhores Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, conhecido depois por ser proprietário da fazenda Ibicaba com experiência de trabalho livre, Marcelino de Godoy e Antônio Pais de Barros, o último natural de Itu, deputado provincial de 1830 a 1841, sendo agraciado em 1854 com o título de Barão de Piracicaba, cuja fazenda foi adquirida depois pela Cia Paulista para a formação do antigo horto.

Em 1820, os irmãos de sobrenome Pereira obtiveram do Governador uma porção de terras, no lugar denominado “Ribeirão Claro”, entre a vila de Moji-Mirim e o Rio Piracicaba. Esta sesmaria ficou conhecida como o Curral dos Pereira, sendo a mais antiga fazenda estabelecida no Município de Rio Claro.

Ao impulsionar a especulação das terras, a venda das grandes porções de terras trouxe para a região, além dos irmãos Pereira, Manoel Pais de Arruda, de Itu; Joaquim Galvão de França e Manoel de Barros Ferraz de Piracicaba e Francisco da Costa Alves de Jundiaí.

De acordo com Penteado (1978) foi Padre Delfino da Silva Barbosa responsável pelo primeiro nome²⁹ que a cidade teve, ao apadrinhar a sesmaria de Costa Alves, próxima ao rio Corumbataí:

[...] O bondoso sacerdote trouxe em suas bagagens uma imagem de São João Batista. Na missa campal que ali celebrou, invocou a proteção do santo para a posse que se firmava; com aquela iniciativa, o Padre Delfino patrocinava também, sem o saber, o nascimento do povoado de "São João Batista do Ribeirão Claro (PENTEADO, 1978: 18).

Estes senhores, tratados na história local como desbravadores, se tornaram proprietários de grandes extensões de terras. Manuel Paes de Arruda é famoso por doar parte de suas terras para construção da sede do município em 1835 e da igreja matriz³⁰, na qual deu origem ao núcleo urbano.

[...] pelas concessões das sesmarias, aqui chegaram os fazendeiros, homens de certa fortuna, trazendo escravos, agregados, força e dinheiro. Dentre eles – os Costas Alves, os Pereiras, Os Góes, Paes de Arruda, Senador Vergueiro, Pais de Barros e os Cardoso de Negreiros – os pioneiros do desbravamento e da colonização do Ribeirão Claro [...] todos, baluartes da civilização e do progresso desta terra!

Assim, com essas ilustres famílias que aqui aportaram, no correr dos anos, a cidade tornou-se um dos mais notáveis centros de produção agrícola na base do açúcar e café e um dos centros mais cultos da Província de São Paulo (PENTEADO, 1978: 22).

Entre as ações civilizatórias desses “desbravadores” fazendeiros, se destacam a especulação da terra, a violência no tratamento aos pequenos posseiros e a utilização de mão de obra escrava em larga escala.

Em termos administrativos, as mudanças na cidade foram rápidas. No ano de 1827 o povoado foi elevado à categoria de Capela Curada e em 9 de dezembro de 1830 se tornou Freguesia. Em 7 de março de 1845 se tornou Vila, através da lei no.13

²⁹ São João Batista é um personagem bíblico do Novo Testamento, considerado o precursor de Jesus e profeta. Também é conhecido pelos batismos que realizou.

³⁰ A descrição da primeira matriz de São João Batista diz que a estrutura possuía paredes de barro socado e madeira lavrada, e por quarenta anos realizou missas e outros eventos. Passou por duas demolições até chegar na arquitetura atual (PENTEADO, 1978; TROPPIAIR, 1993).

ou 273, com a denominação de São João Batista de Ribeirão Claro³¹, subordinado ao município de Constituição (atual Piracicaba), sendo posteriormente subordinado ao município de Limeira. Em 1857, por meio da lei no. 44 ou 595 de 30 de abril, a vila recebeu o foro de cidade.

Em termos sociais, como consequências da formação das sesmarias, em 1835 muitos dos pequenos posseiros já haviam perdido suas terras, se tornando agregados ou funcionários dos fazendeiros, mas ainda assim a pequena propriedade não deixou de existir, principalmente em áreas que não se mostravam propícias para o plantio (DEAN, 1977: 27). Entre 1820 a 1845 a população aumentou de 800 a 2000 habitantes (TROPPMAIR, 1993)

Como parte do Oeste Paulista, São João Batista de Rio Claro se tornou uma “frente pioneira” (DEAN, 1977; GARCIA, 1992, 2006; SANTOS, 2002), conceito utilizado para interpretar a exploração das terras rumo oeste e sua inserção na economia capitalista voltada para a exportação e acúmulo de lucro.

Com a formação das grandes propriedades, o sistema precisava estabelecer uma cultura de exportação, para tal foi adotada por trinta anos a cana de açúcar, que por questões de mercado e custos de produção foi rapidamente substituída pelo café, que chegou a Rio Claro em 1840 depois que o produto obteve êxito na região do Vale do Paraíba.

O café possuiria uma demanda mundial maior, e embora seu sucesso esteja “condicionado” ao solo e clima bons, teve facilidade de adaptação em São João Batista após trinta anos de cultivo de cana de açúcar, que solidificou o latifúndio e já contava com uma estrutura de mão de obra escrava instalada, intensificada em muitos momentos no período cafeeiro (DEAN, 1977).

O historiador Fábio Alexandre dos Santos (2002) se preocupou em estudar o processo de urbanização da cidade de Rio Claro entre os períodos de 1850 e 1906. O autor compreende que importantes transformações ocorreram nesse período identificando-as em três momentos: primeiro como “cidade de fronteira” entre 1850 e

³¹ Percebe-se que nesse período de formação administrativa os autores citados utilizam a nomenclatura São João de Rio Claro, São João Batista de Ribeirão Claro ou mesmo Rio Claro. Assim como Santos (2002) optou-se pela denominação São João Batista do Rio Claro. A denominação Rio Claro foi implantada somente com a Lei n°. 975 de 20 de dezembro de 1905. São Paulo (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. São Paulo: IGC, 1995, pg. 128.

1876, depois como “cidade ferroviária” entre 1876 e 1884, e o último momento a “cidade intermediária” entre 1884 e 1906.

Na ótica desse trabalho, os estudos de Santos (2002) com abordagem da história econômica e social, ajudam a compreender a sociedade que se formou em Rio Claro no momento de criação do horto além de questionar elementos muito sólidos da história local, evidenciando as contradições da “modernização” e pioneirismos da cidade.

No primeiro momento o autor destaca as ações dos fazendeiros negociantes e a formação de uma sociedade liberal – “Sociedade do Bem Comum” - que atuou na cidade entre 1832 e 1839 da qual participavam Antônio Paes de Barros; Capitão Manoel Paes d'Arruda, natural de Itu e doador das 400 braças de terras destinadas à construção da igreja; capitão mor Estevam Cardozo de Negreiros; Joaquim José de Andrade; o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o padre Delfino da Silva Barbosa.

Essa sociedade foi responsável por uma série de decisões políticas que eram próprias das esferas públicas, como por exemplo, na determinação do modelo de arreamento e ordenação urbana baseado na ortogonalidade das quadras, muito próximo ao tabuleiro de xadrez³². A sociedade do bem comum conferiu uma estrutura social e política à localidade no período em que existiu, mas com reflexos e força nos anos posteriores, já que esses fazendeiros negociantes criaram a empresa que construiu parte da malha ferroviária do estado de São Paulo (SANTOS, 2002: 21).

Quanto as transformações na paisagem da região, observa-se que essa gradualmente foi cedendo às demandas do mercado externo, e as plantações foram ocupando o que antes era mata nativa. Penteado (1978), por exemplo, destaca que até a década de 1850, cultivava-se com grande êxito além da cana de açúcar, o milho, o arroz, o algodão e também o café, que passaria a ser plantado em larga escala após a década de 1850.

Nesse sentido, até 1850 a região já era marcada por muitas plantações nas sesmarias criadas trinta anos antes. Com os dados apresentados por Santos (2002),

³² Esse possuía como medidas: 40 braças de largura, ou 88,80 metros e, com as ruas medindo 60 palmos, ou 13,32 metros. Santos (2002) defende que a urbanização de São João Batista de Rio Claro teve influência dos planos pombalinos de ocupação, promovendo uma racionalização do espaço na qual a presença e força política do senador português Vergueiro foi determinante.

observa-se que após a década de 1850 a demanda mundial pelo café aumentou e substituiu a produção açucareira na região de São João Batista.

Tabela 1 – VOLUME DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E AÇÚCAR EM SÃO PAULO ENTRE 1847-1851- EM ARROBAS

Ano	Açúcar	Café
1847-1848	414.230	246.893
1848-1849	278.823	223.58
1849-1850	269.389	130.681
1850-1851	344.904	470.054

Adaptado de Santos (2002).

Na apresentação desses números, Santos (2002) destaca a chegada do café ao estado de São Paulo analisando as mudanças tecnológicas, políticas e econômicas que aconteciam na Europa no século XIX, que promoveram a demanda pelo café e a imigração no Brasil.

Mas outros fatores políticos e econômicos de âmbito nacional também são relevantes. O ano de 1850 marcou definitivamente o fim do tráfico internacional de escravos e a lei Eusébio de Queiroz possibilitou a abertura da venda de terras para imigrantes. Já em âmbito internacional, o consumo de café na Europa e nos Estados Unidos crescia vertiginosamente.

O café, cuja história no Brasil começou no Pará, onde as primeiras sementes foram plantadas, desempenhou importantes transformações nas paisagens brasileira. Do início do século XIX até meados do século XX, o café passou pelo Vale do Paraíba (Rio de Janeiro e São Paulo) o Oeste Paulista, o sudeste mineiro e o Norte do Paraná. Neste caminho, o café foi símbolo de opulência, riqueza política, econômica e da decadência, e ajudou a moldar a relação de homens e mulheres com a natureza.

No contexto da chegada do café a região de Rio Claro, sua produção ajudou a conferir à cidade características únicas perante o conjunto da região, como espaço de fronteira no limite do plantio lucrativo da primeira fase da expansão cafeeira do Oeste Paulista (SANTOS, 2002: 35).

Nesse momento a região, mais especificamente Limeira, também recebeu em 1845 uma leva de imigrantes europeus para trabalhar na fazenda Ibicaba (Limeira) de Nicolau Vergueiro.

A iniciativa de Vergueiro partiu de uma percepção que o fim da escravidão seria inevitável. O governo imperial já acenava que tinha como propósitos estimular a compra da terra pelos colonos e o próprio branqueamento da população. Contudo, a iniciativa de Vergueiro não visava que o imigrante conseguisse comprar seu pedaço de terra, mas sim um treinamento nas atividades agrícolas desenvolvidas no Brasil.

Por quarenta anos, nessa região, o trabalho escravo coexistiu com o trabalho livre, gerando uma classe trabalhadora heterogênea e um discurso de que a região fora progressista e pioneira com a inserção do trabalho livre e imigrante (DEAN, 1977: 95 a 100).

Os estudos de Dean (1977) e Santos (2002) mostram, contudo, que mesmo com o fim da escravidão iminente, esses fazendeiros ainda realizaram tráfico interno intenso, Dean ainda salienta a dificuldade dos escravos formarem famílias e as fugas frequentes registrada em jornais da época.

Já o trabalho livre imigrante, em regime de parceria e subvencionado pelo governo na fazenda do senador Vergueiro, teve como primeiras experiências inúmeros conflitos e desrespeito com os contratos dos imigrantes revelando o despreparo dos fazendeiros na adaptação ao trabalho livre na lógica contratuais do capitalismo.

A chegada dos imigrantes alemães foi fundamental para inserir outras transformações na cidade. Com a mal sucedida experiência de parceria dos imigrantes na fazenda Ibicaba, esses tiveram que se adaptar a outras atividades urbanas. Entre elas estão a fundação da Vila Alemã na cidade de Rio Claro (cujo nome permanece até hoje), a igreja presbiteriana e um colégio (de nome Koelle, que também existe até hoje). O perfil desses imigrantes estava dividido entre agricultores e artesãos, mas a maior parte era de artesãos, ou seja, no país de origem não trabalhavam com terra (SANTOS, 2002).

A cidade enquanto fronteira ia ganhando características peculiares, a classe dos fazendeiros negociantes buscava modernizar a economia, mas não se desvencilharam de relações autoritárias e escravocratas com os trabalhadores, sendo essas marcadas por contradições e condições de trabalho violentas, a confusão de lucro particular com o progresso da cidade.

Entre os anos de 1836 a 1870, a chegada do café acelerou o crescimento do povoado que em curto espaço de tempo teve uma “evolução” administrativa de

freguesia a cidade, com crescimento urbano expressivo no aumento de quarteirões³³ e estabelecimento de comércio de secos e molhados com fácil acesso a outras cidades (GARCIA, 1992).

Os impactos da produção de cana em um primeiro momento e depois da cafeicultura, portanto, foram muitos, com alterações de fisionomia física, humana, social, cultural, econômica, e na própria natureza, criou paisagens peculiares à região, promovendo povoamento e urbanização (SANTOS, 2002).

2.2.3. A Cidade Ferroviária e a Criação do Horto Florestal

O núcleo urbano de São João Batista de Rio Claro foi crescendo em formato de tabuleiro a partir do traçado ortogonal principalmente na região central, em torno da matriz (atual avenida 3 e 5, com as ruas 6 e 5).

Com a fortuna gerada pelo café, os fazendeiros-negociantes investiram na cidade com a construção do teatro e o gabinete de leitura que funcionava como escola no período noturno e outros casarões.

Contudo, o fator que nos interessa nesse processo é a chegada da ferrovia, pois esse empreendimento está intimamente ligado à criação do horto no final da década de 1910, discutido nos próximos itens.

As demandas por melhores condições de transporte e redução do custo do produto fez com que os fazendeiros negociantes se reunissem em torno da melhoria desse transporte. Como apontam os estudos de Garcia (1992) e Santos (2002) antes da discussão sobre a ferrovia, em 1851, houve um projeto de estrada carroçável não levado adiante.

Posteriormente começaram as negociações para a ampliação da ferrovia que já existia, a linha Santos – Jundiaí, construída pela São Paulo Railway. A proposta dos fazendeiros visava ampliar até Campinas (1872) e depois para São João Batista. Nesse processo se formou a Companhia Paulista de Estrada de Trem³⁴ e em 1876 a

³³ No período destacado pela autora de oito quarteirões surgiram trinta e cinco, localizados na porção norte (Avs. 2 e 12 e Ruas 2 e 8).

³⁴ No ano de 1868 é fundada pelo decreto nº 4.283 de 28 de novembro a primeira companhia brasileira com capital estritamente nacional – a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais – nascida dos interesses e necessidades dos homens de negócio da região, sendo que desta associação anônima vinte e cinco dos acionistas possuíam propriedades em São João Batista do Ribeirão Claro, entre eles estavam o conde de Três Rios, a família Vergueiro e o Visconde de Rio Claro. Após a ligação de Jundiaí a Campinas é criada a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF) que realiza a ligação Campinas a São João Batista de Rio Claro. Ver mais em Santos “Das Mulas aos Trilhos” em que apresenta as negociações sobre a permissão do governo a Cia Paulista, as concessões e bitolas e a recusa da São Paulo Railway de promover as obras de continuação da linha férrea.

ferrovia chegava à cidade para transportar o café produzido pelos próprios acionistas da Companhia e simbolizar o poder dos fazendeiros-negociantes, como destaca Santos (2002):

A inauguração da linha férrea em São João Batista do Ribeirão Claro ocorreu em 11 de agosto de 1876, sob "aclamação de todo o povo, (...) dando início a um novo ciclo de progresso a esta vasta zona do Oeste Paulista". Seus portões foram instalados bem em frente à Rua do Comércio (atual Avenida 1) em direção exata ao pôr do sol, a oeste, reproduzindo a forma física de organização do espaço implantado pela Sociedade do Bem Comum na década de 1830, além de tomar-se o marco divisor da cidade quando em 1885 a Câmara Municipal apresentou um projeto que alterou as denominações das ruas, de nomes para números [...] (SANTOS, 2002: 73).

Com a chegada da ferrovia, após 1876, o status da cidade se modificou, de cidade fronteira para ponta de trilho, era o ponto final da ferrovia, sendo posteriormente ampliada para outras cidades.

Os impactos que o status de ponta trilho causaram à cidade foram muitos e objetos de controvérsia em relação aos efeitos sobre a urbanização da cidade. De acordo com Dean (1977), a ferrovia possibilitou um encurtamento das distâncias com a capital da província, o que levou muitos fazendeiros a irem morar na capital e deixar suas fazendas e a cidade com administradores locais de classe média. Para o autor essa mudança estagnou a cidade, já que os capitais foram embora junto com os fazendeiros.

Discordando de Dean, Hogan, Oliveira e Neto (1986) analisaram que São João Batista de Rio Claro já constituía um centro urbano em desenvolvimento antes da chegada da ferrovia, o que começou com o período de produção da cana de açúcar, amplia-se com o fato de São João Batista ter se tornado centro ferroviário (residência de ferroviários e sede de oficinas da Cia Paulista). Para os autores, foi a necessidade de consumo interno que mobilizou o crescimento urbano de São João Batista que não foi prejudicada pela chegada da ferrovia. Sendo assim, os empregos criados, a infraestrutura da ferrovia, a demanda por serviços e comércios impulsionaram a urbanização da cidade.

Seguindo esse raciocínio dos autores, Garcia (1992) compreende que na chegada da ferroviária houve uma transformação da paisagem urbana nas atividades direta ou indiretamente ligadas a ela. Transformações que não se restringiram somente a São João Batista, mas as outras cidades que faziam parte do ramal da Cia Paulista, como São João Batista e Jundiáí.

Essas cidades passaram a abrigar armazéns, oficinas de reparo, de construção de carros, escritórios, entroncamento ferroviário, baldeação, etc. Esses fatores estimulavam o mercado de trabalho e outras atividades. No caso de São João Batista, a cidade além de crescer, também criou uma dependência por muito tempo da ferrovia, pois durante anos viveu em função das suas oficinas (GARCIA, 1992).

Além dos impactos econômicos, a chegada da ferrovia também interferiu no cotidiano da sociedade, por meio dos horários de chegada e partida dos trens (SANTOS, 2002).

Após a chegada da ferrovia a São João Batista, os acionistas da CPEF se viram em dilemas sobre o caminho a avançar pela ferrovia. A disputa esteve no sentido São Carlos e Araraquara ou Brotas e Jaú. As duas últimas cidades eram o desejo da Cia Paulista, o que contrariava os interesses de fazendeiros de São Carlos, Rio Claro e Araraquara. Diante das disputas em torno do traçado, a CPEF abriu mão da concessão que possuía, sendo posteriormente concedida ao engenheiro da Cia Paulista Augusto Pinto, seu irmão e outros capitalistas.

Nesse contexto, foi fundada a Companhia Rio Claro de Estrada de Ferro (CREF) também com capital nacional de fazendeiros da região como Visconde de Rio Claro e operada sem os dividendos garantidos pelo poder público (GRANDI, 2010).

Essa companhia estendeu à linha até São Carlos e Araraquara, e depois até Jaú. Posteriormente esse empreendimento foi comprado pela Cia Paulista, que se tornou dona de um importante entroncamento, funcionários e estrutura ferroviária da CREF.

A criação da CREF, e de outras Cias particulares, fez parte do avanço da linha férrea pelo Oeste. Esse avanço acompanhava a expansão do café, expandia a frente pioneira criando novas frentes de fronteira, favorecida pela existência de farta mão de obra escrava, imigrante ou livre (SANTOS, 2002).

No caso de São João Batista, o complexo ferroviário da CPEF possibilitou a criação das oficinas da empresa em 1892, que permitiu a ampliação das atividades industriais com o aparecimento de serrarias, cerâmicas, beneficiadoras de arroz e café. Em 1899 foi criada uma fábrica de cerveja e mais atividades comerciais surgiram: armazéns de roupas, alimentos, ferragens, armas, louças e objetos de consumo geral. Nesse processo, o crescimento urbano e demográfico foi contínuo, em decorrência, a posição de São João Batista de Rio Claro na região se consolidaram (GARCIA, 1992).

Outro ponto importante após 1876 foi a chegada de uma nova leva de imigrantes em sua maioria italianos, e também migrantes de várias regiões, em especial do nordeste, que chegaram em São João Batista fugindo das dificuldades que encontravam em suas regiões de origem e pelas mesmas facilidades que permitiram aos fazendeiros trocarem o interior pela capital, através da ferrovia. Com a chegada dessa leva de trabalhadores houve um fracionamento das antigas sesmarias, a quebra da autossuficiência das fazendas, diversificação das atividades comerciais e uma maior mobilidade de trabalhadores livres (SANTOS, 2002).

Com a expansão da ferrovia em outras frentes, São João Batista deixou a condição de “ponta de trilha”. Essa mudança não seria sentida pela cidade, pois como os autores abordam (HOGAN et al, 1986; GARCIA, 1992; SANTOS, 2002), a Cia Paulista firmou na cidade a sede da empresa e das suas oficinas, o que possibilitou a contínua expansão da cidade, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto espacial e demográfico. Entre 1870 e 1900 - período de maior produção cafeeira e retorno dos capitais por ela gerados - Rio Claro teve um crescimento demográfico de aproximadamente 15.000 em 1872 para 31.891 em 1900.

Com as atividades industriais, em sua maioria ligadas a ferrovia, favorecia a continua expansão da cidade, projetos para serviços de infraestrutura como a distribuição da água e energia elétrica³⁵ passaram a ser implementados em São João Batista, período que Santos (2002) chamou de cidade intermediária.

³⁵ São João Batista de Rio Claro foi a segunda cidade do país a produzir energia através de uma usina termelétrica (combustível a lenha), empreendimento financiado pela firma Real & Portella, a mesma que produziu energia na cidade de Campos no Rio de Janeiro, em 1883. Após as dificuldades que o primeiro empreendimento teve e sua pouco abrangência, a firma do Rio de Janeiro foi substituída pela Companhia Mechanica Industrial Rio Clareense, cujos acionistas eram homens de negócio da cidade. Essa usina, também considerada pioneira no estado de São Paulo a produzir energia elétrica utilizando a força das águas do Corumbataí e Ribeirão Claro. Esse fato é muito destacado na historiografia local, apesar da usina ter passado por vários problemas de estrutura em sua primeira inauguração em 1895 (só funcionou um dia e causou falência da Cia. Mecânica), sendo necessário capital estrangeiro, no caso alemão, para que sua reinauguração fosse possível em 1900 com o nome de Central Elétrica de Rio Claro (SANTOS, 2002). Essa pequena central hidrelétrica (PCH), também foi tombada pelo CONDEPHAAT. Apesar de atualmente estar fechada para o público, é um museu que engloba as redes de museus de energia sob a administração da Fundação Energia e Saneamento de São Paulo. Ver PINTO, Donizetti A. **O patrimônio histórico e a educação ambiental: O caso da Usina Parque do Corumbataí**. 2001. 60f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental e Práticas Educacionais) – Universidade Paulista “Júlio Mesquita”, Rio Claro, 2001. Sobre a transformação da Usina em museu e atividades de educação ambiental desenvolvidas entre 1999 à 2009.

Figura 16 – CASA DE MÁQUINAS - USINA PARQUE DO CORUMBATAÍ



Fonte: <http://www.visiterioclaro.com.br/interna.php?idm=10&coract=1&matt=142>³⁶

A existência de um complexo ferroviário na cidade abrigava um considerável número de trabalhadores urbanos entre imigrantes e descendentes de várias nacionalidades, libertos e brasileiros.

Com esses trabalhadores, a Cia Paulista estabeleceu relações produtivas, em um primeiro momento caracterizadas por relações autoritárias, como resquícios das relações escravocratas e depois para os padrões capitalistas de patrão e empregado. Paralelamente incentivou a criação de clubes e associações, para valorizar o nome da empresa, mas que ampliavam o controle sobre o trabalhador até em momentos livres e de lazer, como forma de reduzir conflitos e aumentar a produção (SANTOS, 2015: 46).

A partir dessas relações, a cidade já com o nome de Rio Claro (a partir de 1905) vivenciou de maneira intensa os efeitos das transformações nas relações produtivas, quando em 1906 ocorreu a greve dos ferroviários, que atingiu várias cidades, serviços e teve o apoio da população Rioclarense (SANTOS, 2002).

A chegada da linha férrea apresentada pela maior parte das análises, tem sua relevância econômica para a cidade principalmente pela dinâmica que gerou em termos empregabilidade, facilidade de transporte e comunicação, tanto de pessoas

³⁶ Acesso em 18/01/2018.

quanto de mercadorias, interferindo no cotidiano e conferindo a Rio Claro status de cidade ferroviária.

No avanço do café pelo interior e da ferrovia, outras cidades foram impactadas dentro de suas especificidades. Para Monbeig (1984) analisar o sucesso do café somente em suas particularidades locais é esquecer que sua expansão esteve associada à própria expansão do capitalismo, que ultrapassava o litoral brasileiro e o oceano Atlântico. Compreende-se também que essa expansão moldou a paisagem rural e urbana no Centro Sul do Brasil, enormes florestas e cerrados foram cortados e queimados para dar lugar aos cafezais, às cidades e ferrovias (MARTINEZ, 2010).

Os autores citados evidenciam uma série de transformações sociais e econômicas na configuração da urbanização da cidade. Talvez pelo recorte de suas pesquisas alguns fatos relacionados à expansão ferroviária foram poucos explorados, entre eles a criação do Serviço Florestal da Cia Paulista, através da figura de Adolfo Pinto – Engenheiro Superintendente e chefe do escritório central - e o horto florestal da cidade.

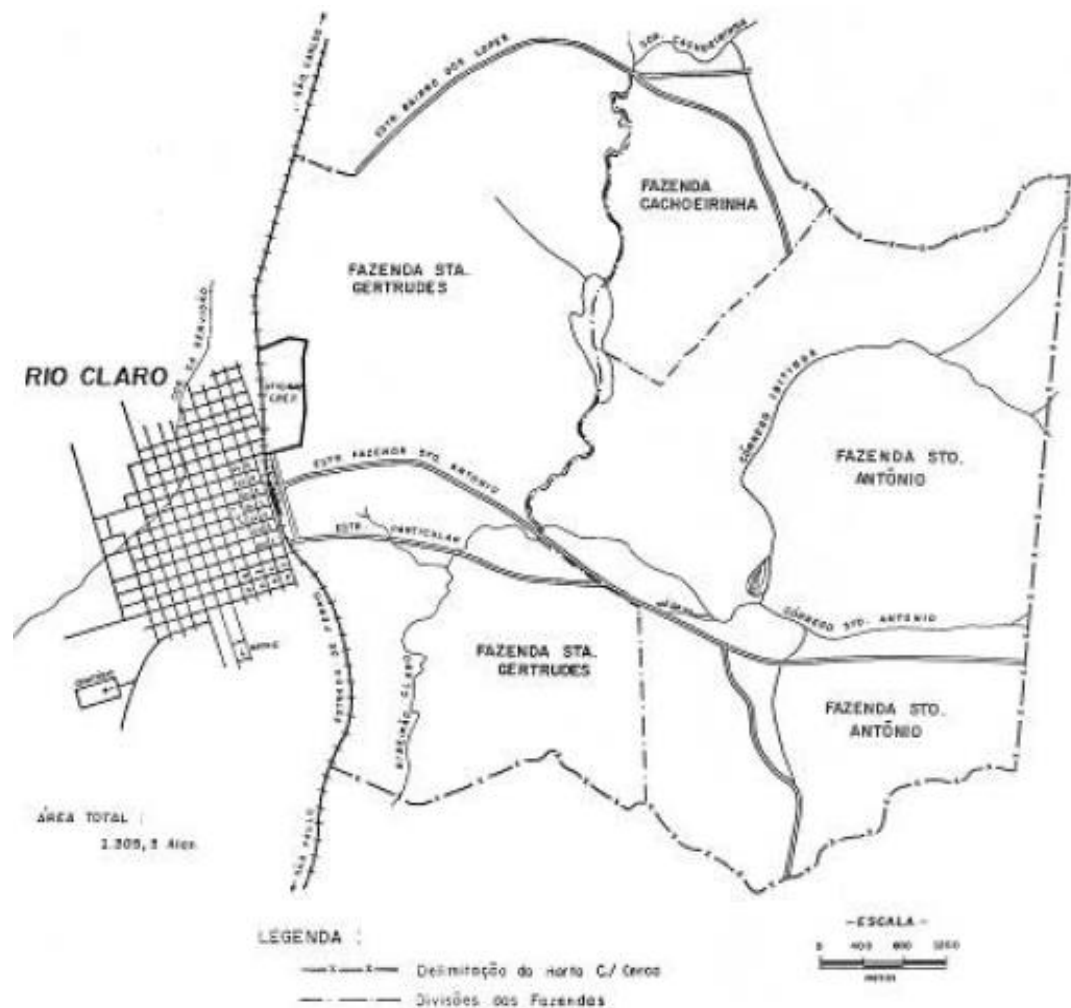
Esse horto foi criado após a Cia Paulista adquirir três grandes fazendas de café próximas à estação central e às linhas férreas. Parte destas terras fizeram parte da sesmaria de Manuel Paes de Arruda que doou a porção oeste de suas propriedades para a formação do centro de Rio Claro e reservou para seu patrimônio as chamadas “terras de cultura” na região leste e sudeste onde havia a presença de manchas roxas, as terras mais férteis da região (KELLER apud LANDI, 1983).

A primeira fazenda comprada foi a Santa Gertrudes, em 1909, com 1.258,40 hectares. Uma das fazendas de café mais promissoras do Estado de São Paulo. De acordo com Dean (1977) foi nessa fazenda que o café começou a ser plantado por iniciativa do Barão de São João do Rio Claro, Amador Rodrigues Jordão.

Posteriormente foram adquiridas as fazendas Santo Antônio, com 1.536,70 e a fazenda Cachoeirinha, com 217,80 hectares, essas últimas propriedades pertenciam aos barões de Piracicaba e foram compradas em 1916. As três formaram uma área de 3.012,90 hectares.

A primeira formação do horto de Rio Claro, em 1916, era 30.129 m², já a área urbana tinha no mesmo período aproximadamente 800.000 m² (FRANÇA JR., 1993:6).

Figura 17 – ÁREA TOTAL DO ANTIGO HORTO EM 1916



Fonte: PADULA, 1982³⁷

De acordo com Santos (2002: 181) alguns anos antes da criação do horto florestal de Rio Claro, a Cia Paulista transferiu as oficinas de serraria de Jundiaí para Rio Claro e as oficinas de reparos de Rio Claro para Jundiaí. Esse fato, entre outros, foi um dos motivos que deflagrou a greve dos ferroviários em 1906 com repercussão em outras cidades com ramal da CPEF. O autor identificou nessa transferência a intenção da empresa em construir o horto de Rio Claro e por isso a troca das oficinas. Em 1906 as pesquisas de Navarro de Andrade em Jundiaí com eucalipto já mostravam bons resultados para a empresa.

³⁷ PADULA, R.M. **Horto Florestal “Navarro de Andrade” de Rio Claro** – Revitalização. 1982. 75f. Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 1982.

A criação do horto foi explicada em estudos sobre a cidades e serão apresentadas brevemente.

Para Platinetti Jr. (1978) a criação do Horto de Rio Claro tem explicação na decadência do sistema latifundiário-escravocrata, relacionado ao surto industrial, presenciado pela Europa com maior intensidade na segunda metade do século XIX, que começava a se delinear no Brasil. Para o autor, a industrialização fez com que vários proprietários abrissem mão de suas terras, para saldar dívidas ou dinamizar outros negócios, como o horto.

Em uma linha parecida, o arquiteto França Jr. (1993) entendeu que o surgimento do horto florestal esteve ligado a três fatores: qualidade e localidade da região agrícola, a expansão da ferrovia no interior e a industrialização ampliando a área urbana.

O historiador Martini (2004), que estudou as pesquisas de Navarro de Andrade em Rio Claro, destacou que além do surto da industrialização e a venda de terras pelos proprietários, os desmatamentos do estado de São Paulo e a substituição de matas nativas por atividades agrícolas diminuíram a oferta de madeiras, provocando a criação dos hortos para fornecimento de madeira pela iniciativa privada.

Como se observa nos autores citados, existe uma ênfase em apontar aspectos econômicos ligados a criação do horto, como o avanço da ferrovia, a qualidade do solo do local e o papel crescente da industrialização.

De acordo com Selingardi-Sampaio (2010), que estudou o processo de industrialização da cidade, entre 1873 a 1929 caracteriza a fase pioneira da indústria, com destaque para o capital local financiado pela economia cafeeira, a criação de estabelecimentos comerciais médios e pequenos e a participação de imigrantes como mão de obra.

Assim como Garcia (1992), a autora destacou a importância da Cia Paulista nessa fase pioneira da industrialização, pois era a maior empregadora da cidade, com 1000 funcionários e concertava maquinários.

Na década de criação do horto, em 1909, Rio Claro também foi a terceira província mais produtiva de café (DEAN, 1977). Portanto, naquele momento a cidade vivenciava os benefícios da produção cafeeira local e a industrialização se mostrava incipiente e vinculada à CPEF. Essa constatação possibilitou analisar a criação do antigo horto por outro olhar e ampliar as interpretações sobre os motivos de sua concepção.

Ampliando essa visão, o período de formação do horto envolveu uma mudança de percepção social da sociedade frente a natureza em decorrência dos efeitos que o avanço da frente cafeeira causava às florestas. Nesse momento, também já se discutia entre os fazendeiros outros modelos de agricultura que rompessem com uma lógica de arrancar do solo “virgem” tudo que fosse possível e no menor espaço de tempo, para empreender novas derrubadas (STEIN apud HENRIQUES, 2015).

Assim, a busca de uma agricultura racional estava presente entre fazendeiros na virada do século, o que explica a criação do Serviço Florestal pela Cia Paulista e o uso de um novo empreendimento, a silvicultura. Essa perspectiva ainda considerava a natureza como fonte de recurso já que o consumo de madeira era grande e respondia as críticas sobre desmatamento recebidas pela ferrovia, evitando uma futura legislação de controle (HENRIQUES, 2015)

Com efeito, destaca-se nessas novas discussões entre os fazendeiros, o papel de Adolfo Pinto, engenheiro superintendente e chefe do escritório central que lançou as bases para a criação do Serviço Florestal da CPEF. O engenheiro defendia que o desmatamento provocado pelo plantio do café era mais prejudicial às florestas que o próprio avanço da ferrovia (HENRIQUES, 2015).

A saída pela silvicultura, no olhar do de Adolfo Pinto, representava o que tinha de mais moderno e rápido na agricultura e além de diminuir o desmatamento, contribuiria para o desenvolvimento econômico. Navarro de Andrade, um jovem agrônomo, com laços familiares com Antônio Prado, presidente da Cia Paulista, foi convidado para conduzir a organização dos hortos e fez isso dentro das perspectivas científicas mais avançadas da época, sem entrar em conflito com os interesses da propriedade privada (HENRIQUES, 2015: 78 - 88).

Para além das questões locais que propiciaram a criação do horto de Rio Claro já discutido pelos autores citados, outros elementos, portanto, devem ser problematizados, visto que outros hortos florestais foram criados no interior de São Paulo na primeira metade do século XX.

Construídos próximos às linhas férreas, tinham como objetivos fornecimento de madeira para lenha e dormentes para as demandas da ferrovia. Nessa ação, conduzida pela iniciativa privada, também estava embutido um modelo de “proteção” as matas nativas que ainda restavam e o desenvolvimento da silvicultura.

Compreender os motivos que provocaram a criação de hortos é, nessa perspectiva, perceber o que revelam sobre modelos de proteção e, sobretudo, o que

revelam sobre a destruição da natureza e as consequências desses modelos para as sociedades atuais.

2.3. Hortos Florestais no Contexto de Proteção à Natureza

No estado de São Paulo o cultivo do café adentrava o Oeste Paulista sob o mito da terra roxa (MONBEIG, 1984) e avançava a fronteira em uma prática de agricultura predatória com alto desmatamento. Aliado a isso, o avanço da ferrovia e o crescimento urbano e populacional ampliaram o consumo de madeira (DEAN, 1996).

Essas transformações que atingiam a natureza começaram a gerar questionamentos na sociedade sobre os efeitos negativos na qualidade de vida. Além disso, se tornou uma preocupação científica e social do Estado pelo controle do ambiente natural e que diretamente afetava o futuro da economia e manutenção do projeto político vigente.

No caso de São Paulo, essa preocupação em obter um melhor aproveitamento dos recursos naturais fez com que o governo contratasse um grupo de técnicos e cientistas, entre eles Orville Derby, Franz W. Dafert, Herman Von Ihering, Alberto Loefgren e Edmundo Navarro de Andrade (DRUMMOND, FRANCO, 2009), um grupo de conservacionistas pioneiros (DEAN, 1996).

Esses cientistas foram assim classificados, pois desenvolveram na primeira metade do século XX, uma série de ações voltadas para a proteção à natureza. O pioneirismo atribuído a eles se dá pelas propostas que colocaram em prática como a criação de jardins botânicos e hortos florestais. Alberto Loefgren, por exemplo, chegou a ser diretor do serviço florestal de São Paulo e defendeu, em 1900, a necessidade de um código florestal, elaborado somente 34 anos depois.

Desse grupo, as ações de Navarro de Andrade (1881-1941) merecem um pouco mais de atenção, visto que ele foi responsável, por mais de trinta anos pelo horto de Rio Claro e foi o cientista com maior destaque desse grupo. Primeiro por ser o único brasileiro e, segundo, por sua identificação com a política liberal e com o discurso do Partido Republicano Paulista. Com efeito, desenvolveu suas pesquisas sem se opor aos interesses da propriedade privada e colocou em prática uma política de reflorestamento considerada ambiciosa e moderna, do ponto de vista agrícola (HENRIQUES, 2015).

Formado em agronomia na Universidade de Coimbra, visitou os Estados Unidos, em 1910, e a Austrália, em 1913. Dedicou-se fundamentalmente ao tema do

reflorestamento com espécimes exóticos, eucaliptos e pinheiros, assunto no qual se tornou uma autoridade internacionalmente reconhecida (DRUMMOND, FRANCO, 2009). Sendo atribuído a ele o pioneirismo da silvicultura com eucalipto no Brasil, Navarro também foi citricultor e membro da Academia Brasileira de Letras.

Como engenheiro agrônomo responsável pelo Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro administrou dezoito hortos criados pelo interior paulista próximos aos leitos ferroviários. Outros hortos também da iniciativa privada de São Paulo e de outros estados seguiram suas orientações e estudos. Navarro de Andrade foi responsável por plantar, por meio do Serviço Florestal da empresa, aproximadamente, 24.000.000 árvores nos hortos.

Tabela 2 – ÁREAS DOS HORTOS FLORESTAIS DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO

Ordem	Nome	Ano	Alqueires	Hectares	M. quadrados
1º	JUNDIAÍ	1903		97,79	
1	BOA VISTA	1906	516,92	1.008,95	10.089.464,00
2	NAVAR.ANDRADE	1909	918,51	2.222,80	22.227.942,00
3	LORETO	1909	234,26	566,92	5.669.200,00
4	TATÚ	1915	256,48	620,68	6.206.800,00
5	CAMAQUÃM	1917	577,41	1.397,33	13.973.300,00
6	CORDEIRÓPOLIS	1918	107,27	259,60	2.596.000,00
7	SUMARÉ	1918	71,15	172,18	1.721.800,00
8	BEBEDOURO	1927	560,57	1.356,59	13.565.900,00
9	VERGEL	1929	499,12	1.207,86	12.078.704,00
10	CORREGO RICO	1935	191,60	436,68	4.636.800,00
11	BRASILIA	1936	770,00	1.863,40	18.634.000,00
12	SÃO CARLOS	1936	389,54	942,70	9.427.000,00
13	IBITIUVA	1936	191,60	743,50	7.435.000,00
14	DESCALVADO	1937	147,97	358,10	3.581.000,00
15	TAPUIA	1937	24,34	58,90	589.000,00
16	GUARANI	1938	1.143,76	4.219,92	42.199.200,00
17	AURORA	1938	223,43	540,70	5.407.000,00
18	AIMORES	1940	2.147,79	5.197,66	51.976.600,00
19	BOA SORTE	s/d	1.185,00	2.867,70	28.677.000,00
Total			10.156,72	26.139,96	260.691.710,00

Fonte: França Junior, 1993

A tabela apresenta todos os hortos construídos pela Cia Paulista, a maioria construída próximos as estações de trem. O maior horto era o de “Aimores”, seguido pelo de “Guarani” e em terceiro o de “Navarro de Andrade”, considerando seu tamanho atual. Detalhe para os hortos de Camaquã e Cordeirópolis, ambos muito próximos de Rio Claro, respectivamente nas cidades de Ipeúna e Cordeirópolis e possivelmente

conduzidos por Navarro de Andrade também.

Na interpretação de Martine (2004) o Serviço Florestal da Cia Paulista constituiu uma ação pioneira de reflorestamento do setor privado e Navarro de Andrade deve ser considerado um dos percussores do ambientalismo contemporâneo, destacando como grande legado do engenheiro o Museu do Eucalipto e o herbário que construiu em Rio Claro.

O engenheiro agrônomo também substituiu Loefgren na direção do Serviço Florestal do Estado, transformando o jardim botânico criado por seu antecessor em horto florestal.

Enquanto esteve à frente do Serviço Florestal e Botânico, transformou o órgão em uma sementeira de eucalipto, interrompendo pesquisas de valor medicinal ou industrial da floresta nativa que haviam sido realizadas anteriormente (DEAN, 1996: 251). Também publicou inúmeros livros sobre o eucalipto além de criar o Museu sobre a espécie e herbário³⁸ em Rio Claro, destacados na pesquisa de Martine (2004)

Nesse sentido, é perceptível que essa preocupação com o desmatamento e abrangência do reflorestamento praticado criou uma imagem, a partir dos hortos, que tanto a empresa quanto Navarro de Andrade conduziram exemplos eficientes de proteção à natureza, modelos interpretados como um projeto futurista de proteção à natureza.

Essa visão foi questionada por Dean (1996: 269 - 268) e Henriques (2015), pois apesar de plantar aproximadamente 24 milhões de árvores em 27 mil hectares de reserva, 10% de madeira vendida pela empresa eram de florestas nativas que foram limpas para o plantio de eucaliptos. Na década de 1930 o eucalipto já era usado como matéria prima para pasta de papel e para construção, na mesma década a Cia Paulista, mesmo com suas reservas, ainda comprou madeira, provavelmente de florestas nativas.

Além disso, Navarro de Andrade e a própria CPEF eram contrários às leis e códigos que ditassem ou punissem proprietários de terras que cortassem árvores em suas propriedades.

³⁸ Martini define os herbários com depositórios de material científico baseados em investigações que documentam a riqueza florística de um país. As informações contidas nos herbários constituem fonte primária para o desenvolvimento de trabalhos taxonômicos, evolutivos, fenológicos, ecológicos, biogeográficos, etnobotânicos e estudos de biodiversidade. [...] São bancos de informações que contêm amostras de exemplares botânicos, certificando a riqueza existente em uma determinada região (MARTINI, 2015: 92).

Não é objetivo de nossa pesquisa aprofundar a análise sobre as ações e políticas de reflorestamento da CPEF e mesmo do engenheiro Navarro de Andrade, mas é preciso fazer um apontamento sobre a memória que se vem construindo sobre a prática de reflorestamento baseado em um modelo que introduziu o eucalipto como opção mais fácil e rentável, desconsiderando que muitas florestas constituem monoculturas e, principalmente, a possibilidade de utilizar práticas de reflorestamento diversas baseada em outros saberes que não exclusivamente a silvicultura.

No caso do Brasil que possui as maiores florestas de eucalipto para fins industriais, voltadas para a produção de celulose, é importante questionar “quem” se beneficia com o discurso de sustentabilidade atribuído ao eucalipto nesse viés mercadológico?

Concorda-se com Henriques (2015: 88) que a política desenvolvida pelo Serviço Florestal e administrada por Navarro de Andrade sobressaiu-se como um projeto pioneiro pela aplicação científica sistemática, bem orientada e pelo tamanho da empreitada, nas quais é preciso considerar as discussões e ideias de preservação presentes no pensamento brasileiro, além dos planos, objetivos e conceitos de uma ambicionada modernização agrícola, conjuntamente com o aparecimento da figura do agrônomo.

Como apontam Drummond e Franco (2009) e abordado no primeiro capítulo, às discussões e ações dos conservacionistas pioneiros servem para contextualizar outros projetos de cunho intelectual que alinharam a proteção da natureza à questões de identidade nacional e projeto de nacionalidade, no contexto do governo Vargas, na qual as concepções preservacionistas e conservacionistas da natureza estiveram em voga em debates e congressos sobre o tema nos anos de 1920 a 1940, e que posteriormente vão ter reflexos nas legislações e códigos sobre áreas protegidas.

Do ponto de vista desta pesquisa, as emergências desses debates sobre a proteção à natureza e de políticas de preservação pelo Estado ajudam a problematizar os hortos florestais para além de fornecimento de madeiras, mudas, sementes e como esses elementos podem ter sido harmonizados com outros de ordem estética para criar espaços que se harmonizavam com uma ideia de natureza que se queria construir.

No caso dos hortos, existe uma imprecisão em defini-los, justamente pelo caráter fluído que adquiriram, identificados como espaços para produção de mudas, sementes e pesquisas sobre silvicultura. E, também, identificados como jardins ou

parques pelos usos de recreação, esporte e educação pela sociedade.

Um caminho para sua compreensão, em específico do estado de São Paulo, é a percepção desses espaços enquanto projetos de intervenção amplos, criados dentro de um contexto que a proteção à natureza era discutida em diversas esferas da sociedade com os ecos fortes das ideias preservacionistas e conservacionistas em congruência com questões políticas, econômicas, científicas e estéticas.

2.3.1. De Horto Florestal a Patrimônio Ambiental

Compreendendo a circulação dessas ideias e discussões sobre à natureza para as reflexões dessa pesquisa, no caso do horto de Rio Claro, observa-se que vários elementos foram incorporados em sua trajetória e não devem ser tomados sem intencionalidade, já que configuraram características aparentemente singulares, como o Museu do Eucalipto, o arboreto³⁹, herbário e a coleção de talhões.

A coleção de talhões se formou após algumas viagens internacionais que Navarro de Andrade realizou da década de 1910. Uma delas, para a Austrália é descrita como a mais especial, pois Andrade recebeu de J.H. Maiden, diretor do Jardim Botânico de Sydney, sementes de 150 espécies de árvores e um herbário, que foram plantadas no horto de Rio Claro em 1919, ao lado do museu do eucalipto, no total uma coleção de 144 espécies de eucalipto.

De acordo com o engenheiro agrônomo e também um dos gestores que passou pela FEENA, Gabriel Ribeiro Castellano, por essas características o antigo horto de Rio Claro se tornou um museu vivo da Silvicultura Nacional, já que a coleção foi feita contígua ao museu, com a intenção que os visitantes percorressem suas trilhas observando o desenvolvimento e adaptação das diferentes espécies (2015: 120).

Para plantá-los, Navarro de Andrade adotou a divisão das terras por talhões, foram 95 subdivididos internamente. De acordo com pesquisa produzida pela Fundação Florestal “Eucaliptos da FEENA: Coleção de Talhões”, a situação deles se encontra:

“O talhão 1é dividido em glebas A, B e C, os talhões 54, 44 e 91 em A e B, sendo que em cada sub parcela consta uma espécie. No total foram mensurados 84 talhões, sendo que os talhões 03, 05, 09, 11, 20, 45, 62, 69, 70, 72 e 94 não possuem mais árvores vivas. Ao total foram mensuradas 1658 árvores na coleção em talhões e identificadas 32 espécies de eucaliptos, duas de corymbia e três

³⁹ Constituído por dez canteiros com plantas nativas e exóticas. Esse arboreto funcionava como um jardim, e destacava-se por sua beleza, utilizado para atividades contemplativas e esportivas (MARTINI, 2004: 109-110).

híbridos, provenientes de sete regiões do mundo: Brasil, Austrália, Estados Unidos, Argentina, Argélia, África do Sul, Java” (s/d: 10)

Essa organização tinha como tese o plantio do eucalipto em talhões de diferentes tamanhos e de condições de solo com o objetivo de medir seu desenvolvimento e produção em situações geográficas diferentes, de maneira ordenada e funcional, o que remete uma racionalização científica da terra e do espaço físico.

Outros elementos, de caráter mais estético e recreativo, foram a elaboração de um jardim de palmeiras imperiais próximo ao antigo solar dos barões e a construção de restaurante para atender visitantes. Na época havia um trem turístico de São Paulo para Rio Claro com horários para visitar o horto e foram permitidos piqueniques, passeios de barco no açude que virou um lago, e até nadar nos córregos quando ainda eram limpos.

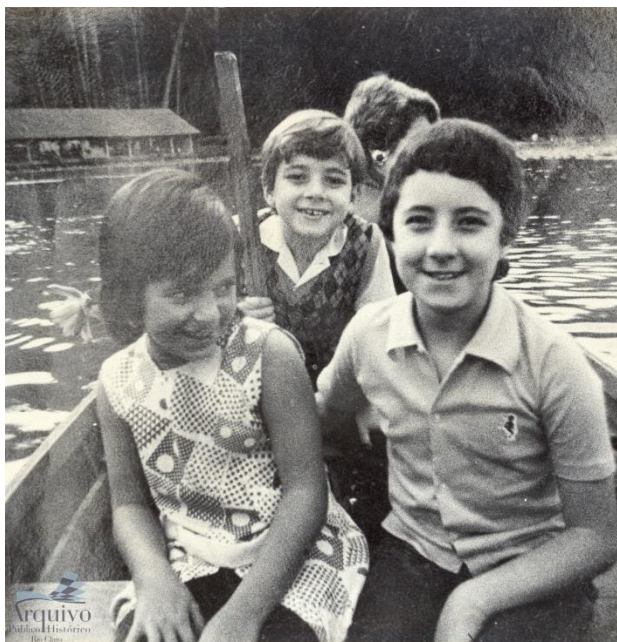
Figura 18 – VISITANTES NO HORTO⁴⁰



Fonte: Foto sem autoria, 1947 – Acervo do Arquivo Público de Rio Claro “Oscar Penteado”

⁴⁰ Primeira entrada do horto. Hoje no local existe a rotatória com o relógio, ao lado do Shopping Center. Na parte-superior da estrutura lia-se: horto Navarro de Andrade. Nas colunas: Serviço Florestal Companhia Paulista.

Figura 19 – VISITANTES EM PASSEIO NO LAGO



Fonte: Sem autoria, s/d – Acervo do Arquivo Público de Rio Claro “Oscar Penteado”

Esses elementos acabaram transformando o antigo horto em um espaço de lazer para a população local com projeção turística para Rio Claro.

Vá, sem demora. Deixe tudo o que tiver a fazer. Nada de mais inadiável, porque nada de mais precioso você pode realizar nessa sua viagem a São Paulo, senão conhecer o Horto Florestal de Rio Claro. Tudo mais importa pouco. Aqui você vai encontrar o que não pode ver em parte alguma.

É tudo inédito, tudo gigantesco, tudo majestoso... Se você quer mesmo ter orgulho de ser brasileiro, mas orgulho merecido e justo, então vá a Rio Claro. E na volta siga, siga direitinho para o Rio... Não tem mais nada a devassar quem conheceu a obra maravilhosa de um brasileiro cujo nome tão poucos conhecem: Navarro de Andrade (Monteiro Lobato)⁴¹

Esses usos sociais se mantiveram com os de ordem econômica. Em 1936 foi estabelecido na área do horto a empresa PREMA⁴² - Preservação de Madeiras S.A.-

⁴¹ Trecho da Carta sobre o antigo horto que o escritor Monteiro Lobato enviou a seu amigo Celestino Silveira, também escritor, residente no Rio de Janeiro/ 1945.

⁴² Em 1948 essa empresa se especializou em tratamento de madeira e produção de tintas PVA (acetato de vinilica, a tinta látex), até então inéditas no Brasil e que dariam origem a Suviniil (CAMPOS, HENRIQUES, PERINOTTO, 2015). Há oitenta anos no horto, a PREMA atualmente vende madeira com o slogan “produzindo um futuro ecologicamente sustentável”.

fundada pela necessidade de a Companhia Paulista de Estrada de Ferro dar aproveitamento às madeiras de eucaliptos, lenhas e dormentes. O contrato de fundação da PREMA previa exclusividade para o processo de tratamento químico em autoclave entre a Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Maurice Hilpert, o especialista alemão na preservação e imunização de madeiras que Navarro de Andrade fora estudar e buscar na Europa.

A CPEF cedeu um terreno de cerca de 5.000 metros para instalar os maquinários da empresa e o contrato durou de 1936 a 1966. Após esse período o tratamento de madeira foi realizado pela própria FEPASA (HENRIQUES et al, 2015: 61 e 62). Contudo a PREMA permanece no local até os dias atuais⁴³.

Outro fato a considerar é que o horto foi residência de muitos funcionários da CPEF e o uso que a empresa fazia do espaço para os trabalhadores da empresa e para a cidade. A empresa, por exemplo, utilizava as águas dos mananciais do horto para abastecer a população em momentos que o serviço público não dava conta (GARCIA, 1992).

No local funcionava uma Granja⁴⁴, que vendia frangos e ovos para os funcionários da empresa e outras cooperativas. Nele também funcionou o serviço de Assistência ao trabalhador. Em 1955 foi construída a capela pelos próprios funcionários para celebrar eventos religiosos que também eram abertos a população.

Por um lado, essas ações eram estratégias da Cia Paulista para controlar os trabalhadores e também estabelecer uma boa relação da empresa com a cidade (GARCIA, 1992). Por outro lado, evidenciam como o horto era um espaço dinâmico, que além da frequência de visitantes, era a casa de muitas famílias de funcionários que criaram laços afetivos com o lugar.

A partir da década de 1930, o desenvolvimento de Rio Claro atingiu os limites do horto, na direção leste. Surgiram algumas “vilas abertas” como Cidade Nova, Vila Paulista, Bela Vista e a Vila Indaiá. Esse processo é descrito como um período de vendas de terras do horto pela própria Cia Paulista a cidadãos que estavam

⁴³ Destaca-se que a empresa sempre utilizou produtos químicos no tratamento a madeira de grandes impactos ambientais no solo (metais pesados, etc.). As autoclaves, onde estão armazenados os preservativos de madeira em forma líquida, localizam-se em área próxima ao leito do Ribeirão Claro e também nas proximidades de residências, características estas que potencializam os graves riscos de danos ambientais e à saúde pública da comunidade (JOINHAS, 2008).

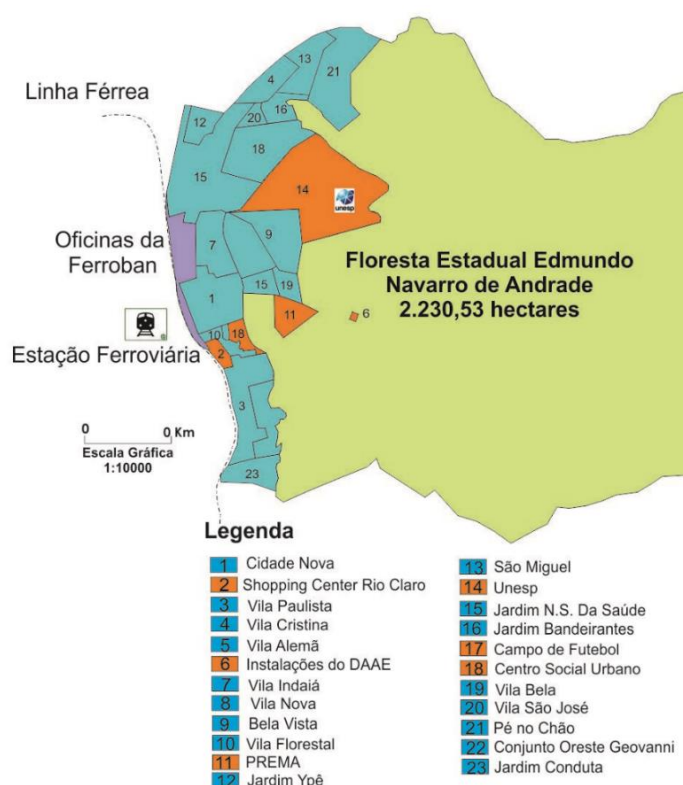
⁴⁴ Desde a década de 1980 funciona na antiga granja o Clube dos Cavaleiros “Professor Victorino Machado” (HENRIQUE, PERINATO, CAMPOS, 2015: 63).

diretamente ou indiretamente ligados às atividades da ferrovia ou de indústrias próximas. Contudo, a questão de uma formação operária desse bairro é problematizada:

O bairro Vila Paulista, como outras partes do espaço urbano de Rio Claro, apresenta também um grande número de lotes com uma destacada especulação imobiliária, provocada pelo fato dos mesmos terem sido comprados como forma de empregar o dinheiro ou as “economias”, não pelos trabalhadores que aí residiam, mas sim pelos mais afortunados. A presença da antiga fábrica de seda, da então I.R. Matarazzo, junto à ferrovia e entre a vila e o pontilhão ajudou a categorizar esta área com residências do nível operário, com descontinuidade no espaço, sendo um dos setores “mais pobres” da cidade. (LANDI, 1983: 13).

Com se observa, a especulação imobiliária fez parte da ocupação do entorno do horto. As desapropriações para fins residenciais continuaram nos anos seguintes, e como será abordado no último capítulo, desrespeitaram o tombamento e afetaram a micro bacia do rio Ribeirão Claro.

Figura 20 – ÁREA DO HORTO E OS BAIRROS QUE SURGIRAM NO ENTORNO



Fonte: Modificado de França Jr 1993 por Christofolletti, 2009⁴⁵

⁴⁵ DAER, C.S. et al. **Conhecendo a floresta. 100 anos de existência:** Centenário do Horto Florestal de Rio Claro. Fundação Florestal/Instituto Florestal de São Paulo. 65 pp.,2009.

Esse crescimento relaciona-se às mudanças na cidade e no campo a partir da década de 1930. Os estudos produzidos pela associação Rioclarense de Geógrafos (1985), com o objetivo de perceber as transformações do espaço rural entre 1940 e 1980 foram importantes para obter um panorama da utilização da terra em Rio Claro após 1930.

De acordo com esses estudos em 1940 ainda existiam na região pastagens naturais e artificiais, seguidas por lavouras temporárias e terras não exploradas, mas produtivas. Também foram identificadas matas, lavouras permanentes e terras improdutivas. Observa-se na agricultura, que o café ainda ocupava papel de destaque, porém ocorreu o desenvolvimento da policultura nas lavouras temporárias, com aumento do cultivo do algodão, arroz, milho e feijão.

Nesse período houve a difusão de métodos mais modernos de cultivo (mecanização, rotação de culturas, plantação em curvas de nível e a intensificação do uso de fertilizantes e pesticidas). Outra mudança foi o aumento de números de fazendas de pequeno e médio portes e diminuição da população que vivia na área rural. Em 1920, 64,4% da população ativa estava vinculada à agricultura, já em 1940 esta porcentagem baixou para 48,9%. Por outro lado, a população ativa vinculada à indústria cresceu de 17,6% para 19%.

Em relação à atividade industrial, Seligardi-Sampaio (2010) classificou esse período como fase tradicional da industrialização (1930 a 1968), caracterizando-o como de fraca expansão; predominância de pequenos estabelecimentos; reduzida capacidade de acumulação capitalista no município; tímida iniciativa empresarial local e precárias condições de abastecimento de energia elétrica e água.

Nessa fase a autora destaca o surgimento do ramo têxtil no município com duas tecelagens, uma unidade da S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em 1939, que funcionava com 808 operários, e uma fábrica da E. F. Saad e Cia., de menor dimensão. Ambas representavam investimentos externos ao município (paulistanos, no caso), assim como a unidade da PREMA no horto e outras pequenas indústrias.

Em relação as pesquisas no horto, a defesa e uso do eucalipto como espécie para o reflorestamento não foram aceitas sem críticas. Em um contexto de desaparecimento das florestas nativas, a utilização de uma espécie estrangeira em larga escala encontrou resistência dos chamados nacionalistas.

De acordo com Dean:

Navarro jamais afirmou que estivesse reflorestando; só cultivava árvores, como matéria-prima necessária, pelos meios mais rápidos e eficientes disponíveis. A substituição da floresta nativa por quilômetros e quilômetros de bosques homogêneos de eucalipto, no entanto, era uma transformação que estava provocando certo incômodo em parte da classe média que antes não se preocupava demais com o desaparecimento da Mata Atlântica. Sinal de seu ceticismo em relação aos novos imperativos científicos citados para justificar o manejo tecnocrata de recursos naturais? Talvez. Ainda que não pudessem articular argumentos defensáveis contra essa tentativa de apropriação, percebiam que ela poderia acarretar mudanças e não necessariamente para melhor (1996: 252).

A desconfiança que existia na sociedade naquela época com a proliferação do eucalipto não se mostraria indevida e se mantém até os dias de hoje. Na década de 1960, com a criação da Lei de Incentivo Fiscal (1966), extensas áreas de florestas dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus* foram implantadas. Paralelamente, pesquisas implementadas pelo Serviço Florestal do Estado, Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais (IPEF), EMBRAPA e empresas privadas estabeleceram as bases para a Silvicultura Nacional. Essas ações representaram para o estado de São Paulo na década de 1970 o percentual de 641.420 hectares de reflorestamento com as espécies exóticas (PAGANI, ZANCHETA, 2015), fato que se ampliou para outros estados nas décadas seguintes. O eucalipto está cada vez mais presente nas paisagens brasileiras.

O caso do horto exemplifica bem a parceria com universidades da região, por exemplo, as parcerias com a FAFI, ESALQ e UNESP, todas universidades da região, principalmente a partir da década de 1950. O antigo horto também forneceu mudas e sementes para plantações florestais no Estado de São Paulo e também em outros estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais (MORA, GARCIA, 2000).

As críticas dos nacionalistas não reduziram as pesquisas de Navarro de Andrade sobre as possibilidades da espécie estrangeira, o que pode ter motivado a construção do Museu do Eucalipto em 1916 e da Seção de Genética dentro do Serviço Florestal no final da década de 1940.

O Museu do Eucalipto⁴⁶, divulgado como único no mundo, foi concebido com a função de apresentar os resultados de suas pesquisas com o gênero, desde

⁴⁶ Atualmente é constituído de 16 salas, sendo que as duas primeiras foram construídas e inauguradas em 1918 e as demais foram sendo acrescentadas com o tempo, além de reformas que modificaram suas características originais.

essências, produtos de limpeza, móveis, dormentes, papel e estudos sobre a fauna em áreas com eucalipto. Nesse sentido, o museu também teve a função de legitimar as pesquisas de Navarro de Andrade e apresentar os benefícios e potencialidades econômicas com a espécie estrangeira.

Em 1941 Navarro de Andrade faleceu e o horto, por um curto período de tempo, foi administrado por seu sobrinho - Armando Navarro Sampaio - que conduziu o programa de melhoramento genético de eucaliptos. Em decorrência desse programa, nos anos de 1960, o espaço foi sede da II Conferência Internacional de Eucalipto.

Para França Jr - arquiteto que coordenou a equipe de restauro do Museu entre 1994 a 2002 - foi a partir da morte do engenheiro que o horto foi “batizado” com seu nome, antes, possivelmente, era chamado de “Santo Antônio” nome da antiga fazenda comprada pela Cia Paulista.

[...] Isso era o que costumeiramente ocorria: as áreas recebiam o nome proveniente das fazendas (praticamente todas as áreas adquiridas pela Companhia Paulista para a implantação de hortos, eram provenientes de fazendas de café). A mudança do nome Horto de Santo Antônio para Edmundo Navarro de Andrade, pode ter ocorrido no ano seguinte de sua morte (1942), talvez até por sugestão de seu sobrinho Armando, mas em todos os lugares que pesquisei nunca encontrei a data certa (2015: 107)⁴⁷.

As décadas que se seguiram a morte de Navarro de Andrade trariam outras mudanças para o horto. No começo da década de 1960, a Cia Paulista foi desapropriada, para Guilherme Grandi (2010)⁴⁸ que estudou a empresa de 1930 a 1960, essa desapropriação faz parte de mudanças que ocorreram na ferrovia após a Segunda Mundial.

Na década de 1940 em diante a ferrovia nacional e estadual foi atingida pelo aumento de investimentos e crescimento das rodovias em todo o Brasil. Além disso, as mudanças ocorridas na agricultura, com o surgimento de novos centros produtivos desde os anos de 1930, em conjunto com os custos de manutenção da malha ferroviária feito pelos particulares, encareciam o transporte ferroviário em comparação com a rodovia, com a primeira sendo preterida pela segunda para transporte de mercadorias e viagens de passageiros.

⁴⁷ Em entrevista a Martini (2015).

⁴⁸ Tese de doutorado sobre a empresa paulista intitulada “Estado e Capital Ferroviário: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1930 e 1961”. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, 2010.

No caso da CPEF, em específico, o derradeiro fim, de acordo com os estudos de Grandi (2010) foi a desgastada relação da empresa com os funcionários que se arrastava desde a década de 1950, e resultaram em uma greve de funcionários de grandes proporções em 1961. As dificuldades financeiras em resolver ajustes salariais e falta de subsídios do governo federal motivaram o governo estadual a desapropriar as ações dos proprietários da Cia Paulista, indenizando-os nos vinte anos seguintes.

A desapropriação da empresa em 1961 provavelmente deixou o horto sem uma gestão clara, esse fato explica o convênio realizado em 1969 entre a CPEF já encampada e a FAFI⁴⁹ de Rio Claro. O convênio foi realizado através do Departamento de Biologia, a princípio duraria três anos e previa a cessão de espaço para o departamento da faculdade, que em troca, conduziria as pesquisas na área de genética e melhoramento de espécies florestais e ficaria com a “manutenção, conservação e ampliação do Museu do Eucalipto” e do arboreto junto ao lago (Proc. 73/75)⁵⁰.

Somente em 1971 surgiu a Ferrovia Paulista S.A - FEPASA, empresa estatal que se constituiu das cinco linhas ferroviárias paulistas (Cia. Paulista, Araraquarense, São Paulo - Minas, Mogiana e Sorocabana) após décadas de transferência desse setor privado para o público⁵¹, sendo a CPEF a última Companhia encampada. A “nova” empresa⁵² também assumiu os hortos construídos pelas Companhias, entre esses estava o de Rio Claro.

Poucos anos depois dessa mudança administrativa, em 1974, foi aberto o processo que levou ao tombamento do horto pelo CONDEPHAAT em 1977. Em 1998, após a privatização da FEPASA, o antigo horto foi transferido para a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e transformada em Floresta Estadual.

⁴⁹ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) foi criada com a lei nº 3895, de 7 de junho de 1957, assinada pelo governador de São Paulo Jânio Quadros. De acordo com Liliana Bueno dos Reis Garcia, a faculdade foi fruto de uma campanha da população rioclarense pelo ensino superior na cidade (2008:23). Existiu até 1977 quando foi criada a UNESP. Ver mais em *“História e Memória- Os 50 anos do Ensino Superior Público em Rio Claro: da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro à Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” 1958 a 2008*. Rio Claro: IGCE: IB/UNESP, 2008. 2vl.

⁵⁰ Contrato 6074 – nº 66/69

⁵¹ As primeiras empresas transferidas foram a Estrada de Ferro Araraquara e Estrada de Ferro Sorocabana, em 1919. A Estrada de Ferro São Paulo Minas em 1929. A Companhia Mogiana, em 1952.

⁵² De acordo com relatório da empresa, produzido em 1980, foram transferidos 24 hortos para a Fepasa.

Como será abordado no próximo capítulo, a preservação do horto não se desvincularia das contínuas mudanças que ocorreriam na ferrovia nas décadas seguintes, influenciando na primeira tutela, o tombamento, e mais recentemente, na sua transformação em unidade de conservação como floresta, no ano de 2002.

Analisando a trajetória da ferrovia e do horto em Rio Claro pontuadas nesse capítulo, é inegável o papel de destaque atribuído a Cia Paulista e, em especial, a Navarro de Andrade, cujo trabalho foi interpretado como único, conferindo ao espaço a posição de centro de pesquisa, exemplo eficiente de proteção à natureza e a cidade de Rio Claro a posição de “berço do eucalipto”.

Martini (2004), por exemplo, defende essa época como o período auge do horto:

No período em que Navarro de Andrade esteve envolvido com o horto (ele faleceu em 1941), e até a década de 60, o museu manteve suas características originais. Foi à época áurea do horto. Com a estatização da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e mais tarde com sua incorporação num organismo mais amplo e menos diferenciado chamado FEPASA, o horto começaria seu declínio. Tanto é verdade, que no início dos anos 70, a comunidade rio-clarense já manifestava a sua insatisfação com a situação de decadência em que ele se encontrava. Muitas pessoas, inclusive, de forma anônima lutaram pela sua manutenção e preservação, dando início a uma campanha visando o tombamento, pelo CONDEPHAAT, como meio de preservação, o que viria a ocorrer somente em 1977 (MARTINI, 2004: 8- 9, grifo nossos).

É clara a preocupação de Martini com a manutenção da memória de Navarro de Andrade, por meio do Museu do Eucalipto e do herbário, para o autor os maiores legados do engenheiro para as pesquisas sobre o eucalipto (MARTINI, 2004).

O que também chama atenção é o autor destacar um período áureo e o processo de declínio do horto relacionados a FEPASA e a ineficácia do tombamento na preservação do horto. Outros autores como França Jr. (1993) e Joinhas (2008), em seus estudos sobre o antigo horto também realizaram críticas ao tombamento. Nessa perspectiva, o horto vem sendo interpretado como um lugar abandonado e descaracterizado, em especial após a administração da FEPASA e tutela do CONDEPHAAT.

Ao se analisar a história do horto em Rio Claro e como este vem sendo interpretado, compreende-se três momentos na sua história relacionados à memória que se concebeu sobre o local: Primeiro, quando ainda era da Cia Paulista e administrado por Navarro de Andrade, momento de expansão da ferrovia e das

pesquisas científicas, que representam seu “auge”. O segundo momento, quando o horto foi tombado pelo CONDEPHAAT e administrado pela FEPASA, período que passou a ser associado a decadência e abandono. Último momento e mais recente, a transferência do horto para a SMA e sua classificação como Floresta Estadual, adequação ao SNUC e crescente valoração das funções ecológicas.

O último capítulo tem o objetivo de problematizar, pelo olhar crítico das fontes, como essas imagens sobre o horto foram construídas durante a história de sua preservação por agentes locais e pelas instituições responsáveis por sua salvaguarda. Instituições que também apresentariam outras visões sobre o horto, interferindo nos seus usos e funções para a cidade. Essa problematização se faz necessária para compreender a historicidade do horto, os limites e contradições da sua preservação e como seu caso esclarece a salvaguarda da natureza no estado de São Paulo.

3. O PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO CASO DO ANTIGO HORTO DE RIO CLARO – AS CONTRADIÇÕES E LIMITES DA PRESERVAÇÃO.

As primeiras ações de preservação do horto de Rio Claro devem ser analisadas sob dois ângulos distintos que se confluem na década de 1970 envolvendo, de um lado, as transformações da ferrovia do estado de São Paulo e, do outro, a renovação conceitual no campo do patrimônio paulista.

Como se viu, no final dos anos de 1960 e início da década de 1970, a encampação das companhias do setor gerou a criação da FEPASA, empresa estatal de economia mista, vinculada à Secretária de Infraestrutura Viária do Estado de São Paulo. A criação da empresa representaria novos rumos administrativos para a malha ferroviária nos anos seguintes. Englobando a malha ferroviária, a empresa estatal também assumiu todos os hortos das antigas Companhias.

Essa mudança administrativa consequentemente modificou a forma como esses hortos eram conduzidos, antes geridos por companhias diferentes, passaram a ser administrados por uma única empresa, provocando tensões e conflitos em âmbito local.

O horto de Rio Claro evidencia bem essa tensão: considerado um símbolo de eficiência da política florestal adotada pela Cia Paulista, sede do Serviço Florestal da Companhia e local onde Navarro de Andrade desenvolveu seus trabalhos e pesquisas e, com forte potencial turístico, ao passar para a nova administração o horto foi perdendo sua importância e legitimidade perante a sociedade local, que passou a vê-lo cada vez mais como um espaço abandonado.

Além disso, como se observa pelos estudos de Garcia (1992) e Santos (2002), é notório que a Cia Paulista desenvolveu uma relação amistosa, porém contraditória com Rio Claro, em especial nas questões trabalhistas e no desenvolvimento econômico do município, através das oficinas e de um importante horto, sendo considerada por muitos anos uma cidade com identidade ferroviária. Fato reforçado pela tese de Grandi (2010) sobre a respeitabilidade que a Cia Paulista adquiriu durante os anos que existiu.

A partir da década de 1970, a política cultural em relação à natureza se distanciava, lentamente, da ideia de monumento natural, para ter em experiências regionais, como no caso do CONDEPHAAT, o pioneirismo na preservação das áreas naturais por meio de uma conceituação alargada de patrimônio natural e paisagístico,

período de renovação conceitual na instituição⁵³ que possibilitou o tombamento, entre várias áreas, do antigo horto de Rio Claro.

Autores que estudaram esses tombamentos pelo órgão do patrimônio paulista, compreenderam nessas práticas a construção uma ação vanguardista de preservação das áreas naturais. Esses autores situam o caso do horto no momento de incorporação da natureza ao patrimônio cultural destacando a importância da presença do conselheiro e professor da USP Aziz Nacib Ab'Saber (SCIFONI, 2006; CRISPIM, 2016; DETONI, 2016). No primeiro período foram tombadas as primeiras sete áreas naturais, em um total de trinta e sete, sendo o horto o sexto bem tombado

Quadro 3 – ÁREAS NATURAIS TOMBADAS ENTRE 1969-1980

Área Tombada	Município	Data do Tombamento
Bosque dos Jequitibás	Campinas	1970
Parque das Monções	Porto Feliz	1972
Caminho do Mar	Cubatão	1972
Pedreira de Varvitos	Itu	1974
Parque da Independência	São Paulo	1975
Horto Florestal e Museu do Eucalipto de Rio Claro	Rio Claro	1977
Maciço da Juréia	Peruíbe	1979

Adaptado – Scifoni (2006)

A partir do quadro, observa-se a variedade dos bens tombados, sendo três os localizados em áreas urbanas: Bosque dos Jequitibás, Parque da Independência e o próprio horto, que também foi a única área natural mais distante da capital a ser tombada. Com exceção do Parque Estadual da Cantareira que incluiu o horto ou Parque Estadual Alberto Loefgren em 1983, o horto de Rio Claro foi o único com essas características acautelado pelo CONDEPHAAT.

⁵³ De acordo com Rodrigues (2000) em 1974 foi realizado um curso que trouxe um arejamento das perspectivas patrimonialistas. Atendendo ao compromisso de Brasília, a Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos foi realizado um convênio entre Ministério da Educação e Cultura e a Universidade de São Paulo. Coordenado pelo CONDEPHAAT, IPHAN e de Departamento de História da Arquitetura da FAU-USP, o evento contou com a participação de especialistas estrangeiros, entre os quais Hügues de Varine –Bohan, que havia dirigido o Conselho Internacional de Museus (ICOM) da UNESCO. Nesse curso Varine apresentou o patrimônio como um fato cultural composto por três elementos: o meio ambiente, o conhecimento e tudo o que o homem fabricou (2000: 52). Na década 1970, baseada em uma visão mais ampla de meio ambiente, também ganhou força a ideia de integração entre as ações de preservação e planejamento territorial, período em que foi adotado o conceito de patrimônio ambiental urbano (RODRIGUES, TOURINHO, 2016).

Apesar de evidenciar o pioneirismo do órgão em relação à salvaguarda da natureza, a bibliografia sobre o CONDEPHAAT não explorou a participação do órgão na gestão das áreas naturais após a realização dos tombamentos.

Compreender o tombamento do horto de Rio Claro também implicou considerar a percepção da sociedade local sobre o antigo horto e o papel que se construiu para ele na cidade, abordado no segundo capítulo.

Esse papel fortemente vinculado ao potencial turístico, a sua singularidade como “berço do eucalipto” e recentemente a uma função ecológica, foi construído historicamente, sendo necessário identificar e problematizar essa construção.

Contudo, os interesses que existiam e o que se esperava com sua preservação se chocaram com as mudanças administrativas da ferrovia, o crescimento urbano, a especulação imobiliária e o retorno do crescimento industrial do município.

A transferência do horto para a SMA, em 1998, ocorreu em um processo similar ao tombamento, no que se refere às mudanças sobre a malha ferroviária paulista. No começo da década de 1990 a FEPASA passou pelo processo de federalização e posterior privatização, gerando impasses sobre os rumos que os pequenos hortos teriam com a nova gestão.

Assim, a história dos hortos não pode ser desvinculada da história da ferrovia paulista, uma vez que a ferrovia surgiu da iniciativa privada - fazendeiros produtores de café no século XIX que também criaram os hortos, depois, foi encampada pelo governo estadual em meados do século XX, e retornou ao controle privado no final do século passado. O processo recente definiu novos destinos aos pequenos hortos florestais do interior paulista, indicando que os usos desses espaços tão fortemente vinculados à ferrovia, precisariam ser ressignificados.

De forma a compreender essas complexidades e sistematizar os processos referentes ao recorte da dissertação, 1974 a 2002, foram elencados dois momentos, delimitados cronologicamente, o primeiro referente ao tombamento do horto e seus desdobramentos, a segunda sobre transferência para a SMA e a criação da FEENA.

Nesse processo ficam evidentes as transformações e permanências de usos que espaços concebidos como hortos de eucalipto para produção de madeira e modelos de proteção à natureza passaram no decorrer do século XX.

3.1. De Horto Florestal a Patrimônio Paisagístico: O Tombamento do Horto de Rio Claro (1974 - 1977)

O tombamento de um bem cultural no CONDEPHAAT possui um “rito processual”, identificado por Crispim (2016)⁵⁴ e abrange várias etapas, que vai do pedido para o tombamento por um cidadão ou conselheiro à abertura do processo e sua preservação temporária, contendo estudos e pareceres de técnicos ou dos conselheiros, cartas, relatórios e reportagens. Por fim, caso seja favorável à decisão pelo tombamento, o bem é inscrito em um dos livros do tomo. Dentro desse rito, portanto, foi possível perceber os valores atribuídos ao horto, a participação da sociedade e os conflitos em torno de sua preservação.

No processo de tombamento do horto⁵⁵, o pedido não partiu de um cidadão de Rio Claro. Sob motivo de abandono, a solicitação foi feita pelo conselheiro do CONDEPHAAT, Vinício Stein Campos⁵⁶, em 8 de maio de 1974 (proc. 428/74, fls. 2 - 26). A solicitação do conselheiro considerava o horto e o Museu do Eucalipto como objetos da preservação, sendo o processo aberto pelos conselheiros na mesma data. Após a abertura do processo o CONDEPHAAT enviou ofícios às autoridades locais e a FEPASA informando do processo e que eventuais modificações no espaço deveriam ser avisadas e autorizadas pelo órgão cultural paulista, implicando em uma preservação temporária do horto. Posteriormente, o CONDEPHAAT compreenderia a preservação do bem cultural como fator importante durante o processo de tombamento⁵⁷.

⁵⁴ O autor estudou 11 processos de tombamentos de áreas naturais pelo CONDEPHAAT, inclusive o do horto em sua dissertação “Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969 -1989)” (2016).

⁵⁵ O material faz parte do acervo da UPPH da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

⁵⁶ Vinício Stein Campos (1908-1990), pedagogo formado em 1932, em Santa Bárbara d'Oeste (SP) também foi diretor do Serviço de Museus Históricos da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo paulista. De acordo com Rodrigues (2000: 27 a 30) sobre o contexto da criação do CONDEPHAAT, Vinício Stein Campos e Lucia Falkenberg, primeira presidente do órgão, estavam entre os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Guarujá e Bertioga de 1958 e faziam parte de uma elite intelectualizada de São Paulo que defendiam um projeto em prol da “tradição”, identidade bandeirante e entediam a proteção do patrimônio como uma “missão civilizadora”. Sobre Campos, a autora entende que o conselheiro defendeu no CONDEPHAAT os monumentos históricos do Estado, de interesse regional “característicos de épocas socioeconômicas em áreas bem demarcadas do Estado” e os de exclusivo interesse municipal e também com uma perspectiva educacional e cívica (RODRIGUES, 2000:42).

⁵⁷ Somente em 1979, por meio do Decreto Estadual n.13426/1979, a abertura do processo de tombamento assegurou a preservação do bem até o desfecho final pelo CONDEPHAAT. De acordo com Crispim, a abertura ganhou efeitos de medida cautelar fundamental do rito processual, tendo em vista seus efeitos imediatos na preservação ao patrimônio cultural (CRISPIM, 2016: 50).

Entre o pedido e o desfecho final no caso do antigo horto, passaram-se três anos. A solicitação do CONDEPHAAT para que não ocorressem novas modificações ou intervenções no espaço implicaram em uma série de conflitos com as atividades econômicas realizadas no espaço pela proprietária FEPASA e, também, com desapropriações em curso, em sua maioria, provenientes da época da Cia Paulista e da prefeitura.

Anexo a esse pedido consta um relatório sobre o Museu do Eucalipto, com a quantidade de salas (dezesseis) e o conteúdo de cada uma, em que ficou evidente a **valorização histórica** e destaque para a figura de Navarro de Andrade, como argumentos para justificar o tombamento pelo conselho, uma vez que Campos teve um olhar específico para o museu.

Não houve no pedido de Campos uma especificação do que seria a área do horto, e o conselho agradeceu ao museu histórico e pedagógico da cidade “Amador Bueno da Veiga” as informações fornecidas sobre o local.

Além do relatório sobre o museu foram anexadas reportagens de jornais. As primeiras notícias que aparecem no processo são três, organizadas sem sequência cronológica, uma sem data, outra de 1977 e a última de 1974, de modo que ambas têm em comum a denúncia de abandono do horto (proc. 428/74, fls. 27- 29).

A primeira reportagem presente no processo “Horto está abandonado”, sem identificação da data de sua publicação e do nome do jornal, revela, entre outros apontamentos, o “fim do trem turístico” que atendia os visitantes, informando também o fechamento do Museu do Eucalipto para fins de reforma.

A segunda notícia, (22/03/1977 – “Salvar do Loteamento o Horto de Rio Claro” – *O Estado de São Paulo*) aborda a preocupação com a especulação imobiliária do espaço do horto. No texto há um resumo da história do espaço, em que se enaltece o programa de reflorestamento promovido pela Cia Paulista, retratado como pioneiro, exaltando-se também a figura de Edmundo Navarro de Andrade, que “*sozinho* conduziu outros hortos”. O jornal ainda fez uma alerta para a necessidade de revitalizar o projeto turístico para o horto, “senão o tombamento de nada adiantaria”.

E, por fim, a terceira reportagem (31/01/1974 – “O Horto” – *Jornal cidade*), que como as outras, aponta os problemas estruturais do horto, entre eles, a má conservação da estrada de acesso e do Museu do Eucalipto que então se encontrava fechado. E repetidamente, a reportagem exalta a história de Navarro que, novamente, *sozinho* realizou o sonho do horto florestal. Nesta reportagem também há críticas a

FEPASA e o relato da visita de uma deputada ao espaço para averiguar a situação do local. Por fim, também remeteu ao valor científico e estético do horto, como centro de proteção à natureza e de atração turística por suas belezas *naturais*.

Outra reportagem anexada no decorrer do processo foi do *Jornal Jundiaí*⁵⁸, de autoria de Guilherme Enfeldt - ex morador de Rio Claro- denunciando que horto corria o risco de ser loteado. Apesar de residir em Jundiaí, o autor do texto não fez referência ao horto da cidade - o primeiro construído pela Cia Paulista e desapropriado pela prefeitura na mesma época. A reportagem apresenta o horto de Rio Claro como “paraíso abandonado” e tem críticas à gestão da FEPASA (proc.428/17, fl. 37).

Essas reportagens, em especial as que foram publicadas pelos jornais locais, indicam alguns elementos sobre o processo de tombamento do horto. Não obstante o pedido ter se originado no interior do órgão de preservação, por meio do conselheiro Vinicius Stein Campos, uma parte da sociedade em Rio Claro se preocupava com a “nova” situação do horto e direcionava críticas à gestão da FEPASA, com denúncias de abandono, em especial ao museu.

Desse modo, conforme observamos nas reportagens, em 1974 houve grande repercussão do “abandono” do horto o que coincide com o pedido de tombamento, ocorrido no mesmo ano. Esse fato nos permite vislumbrar o papel da imprensa de Rio Claro e do Jornal O Estado de São Paulo em influenciar a abertura do processo de tombamento.

A relação da cidade com a FEPASA deve ser problematizada, de acordo com a tese do historiador Guilherme Grandi (2010) a Cia Paulista foi a companhia privada nacional mais bem sucedida do país e desenvolveu projetos que transcendiam a questão do ferroviarismo, exemplo das ações que possuía na Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC)⁵⁹. No entanto, no contexto de criação da FEPASA,

⁵⁸ “Denúncio, Sr. Governador do Estado! Denúncio, Sr. Presidente da República – Querem fazer do Estado de São Paulo, um deserto!” – 30/04/1976.

⁵⁹Fundada em julho de 1928, a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil tinha como principais objetivos a compra de terras, seu retalhamento e a venda dos lotes, bem como a introdução de trabalhadores agrícolas, nacionais e estrangeiros, no Estado de São Paulo. Devido ao seu fraco desempenho, em outubro de 1934 a empresa foi reorganizada passando a se chamar Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, tendo como principal acionista e “controladora” a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF). A CAIC também teve atuação no setor industrial que consistiu em criar duas fábricas de adubos aproveitando as cinzas do café, uma em São Paulo e a outra em São Carlos, em colaboração com a Companhia Paulista. Outra atividade desempenhada pela empresa foi o abastecimento de pedra britada nas localidades onde a CPEF estivesse atuando. Como o setor de imigração da Companhia teve seu trabalho interrompido por volta do ano de 1938, em maio de 1958 foi renomeada como Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora ficando preservada a sigla CAIC. Em 1961, juntamente com a Companhia

as ferrovias que anteriormente foram símbolos de progresso e modernidade, passaram a ter uma imagem negativa e de atraso.

No caso de Rio Claro isso está bem evidente na imagem positiva que se construiu sobre o horto no período que pertenceu à Cia Paulista e o que ele representava em termos de pesquisas sobre a silvicultura, como se observa no teor das reportagens.

Esse novo olhar para a ferrovia ajuda a explicar parte das críticas direcionadas à sua “nova” proprietária. As reportagens citadas apresentam de maneira negativa a FEPASA, com muitas acusações de que a empresa já havia vendido outros hortos, como em Limeira e, portanto, existia uma preocupação do mesmo acontecer com o horto de Rio Claro, fatos que não eram inverídicos, visto que a FEPASA continuou a política da Cia Paulista de lotear áreas que era proprietária. Contudo, também revelam como essa “preocupação” vislumbrava um projeto político de setores da sociedade local para o horto e consequentemente para a cidade, que giravam em torno do seu potencial turístico.

As notícias indicam a presença de políticos que visitaram o horto como mecanismo de ampliar a pressão sobre o governo. Durante a ditadura militar, outras manifestações da população podem ter sofrido restrições e limitações de adesão, contudo isso não exclui que a sociedade da época também se interessava pelo tombamento do horto. Entre esses políticos destaca-se o deputado estadual José Felício Castellano (partido do ARENA), ou Gijó, morador de Rio Claro que posteriormente atuou sobre outros hortos da FEPASA.

Também foi possível perceber a importância simbólica e o discurso sobre o horto, sendo ele a reverência à sua beleza, a insistência no *potencial turístico* como uma vocação do lugar, sua importância no reflorestamento para a “preservação da natureza”. Além do destaque a Navarro de Andrade como grande idealizador do horto e pesquisador através do Museu do Eucalipto, uma “obra” considerada única, cuja singularidade é divulgada até os dias de hoje.

Logo em seguida ao pedido do conselheiro Vinício Stein Campos, no qual o valor histórico foi colocado como suficiente, o arquiteto Carlos Lemos, na época diretor

Paulista, foi encampada pelo Governo. Como empresa pública a CAIC trabalhou a serviço do governo principalmente na intermediação da compra de tratores e implementos agrícolas. Ler mais em: OLIVEIRA, Giani Vendramel. *A Atuação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) no Estado de São Paulo*. In ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

técnico no CONDEPHAAT, deu seu parecer, no qual entendeu ser preciso avaliar o espaço em sua totalidade, ou seja, além do Museu do Eucalipto, considerar outros bens edificados e os *interesses paisagísticos* do espaço.

Com essa perspectiva, Lemos solicitou no parecer um estudo técnico de outras áreas do conhecimento, como a botânica e do turismo:

Nossa condição de arquiteto, embora nos leve, algumas vezes, a preocupações de interesse paisagístico, onde a natureza das plantas e importância da árvore são de importância maior, não nos permite elaborar parecer conclusivo a respeito do valor contido no referido Horto e respectivo museu. Assim, propomos seja o assunto estudado por técnicos em botânica e turismo, que possam subsidiar o douto Conselho nas decisões deste tombamento proposto em fls. 2 (Proc. 428/74, fl. 31).

Em seguida, um novo parecer técnico sobre os bens do horto foi pedido pelo técnico, pois questionou a escolha de Rio Claro somente pela obra de Navarro de Andrade, desconsiderando outros hortos, como Jundiaí, que foi o primeiro onde Navarro começou as pesquisas com o eucalipto em 1903 (Proc. 428/74, fl. 55).

Outro questionamento de Lemos foi ao argumento de legado científico e histórico do engenheiro. Por esse argumento, os trabalhos e pesquisas desenvolvidas por outros cientistas contemporâneos ou anteriores a Navarro de Andrade deveriam ser reconhecidas também. O arquiteto, contudo, compreendeu que o interesse em tomar o horto também estava vinculado a maneira que a sociedade de Rio Claro se relacionava com o espaço.

[...] é que o povo de Jundiaí, ao contrário do de Rio Claro, não está acostumado a fazer picnics em seu horto e por isso ainda não pediu seu tombamento. A verdade é essa: o horto florestal de Rio Claro tem sido defendido é por ser um local extremamente aprazível em volta de seu museu, aliás, de certo interesse documental (proc. 428/74, fl. 54).

De acordo com Crispim (2016), o arquiteto colocou em primeiro plano a questão das apropriações sociais do bem, relevando assim sua dimensão urbana enquanto elemento do tecido social da cidade. Vislumbrando os sentidos que a paisagem passou a ter a partir de meados da década de 1970 no CONDEPHAAT como elemento agregador de valores para a preservação. O autor também compreendeu a incorporação das discussões sobre a paisagem no processo do horto, que posteriormente se transformariam na prática da instituição para tombamentos de áreas naturais (CRISPIM, 2016: 93 a 95).

Outros documentos contidos no processo mostram a necessidade dos conselheiros em definir e caracterizar o que se relacionava com um horto florestal, seja pelo seu tamanho e características topográficas.

Com esses questionamentos por parte do CONDEPHAAT, o processo do horto tomou novos rumos. Observa-se que Vinício Stein Campos “desaparece” enquanto conselheiro responsável pelos pareceres sobre o local e novas questões surgem, principalmente sobre a área a ser tombada e os usos que o horto teria.

Nesse sentido é importante destacar a presença no processo de tombamento do então chefe do departamento de Geografia da FAFI, professor Helmut Troppmair. O professor anexa ao processo um artigo produzido em parceria com outros professores da FAFI, Amilton Ferreira, Choiti Kiyon e Sergio Nereu Pagano intitulado “Horto Florestal Navarro de Andrade: Monumento Científico”⁶⁰

Nesse artigo os autores ressaltam a importância científica do lugar, desde as pesquisas realizadas por Navarro até o convênio da FAFI - UNESP com a FEPASA para o desenvolvimento do curso de biologia e as pesquisas desenvolvidas com a presença da universidade. Para os autores do artigo, o horto era um “museu vivo” e também importante para o lazer e turismo. A presença do professor em questão vai se manter após o tombamento, visto que no início dos anos 1990 foi conselheiro do CONDEPHAAT e Secretário da Cultura da cidade. O artigo também revelou a participação de agentes ligados às universidades em defesa do horto.

No decorrer do processo, junto ao valor científico do horto, seu potencial turístico para a cidade constantemente era evocado, por meio da imprensa local. Outra reportagem⁶¹ anexada ao processo indicava que o horto era o único aberto à visitação e recebia uma média de 50 mil visitantes no ano e contava com um restaurante no espaço que funcionava aos domingos.

A partir de 1976, o processo indica o começo dos conflitos do tombamento com a FEPASA. Um contrato com a empresa *Camargo –Serviços, Comércio e Reflorestamento LTDA* foi enviado pelo delegado da cidade, Renato Bello, ao CONDEPHAAT. De acordo com o documento, consta nesse ofício uma denúncia em relação ao contrato, pois configurava desmatamento do horto, e solicitados esclarecimentos e procedimentos do órgão sobre o caso.

⁶⁰ Publicado no “Diário de Rio Claro” em 13/07/1975 (Proc. 428/77 fls. 54 e 55).

⁶¹ “Diário de Rio Claro” 12/05/1975 (proc. 428/77 fls. 65).

O contrato de 1975, possivelmente um dos primeiros feito pela nova proprietária, foi realizado após a abertura do processo de tombamento e previa a confecção de 60,000 (sessenta mil) dormentes de eucaliptos, aproveitamento das costaneiras e sobras de cadeira. O valor do contrato ficou estipulado em 1.306.550,00 (um milhão, trezentos e seis mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros) (Proc. 428/77 fls. 65 a 84).

Assim, o que se questionava era, se o bem estava preservado temporariamente, isso implicava em não ocorrer cortes de árvores para a produção de madeira, dormentes e outros.

Em dezembro de 1976 também consta o primeiro parecer de Ab'Saber, que também foi o conselheiro responsável pelo seu desfecho. Nesse parecer, acompanhando os estudos técnicos de Lemos, as informações prestadas pelo professor Troppmair, e possivelmente a política de desbastes conduzida pela FEPASA, Ab'Saber defendeu o tombamento global do horto, classificando-o como o maior arquivo vivo do eucalipto do mundo, de importância científica incalculável.

[...] sou do parecer que se processe o tombamento global do horto florestal e do Museu Edmundo Navarro de Andrade, por se tratar de bens culturais fundamentais – da história técnica, científica e cultural, do Estado de São Paulo (Proc. 428/77 fl. 90).

A possibilidade do tombamento completo do horto aumentou as tensões com a proprietária do horto, que primeiramente manifestou receio de que o tombamento gerasse uma paralização das atividades desenvolvidas.

A empresa, na figura do seu então presidente, Walter Pedro Bondini⁶² apesar de reconhecer o horto como “patrimônio valioso” imediatamente pediu a suspensão do tombamento, até que ficasse claro os impactos da ação sobre as atividades econômicas que a empresa exercia no local e que iam além da exploração da madeira para produção de dormentes e outras afins.

As atividades citadas foram: técnicos científicos com pesquisas na área de genética em parceria com a FAFI; produção de argila com uma cerâmica arrendada por terceiros; criação de colmeia e gado; além de indicar que o local também era moradia de funcionários (na época o presidente da FEPASA falava de 94 casas).

No contexto do tombamento, a empresa evidenciou a importância econômica do horto, compreendendo-o o como uma unidade produtiva relevante em vários

⁶² Walter Pedro Bondini teve dois mandatos à frente da FEPASA. Como segundo presidente da empresa (1975 a 1979) e oitavo (1991 a 1994).

aspectos, cujo tombamento prejudicaria a própria empresa. Acusada pelos jornais locais de estar loteando o horto, essa atividade não foi descrita pelo presidente da FEPASA.

Nessa situação de tensão foi elaborado o parecer final pelo professor Ab'Saber, em maio de 1977. Como destaca Crispim (2016) esse parecer também evidenciou a preocupação do conselheiro com o desconhecimento da sociedade sobre a política de preservação no campo do patrimônio cultural em relação a uma área natural.

Ab'Saber sugeriu que o horto fosse transformado em um “Parque de eucaliptos de dimensões regionais com funções múltiplas (universitária, científica, técnica e turística)”, incluindo uma porcentagem para venda de madeira, que na perspectiva do conselheiro não deveria passar de 10%, já que a empresa possuía outros hortos para fins econômicos. Nas palavras do conselheiro:

[...] No que diz respeito a um país de escala geográfica continental; ainda sujeito a devastações extensivas e predatórias (na Amazônia, no Espírito Santo, no Sul da Bahia e no setor Norte do Brasil Central), todo esforço de preservação, nas mais diferentes escalas, merece atenção de todos os Cidadãos esclarecidos do país. No caso de um território de organização complexa, onde a substituição das paisagens naturais por paisagens humanizadas, atingiu níveis críticos, a preocupação de reservar áreas naturais pouco alteradas e poupar áreas verdes passíveis de uso pela coletividade, constitui-se em uma providência de interesse múltiplo, a um tempo cultural e social.

O tombamento do Horto Florestal da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro (atual FEPASA), enquadra-se no objetivo de resguardar uma das maiores áreas de experimentação no campo da silvicultura, jamais - intentada na América do Sul, desde a década de 1910 a - 1920. Por outro lado, reflete a grande preocupação de todos os paulistas, no sentido de conciliar a função de um velho horto com as funções de uma área para estudos naturais, e para lazer e turismo, compensando nossa atual conjuntura de pobreza em parques regionais e áreas de lazer, organizadas. A intenção do CONDEPHAAT ao optar pelo - tombamento global do HORTO FLORESTAL de Rio Claro (FEPASA) foi a de proteger uma área e uma série de bens patrimoniais de alto valor histórico, científico e técnico, com vistas à futura criação de um "Parque dos Eucaliptos", dotado de funções múltiplas e de uma organização digna do espírito de previsão e de racionalização técnica do emérito fundador do Horto, Engenheiro Edmundo Navarro de Andrade.

Julgamos que se deva deixar bem claro que o tombamento do Horto não é feito com qualquer endereço - outro, senão o de aproveitar a sua notável infraestrutura básica, segundo um planejamento de alto nível, destinado à sua futura transformação em um parque estadual, de funções múltiplas, coibindo sua degradação e abandono, e evitando sua destinação pura e simples como gleba de silvicultura, economicamente ativa. Para simples exploração econômica, racionalizada, existem outros hortos e notáveis áreas novas de

silvicultura, dentro do território paulista (e, entre os bens da própria FEPASA).

Somente existiriam dois caminhos para se concretizar o tombamento do Horto Florestal de Rio Claro: fazer o tombamento, condicionando-o a um plano de reestruturação e zoneamento de elevado nível técnico e científico, a ser reexaminado pelo CONDEPHAAT; ou, criar um — grupo de trabalho, destinado à elaboração de um plano de constituição de um parque de dimensões regionais, documento esse, que ao ser analisado e avaliado pelo próprio - CONDEPHAAT - e, outras instituições implicadas — receberia a aprovação e o aval do Conselho. Entretanto, pelo pouco -que conheço das dificuldades de diálogo entre órgãos públicos e paraestatais, sou levado a optar pelo tombamento - prévio do Horto, tal como já foi decidido pelo Conselho, - sem qualquer prejuízo (de providências paralelas, com vistas ao seu aproveitamento múltiplo, de resto, já esboçado, com anuência da sua proprietária e sucessora, no caso a FEPASA). (Proc. 428/74, fls. 101-104).

A proposta de criar um parque visava “agradar” os diferentes agentes do processo, ao propor através do tombamento uma gestão compartilhada do bem cultural. Ao que tudo indica o documento a criação do Parque de Múltiplas Funções iria de encontro com as necessidades da proprietária, mas também da sociedade local, ao reconhecer o potencial turístico do horto, não só para a cidade, mas para a região e estado de São Paulo.

Ab’Saber também sugeriu, caso não fosse possível instituir o parque, um zoneamento do horto de elevado nível, porém a sugestão de parque para a área ia de encontro com a atuação que o geógrafo vinha exercendo no CONDEPHAAT, visto que no mesmo ano elaborou as diretrizes para preservação de áreas naturais⁶³.

As diretrizes propostas em 1977 ao CONDEPHAAT, partiam de uma visão do geógrafo sobre a situação preocupante da natureza no estado de São Paulo considerando três critérios de preservação de áreas naturais para o tombamento, classificadas de acordo com o grau de ameaça que sofriam:

1) o da preservação de áreas críticas e ecologicamente estratégicas, correspondentes a filtros de Biosfera, reservas naturais de preservação obrigatória, amostras representativas de diferentes ecossistemas ou geofacies das paisagens paulistas: Serra do Mar, Escarpas da Mantiqueira oriental, Bocaina, entre outras; 2) tombamento das áreas pelo princípio da distinção entre paisagens consideradas banais e paisagens reconhecidamente de exceção (morros testemunhos, topografias ruineformes, altos picos rochosos, domos de esfoliação, *mares de pedras*, *canyons* e furnas, feições cársticas, cavernas e lapas, lajedos dotados de minienclaves ecológicos, ilhas continentais, promontórios e pontas costeiras, estirâncios de praias); 3) uma política de revalorização, controle e

⁶³ “Diretrizes para uma política de preservação das reservas naturais do estado de São Paulo”, 1977.

planejamento de algumas paisagens de substituição ou de elaboração mais ou menos artificial. Com vistas a um reaproveitamento para fins de turismo e lazer (beirada de lagos feitos pelo homem, velhos hortos em desativação, ilhas e glebas que foram colônias penais, fazendas e sítios do Estado, passíveis de serem transformados em parques regionais ou locais, terras doadas ao Estado ou a ele incorporadas por ações executivas ou por eventuais desapropriações) (AB'SABER, 1977:3, grifos nossos).

As áreas descritas no item um (1) eram consideradas prioritárias devendo demandar maior atenção do órgão. No caso do horto, esse se enquadrava no item três (3) em que defendeu o reaproveitamento de “paisagens de substituição” para fins de lazer e turismo e com menos urgência para tombamentos. Ab'Saber escreveu essas diretrizes durante o processo do tombamento do horto de Rio Claro e, além de propô-las, tentou colocá-la em prática nesse caso, com destaque para o fato de o tombamento do horto de Rio Claro, mesmo sem caráter de urgência, ocorrer antes do tombamento do Maciço da Juréia e Serra do Japi, por exemplo.

Em relação ao pedido da FEPASA para que o tombamento fosse suspenso, o CONDEPHAAT na figura do presidente Nestor Goulart Reis Filho, convidou Walter Pedro Bondini para uma reunião no órgão para tratar de esclarecimentos do tombamento do horto de Rio Claro.

A partir desse encontro o documento indicou a iniciativa e as movimentações, em especial pela FEPASA para a formação do grupo de estudo proposto por Ab'Saber, com representantes do CONDEPHAAT, da UNESP, FEPASA, Poder Público municipal e estadual (proc. 428/74, fls. 105-108).

No decorrer da formação desse grupo, durante o ano de 1977, outras reportagens foram anexadas ao processo, provavelmente é desse período a reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* anexada no início do processo⁶⁴ “Salvar do Loteamento o Horto de Rio Claro” e “Pode ser tombado o horto de Rio Claro”⁶⁵. As outras reportagens daquele jornal foram “FEPASA não quer só ferrovias”⁶⁶ e “Deputado pede CPI para áreas verdes”⁶⁷. O deputado em questão era Felício Castellano, que em novembro de 1977 solicitou o tombamento do horto de Jaboticabal (Proc. 20428/77) e, em agosto de 1978, encaminhou o mesmo pedido para o horto de Cordeirópolis (Proc. 20655/78) sob motivo de preservação de área verde.

⁶⁴ Publicada em 22/03/1977.

⁶⁵ Publicada em 17/08/1977.

⁶⁶ Publicada em 19/08/1977.

⁶⁷ Publicada em 20/08/1977.

Já o jornal local *Cidade de Rio Claro* noticiou “Comissão para averiguar situação dos hortos”⁶⁸ em que repete a notícia do deputado, seguido de outra notícia do mesmo dia “O que pretende a FEPASA?”. Por fim, o jornal *Diário de Rio Claro* também publicou “Horto Florestal em Perigo. FEPASA quer acabar com ele”⁶⁹.

Observa-se pelo teor das reportagens do jornal de circulação nacional e os jornais locais a continuidade das críticas à FEPASA, os motivos do *Estadão* se direcionaram mais ao fato da empresa visar o ramo imobiliário em detrimento de uma preocupação do jornal com a preservação dos hortos. Já os jornais locais de Rio Claro, a grande evidencia foi denunciar que o horto encontrava-se abandonado, e rememorar com saudosismo a “boa época” em que a antiga CPEF administrava o horto e a ferrovia (Proc. 428/74, fls. 113 e 116).

Interessante destacar que a maior parte do horto foi desapropriado entre 1917 a 1971. Neste período o local perdeu aproximadamente 1.000 ha, a maior parte para loteamentos praticados pela própria Cia Paulista para a criação dos bairros: vila Paulista, vila Bela Vista e vila Horto Florestal. Esses lotes, *a priori*, foram vendidos a funcionários da empresa que depois os revenderam (LUCCA et al, 1981: 24)⁷⁰.

Em 1951, a PREMA comprou o terreno de 11,00 ha, em que realizava suas atividades de tratamento de madeira desde 1936. Outras áreas foram desapropriadas pela prefeitura, como em 1946 – desapropriação para a captação de água e construção do Departamento de Água e Esgoto – DAE, um total de 120,00 ha. Fatos não lembrados pelos jornais.

Em relação a essas notícias de abandono, como resposta, a FEPASA enviou ofício ao CONDEPHAAT indicando que o lago seria limpo em uma tentativa de transferir para o órgão os gastos com a limpeza (proc. 428/74, fls. 118 e 119). Essa tentativa de transferência de responsabilidades evidencia os primeiros conflitos de uma gestão compartilhada e um “desconhecimento” sobre a função ou responsabilidades do CONDEPHAAT no que dizia respeito a preservação do bem.

Com o processo do tombamento encaminhado, o recém eleito prefeito da cidade, Demerval da Fonseca Nevoeiro Junior (na época do Partido Democrático Social – PDS, que sucedeu a antiga Arena), decretou a lei no. 1451 de 21 de setembro

⁶⁸ Publicado em 20/08/1977.

⁶⁹ Publicado em 21/08/1977.

⁷⁰ Aspectos da expansão urbana de Rio Claro: Renda da terra e poder político. Nesse trabalho as autoras estudaram a expansão urbana de Rio Claro entre 1970 e 1980, e como a questões de renda da terra e apropriação do solo afetaram as populações mais pobres.

de 1977, em que autorizava o poder executivo a desapropriar e doar área de terreno a Fazenda do Estado. Entre elas uma área de 51.555.50 metros entre a avenida Navarro de Andrade com a rua 4B, onde havia o córrego do Cortume⁷¹, em loteamento denominado Vila Florestal, mas que fazia parte do horto e, portanto, propriedade da FEPASA.

Tal desapropriação teve como propósito a construção de um Centro Social Urbano (proc. 428/74, fls. 121), que de fato foi construído nos anos seguintes. Essas desapropriações que se iniciam durante o tombamento, continuaram após o desfecho do processo e se tornaram objeto de batalha judicial da FEPASA com a prefeitura e, como se verá, também movimentaram o CONDEPHAAT.

A especulação imobiliária que existia sobre o horto, não era uma atitude exclusiva da FEPASA, como os jornais denunciavam, ressalta-se que foi uma prática da Cia Paulista, que a FEPASA manteve, mas também uma atividade praticada por outros agentes e que atingiu várias áreas da cidade.

No segundo capítulo foi abordado que Rio Claro até a década de 1970 experimentou uma fase de fraca expansão industrial, mas com aumento na diversidade de produtos agrícolas produzidos.

Dessa década em diante ocorreu uma forte aceleração do crescimento industrial provocada por uma vigorosa “rodada” de investimentos na indústria local e a chegada do agronegócio, protagonizada, principalmente, por investidores de âmbito nacional e internacional. Nessa década, a população na zona urbana da cidade foi contabilizada em 70,258, já a população rural, aproximadamente 10,000 pessoas (SINOPSE ESTATÍSTICA, 1974).

Como consequências, ocorreu a última fase da industrialização da cidade de acordo com Selingardi-Sampaio (2010), a fase dinâmica, com a criação de um distrito industrial e novos bairros, em especial destinados a população de baixa renda na zona norte da cidade.

O aumento do crescimento urbano também se relaciona a mudanças na área rural, que testemunhou o contínuo declínio da população que vivia no campo e da produção de milho, feijão e outros. Por outro lado, essa diminuição deu espaço a produção de cana de açúcar com utilização de insumos, agrotóxicos e instalação de usinas de álcool na região (SELINGARDI-SAMPAIO, 2010).

⁷¹O centro social urbano “Niazi Hussini” fica próximo da entrada principal da FEENA, no bairro Cidade Nova e na rua 4B.

O final da década de 1960 também marcou a chegada das indústrias de extração de argila e produção de cerâmica, que no decorrer desse processo provocaram muitos impactos como modificação de relevo e contaminação do solo. Por essas características relacionadas em parte ao agronegócio a economia local atual está vinculada ao cultivo da cana de açúcar, com muitas usinas de álcool instaladas na região e, ao setor industrial, se configura como importante polo nacional de produção de cerâmica de acabamento.

No que se refere ao horto a partir da década de 1970, uma área do seu tamanho se tornou objeto de políticas públicas e plataforma política para discursos sobre urbanização. Além disso, nesse processo alguns terrenos próximos ao horto receberam infraestrutura, como ruas asfaltadas, saneamento básico e uma universidade pública. O bairro da Bela Vista, por exemplo, teve um aumento do valor dos terrenos após a construção do novo campus da UNESP (LUCCA et al, 1981: 24). Contudo, esse crescimento urbano no entorno do horto traria no futuro problemas para a micro bacia hidrográfica da região.

Em meio a esses impasses e conflitos, o processo de tombamento do horto foi concluído em dezembro de 1977, cabe destacar que o tombamento incluiu o horto e o Museu do Eucalipto, e inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico apenas em 1979, sob a inscrição n. 4 (proc. 428/74, fls. 110-111).

Para Crispim (2016: 80), seu reconhecimento enquanto bem cultural se deu a partir da sua condição de testemunho da “história técnica, científica e cultural” paulista, sendo incorporado aos domínios do paisagístico a perspectiva do conjunto como união de espaços e de tempos sobrepostos, já que o bem articulava os usos sociais aos condicionantes históricos que lhe conferiam identidade, por meio de um recurso de olhar eminentemente paisagístico.

No caso do horto, portanto, o destaque a memória da técnica de silvicultura foi um argumento utilizado pelo CONDEPHAAT para justificar sua preservação, consolidando o discurso do seu papel na cidade como “berço do eucalipto”. Esse discurso também evocou seu potencial para o turismo, perspectiva que a documentação analisada indica ter sido muito forte nos anos que se seguiram ao tombamento.

Contudo, as principais discussões e questões que permearam o tombamento se deram em como conciliar os usos do espaço, que mesclavam funções sociais com

as econômicas e científicas que eram desenvolvidas, com entendimento que aquele espaço possuía valor histórico, científico, social, ecológico e econômico.

Nesse sentido, no tombamento do horto, o valor ecológico, apesar de não destacado, foi dimensionado como associado ao valor cultural atribuído a área natural de modo que a criação do parque proposta por Ab'Saber, ao estabelecer “múltiplos usos”, conectava seus diversos valores como o científico e o ecológico a uma concepção ampla de política cultural. A política ambiental, em contrapartida, não preconizava naquele momento a preservação de áreas naturais localizadas em espaços urbanos tendo em vista as concepções da legislação ambiental, como o código florestal e orientações da Secretaria Especial de Meio Ambiente em proteger áreas com pouca interferência humana.

Por meio da criação do primeiro sistema nacional de meio ambiente (SISNAMA) e do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em 1981 indiciam a construção de uma jurisdição específica para o campo do meio ambiente no Brasil que em certa medida, ofuscou a ação dos órgãos de patrimônio cultural na preservação da natureza. No estado de São Paulo, essa realidade tornou-se mais concreta quando da criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) em 1983 e posteriormente da Secretaria Estadual de Meio Ambiente em 1986 que englobou o Instituto Florestal e a Fundação Florestal, nesse período também surgiu o Sistema Estadual de Meio Ambiente.

Apesar de demonstrar ciência e preocupação com a falta de conhecimento sobre o tombamento, não houve esclarecimentos, por parte do CONDEPHAAT, para a população local sobre como funcionaria essa ação preservacionista, que passou a ser informada pelas notícias dos jornais locais e estaduais sobre a situação do horto pós tombamento. À época, os jornais reverberaram projetos políticos para o horto que muitas vezes provocaram conflitos entre os interesses da FEPASA e a ação preservacionista do CONDEPHAAT.

Pelo lado da proprietária FEPASA foi possível apreender que essa procurou demonstrar a importância que o horto de Rio Claro tinha, anexando relatórios de atividades ao processo, evidenciando a complexidade do espaço e seu valor econômico.

Também era uma forma de responder às acusações e críticas de que constantemente era alvo na cidade de Rio Claro. No último relatório que consta no documento do tombamento, produzido em dezembro de 1977, após ser novamente

acusada de abandonar o horto a empresa mudou o tom e classificou a unidade de Rio Claro como o mais importante da empresa, pois:

[...] apresenta um material bio-florestal de inestimável riqueza, além do seu valor histórico pelo estudo do *Eucalyptus sp* que vem sendo desenvolvido até hoje. Tais fatores tornaram-no reconhecido não só aqui no Brasil, como no exterior” (Proc. 428/74, fls. 154-165).

Nesse sentido, o valor econômico do horto foi igualado ao seu valor histórico. No relatório consta o valor de mercado do horto, com referência o ano de 1976, estipulado em Cr.\$ 227.876.762,52. Há também os valores de despesas e receitas. As despesas giravam em torno de Cr.\$ 328.618,80 e as receitas Cr.\$ 274.608,07. De acordo com o documento a maior parte dos gastos eram com os funcionários, ou seja, uma tentativa de mostrar que apesar das despesas serem maiores, a produção de madeira era necessária, reforçando a preocupação da empresa em ser autossuficiente.

Nesse relatório foi possível apreender as atividades desenvolvidas no horto, sendo elas divididas em sete itens: 1) Técnicas, 2) Zootécnicas, 3) Comerciais, 4) Educacionais, 5) Lazer, 6) Atividades de Manutenção e o último item acrescentado a caneta 7) Florestais.

A administração do horto ficava a cargo da Divisão de Engenharia Agrícola, Divisão Técnica do Departamento Florestal e a 3ª Inspeção Florestal, cuja sede administrativa era no próprio horto, mantendo uma parte da estrutura administrativa do Serviço Florestal da Cia Paulista, o que explica as documentações de outros hortos no espaço. Também respondia pelos hortos os setores da FEPASA identificados como Superintendência Geral da Produção Florestal e Superintendência Geral de Administração Patrimonial.

As atividades técnicas eram desenvolvidas pelo setor florestal com os convênios realizados com FAFI- UNESP ⁷²e com a Usp, através da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq, localizada em Piracicaba - e da Escola de Engenharia de São Carlos. Esses convênios também entraram nas atividades educacionais, em especial para os cursos de botânica da FAFI- UNESP, e pela existência de uma escola Mobral e Primário que funcionava em um dos casarões do horto.

⁷² Em 1976, com a criação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pela lei no. 952 de 30.01.76, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (FAFI) passou, como os demais Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, a fazer parte da referida Universidade.

Como já destacado, o convênio com FAFI data de 1969 – logo após a desapropriação da Cia Paulista e realizado através do Departamento de Biologia da antiga faculdade, com duração, a princípio, de três anos.

Em 1971, o professor Antônio Buschinelli (diretor da faculdade) pleiteou a transferência da faculdade para o horto Florestal Navarro de Andrade quando solicitou da FEPASA uma área de 200 alqueires para a instalação do campus. A partir daí, o convênio foi ampliado por dez anos, propiciando a criação do curso de ecologia na universidade. A área de 200 alqueires foi cedida, após desapropriação da prefeitura para a construção do novo campus da faculdade⁷³ no bairro Bela Vista, a partir de 1977.

Dessa forma, as instalações do horto florestal foram utilizadas pela FAFI por oito anos, nos quais os laboratórios dos departamentos de Biologia geral, de Botânica, Zoologia e de Fisiologia ficaram responsáveis pela guarda, uso e responsabilidade de todo o acervo científico acumulado desde a implantação do horto.

Apesar dos convênios e pesquisas, observa-se que as atividades comerciais foram evidenciadas pela empresa como as principais, em especial com os arrendamentos. Os contratos de arrendamentos abarcavam a confecção de dormentes, aluguel de pasto-apícola, criação (e venda) de gado e mudas, arrendamento de terras que não serviam para o reflorestamento para desenvolver plantios de cereais, algodão. Por fim, contrato com uma olaria devido à existência de jazidas de argila e maquinário para tal operação. Muitas dessas atividades já eram antigas, como a produção de cerâmica, outras possivelmente foram ampliadas após a administração da FEPASA.

No documento a empresa apresentou sugestões para melhorar os pontos em que era mais criticada em Rio Claro: realizar reflorestamento nas áreas com desbastes e a parceria com a prefeitura na manutenção do turismo e cobrança de ingresso de visitantes no horto.

Apesar de aparecer por último, a atividade florestal foi destacada como a principal, pois abrangia o manejo do plantio até a exploração final, em especial para a fabricação de dormentes e venda de madeira para particulares. Portanto, a FEPASA apesar de destinar outros usos para o horto com os arrendamentos citados e que

⁷³A transferência foi do bairro do Santana para o Bela Vista.

geravam receita, procurou comprovar que a madeira produzida pelo horto ainda era necessária para a ferrovia.

O relatório indica que o horto era uma unidade com grande circulação de pessoas, que também incluía os funcionários da ferrovia que ali residiam, os alunos da FAFI e da escola primária.

O desfecho positivo pelo tombamento mostrou os desafios de garantir quais usos se destinaria ao horto e como seria a condução de sua gestão enquanto bem tombado, agora com a presença do CONDEPHAAT. Os diferentes interesses dos agentes sociais sobre o espaço revelariam os limites e contradições da sua preservação.

3.1.2. Os primeiros Impactos, Limites e Critérios do Tombamento (1977 – 1985).

A perspectiva desta parte da pesquisa é abordar fatos poucos trabalhados sobre a história da preservação do horto. Dessa forma, a análise das discussões e conflitos que estiveram presentes no seu tombamento, serviram para a compreensão do período que se seguiu, classificado como *pós tombamento*.

Entre as primeiras medidas desse período destaca-se a mobilização para a formação do grupo de trabalho para a criação do Parque de Dimensões Regionais com funções universitárias, científicas, técnicas e turísticas. Essa proposta partiu do conselheiro Ab'Saber, sendo acatada pela FEPASA, que passou a articular entre as entidades, representantes para o grupo de trabalho. A escolha desses ficou a cargo das próprias instituições.

Esse grupo foi constituído pelo Eng. Agrônomo João Regis Guillaumon, representante da Secretaria de Agricultura/setor Instituto Florestal, o geógrafo Prof. Dr. Aziz Ab'Saber, representante da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia/CONDEPHAAT, o senhor Carmo Dráuzio Turano Galante, paisagista e representante da Secretaria de Esportes e Turismo do estado, o Prof. Dr. Antônio Buschinelli, da área de biologia, ex diretor da FAFI e representante da Universidade “Júlio Mesquita Filho” – UNESP, o Dr. Paulo Osório Silveira Bueno, advogado e Secretário municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo na cidade de Rio Claro, além de dois representantes da FEPASA, o Superintendente e responsável pelos hortos Guilherme Peirão Leal (administrativo) e o Assistente Técnico do Presidente Eng. Agrônomo Newton Coli Machado.

A primeira reunião que consta no processo ocorreu em 25 de novembro de 1977, na sede da FEPASA em São Paulo (proc. 428/74, fls. 142). Não existem muitos documentos que apresentem os projetos e discussões desse grupo para o antigo horto, o que se pode afirmar é que esse grupo realizou algumas reuniões. No processo de tombamento consta a síntese da quarta⁷⁴ reunião, datada 16 de fevereiro de 1978 realizada na sede do departamento florestal em Campinas.

Nessa síntese, o grupo de trabalho aceitou o projeto de reflorestamento elaborado pela FEPASA para produção de dormentes em determinados talhões do horto. Na síntese há apontamentos de que Ab'Saber foi contrário ao reflorestamento ocorrer em “áreas nobres” do horto (indicado no processo como talhão nº 25 e na ata como nº 35), e que isso deveria ocorrer no “fundão”. Entende-se que essas áreas nobres seriam compreendidas pelo CONDEPHAAT como as espécies mais antigas, únicas ou de valor genético.

Contudo, a ata da mesma reunião apresentou outras informações além do programa florestal, como a indicação das leituras do plano de aproveitamento científico para o horto, elaborado pela FEPASA, e o texto “Paisagismo nas grandes Metrópoles” do arquiteto e paisagista americano Garret Eckbo.

De acordo Scifoni (2006), e também citado por Crispim (2016), a utilização dessa referência marcou a influência do paisagismo nas práticas do órgão no ano de 1976 (momento de renovação conceitual), quando Eckbo ministrou uma conferência na Secretaria Estadual de Negócios Metropolitanos e definiu paisagismo como “um processo de ordenação do meio ambiente no qual deveriam constar três aspectos: observação da realidade, capacidade de crítica sobre o observado e elaboração de propostas de intervenção” (ECKBO, 1977 apud SCIFONI, 2006: 48).

O texto, uma condensação de palestras realizadas em São Paulo pelo arquiteto paisagístico, foi proposto por Ab'Saber, que afirmou ser competência do grupo o estudo e preparo de documentos sobre a geomorfologia, classes de declividades e coberturas vegetais do horto, indispensáveis para o projeto de parque, e segundo ele, deveriam ser produzidos pelo departamento florestal da empresa com auxílio do departamento de geografia da UNESP.

Além da discussão teórica, a ata apresentou conflitos entre os representantes da FEPASA e prefeitura em relação às desapropriações que estavam em curso na

⁷⁴ A ata dessa reunião encontra-se na sede administrativa da FEENA. A síntese da reunião está no processo de tombamento (Proc. 428/77 fl. 151).

época e realizadas pelo poder municipal para a criação do Centro Social Urbano e o Tiro de Guerra⁷⁵, além da discussão sobre a criação de um lago artificial pela Sabesp.

Outro ponto a destacar dessa ata foi o convite para que o Sr. Sarti participasse do grupo como assessor especial do Dr. Paulo Osório. O Sr. Sarti é Antônio Carlos Sarti, ambientalista e pesquisador, membro do Conselho de Meio Ambiente da cidade, também participou da ONG Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente (SORIDEMA) criada por estudantes do curso de ecologia da UNESP, em março de 1978. Essa ONG teve participação na gestão do horto nos anos seguintes, sendo ela representada por Sarti em vários momentos importantes da história do horto pós tombamento.

Não é possível saber se ocorreram mais reuniões, no processo não consta outras indicações e nem outras atas foram encontradas. Apesar da constatação do referencial para se discutir a elaboração do parque, o grupo tratou em especial de questões de manejo florestal.

Nesse sentido, a proposta de parque de dimensões regionais foi perdendo força. Um dos motivos possíveis pode ter sido a saída do proponente do projeto, o professor Ab'Saber deixou a cadeira do departamento de geografia da USP no CONDEPHAAT em 1978⁷⁶. Da mesma forma, outras questões envolvendo a prefeitura e a FEPASA também influenciaram, entre final de 1977 e 1978 travaram uma disputa judicial pelas áreas desapropriadas do horto.

Tal disputa envolveu, em específico, a desapropriação para construção do já citado Centro Social Urbano, ainda durante o processo de tombamento. Através da lei no. 1451 de 21 setembro de 1977, o prefeito Nevoeiro Junior autorizou o poder executivo a desapropriar áreas para a Fazenda de Estado. Em primeiro de dezembro do mesmo ano (decreto no. 2292), foi oficializado pela prefeitura a utilização dessas áreas para a referida obra.

⁷⁵ Essa área foi desapropriada para construção de um Hospital Psiquiátrico, o projeto não vingou e passou a abrigar instalações do treino de tiro da TG-40, uma repartição do exército e gerida em conjunto com a prefeitura (SARTI, 2001).

⁷⁶ A cadeira do departamento de geografia da USP foi ocupada entre 1978 e 1979 pelo professor José Pereira de Queiroz Neto que procurou dar continuidade a implementação da política de áreas naturais; Ab Saber voltou ao Condephaat apenas em 1982 quando assumiu a presidência do órgão por um curto espaço de tempo (1982-1983). É importante salientar também que nesse momento tem-se abertura dos processos de tombamento do horto florestal (Parque Estadual Alberto Loefgren) e Reserva da Cantareira (Proc. 20.519/78), da Serra do Mar (Proc. 20868/79) finalizado em 1985 entre outros de grande relevância política, como também o tombamento do Maciço da Jureia e Rio Verde em 1979.

A área em questão estava próxima de mananciais, nascentes e vertedouros que a Fepasa alegou utilizar para suprir as atividades de suas oficinas. Além disso, a própria prefeitura calculou o valor da indenização a ser paga pela área, chegando ao valor de Cr\$ 242.496,91 mil cruzeiros.

O fato das obras atingirem os mananciais necessários para as oficinas foi o argumento utilizado pela empresa para solicitar a suspensão da obra e contestar o valor da indenização, por meio do seu advogado, Paulo Américo Pedroso, que solicitou ao juiz responsável pelo caso uma perícia com laudo. A empresa também passou a articular junto ao governo do estado, com poder maior, medidas para barrar a prefeitura local.

Entre essas medidas foi a de utilizar o tombamento, que *a priori* a Fepasa foi contra, para contestar o início das obras⁷⁷ e, em caráter de denúncia, também acionou o CONDEPHAAT para paralisar a construção do Centro.

A resposta a essa solicitação veio do próprio secretário da cultura, ciência e tecnologia, na época Max Feffer, que enviou ao juiz um ofício (OF. GS. no. 811/77 - 23/12/1977) sobre a necessidade de que qualquer modificação a ser realizada deveria antes ser aprovada pelo CONDEPHAAT e, dessa forma, solicitou ao próprio juiz que notificasse a prefeitura sobre as irregularidades das obras.

O fato da FEPASA acionar o CONDEPHAAT para conter a ação da prefeitura, evidencia que o tombamento foi utilizado como defesa da propriedade privada, e não pela possível destruição ou modificação de um bem cultural.

Além do órgão cultural, a FEPASA acionou a Secretaria de Transporte, na época sob comando de Thomaz P. B. Magalhães⁷⁸, solicitando que o estado também decretasse utilidade pública da área e repassasse à Fepasa o direito de administrá-la. Tal fato chegou a ser providenciado pelo secretário de transporte, porém não oficializado.

Na disputa, o juiz determinou em março de 1978 que um perito realizasse um laudo com o valor de indenização da área desapropriada. O perito Fausto Pacheco, engenheiro agrônomo, chegou ao valor de Cr\$ 3.317.685,00, um número superior ao valor sugerido pela prefeitura e concluiu que as obras afetavam os mananciais⁷⁹.

⁷⁷ Juízo de Direito da Vara Civil (Primeira Vara) da comarca de Rio Claro – Estado de São Paulo.

⁷⁸ O governador de São Paulo era Paulo Egydio Martins.

⁷⁹ Processo nº 1.415-77 - 3º Ofício.

Possivelmente o valor da indenização produziu negociações entre a proprietária e a prefeitura. Os despachos internos entre os departamentos administrativo-financeiro e departamento Civil Fiscal da Fepasa, posteriores ao laudo, indicaram que a Fepasa voltou atrás com o pedido de desapropriação pelo governo do estado, já que a prefeitura estava respeitando os mananciais e iria pagar o valor fixado, o Centro Social foi construído e não houve restrições pelo CONDEPHAAT.

Cabe destacar que essa área, por se tratar de mananciais e nascentes deveria ter sido protegida pelo código florestal de 1965, que identifica áreas nessas características como Áreas de Preservação Permanente, fato totalmente ignorado na época.

Nesse interim, também ocorreu o pedido para se tombiar o horto de Jaboticabal, que logo em seguida foi ampliado para os hortos de Loreto (Araras), Sumaré, Aurora (Descalvado), Cordeirópolis e Bebedouro. Esses pedidos, como já dito, partiu do deputado José Felício Castellano e, possivelmente, tenha sido motivado pelo desfecho positivo do caso de Rio Claro.

Dentro do CONDEPHAAT, o conselheiro José Pereira de Queiroz Neto, que havia substituído Ab'Saber na cadeira da Geografia, deu parecer para que os processos dos seis hortos⁸⁰ fossem conduzidos em conjunto pelo órgão, o que foi aceito pelo Conselho.

A abertura dos processos se deu em 1980, dois anos após os pedidos e um dos pareceres técnicos sobre essas áreas foi realizado pelo grupo de trabalho de áreas naturais do CONDEPHAAT.

De acordo com Crispim (2016), esse grupo se constituiu durante o processo de tombamento da Serra do Mar, em 1979, e teve a seguinte composição: professor Gil Sodero de Toledo, indicado pelo Departamento de Geografia da USP, Manuel Carlos de Oliveira, indicado pelo Instituto Geológico de São Paulo, Maria Glauceia Lagaspe Vieira, indicada pelo Instituto Florestal, Rodolfo Ricardo Geiser e Ricardo Oneken, indicados pela Sociedade Brasileira de Paisagismo.

Os trabalhos seriam conduzidos pela conselheira Lea Goldestein, que substituiu Queiroz Neto na representação do Departamento de Geografia da USP, a partir de julho de 1980. Posteriormente, esse grupo formulou a ordem de serviço nº 1/82 que

⁸⁰ Horto de Jaboticabal 20428/77; Cordeirópolis – 20655/78; Sumaré - 20652/78; Araras/Loreto 20653/78; Bebedouro 20654/78; Descalvado/Aurora - 20656/78. Cópias do processo se encontram no acervo da FEENA em Rio Claro e o processo completo na UPPH/ CONDEPHAAT.

continha diretrizes para tombamentos de áreas naturais, incluindo espaços como os hortos.

O parecer, favorável aos tombamentos dos seis hortos da FEPASA, data de 1981, e, possivelmente foi produzido na formação desse grupo e anterior a ordem de serviço nº1/82, sendo assinada⁸¹ por representantes do Instituto Florestal, Instituto Geológico da Sociedade Brasileira de Paisagismo e representantes do Departamento de Geografia da Usp.

No texto a memória tecnológica foi elencada, assim como a importância de manutenção de áreas naturais próxima aos centros urbanos para as funções de lazer, turismo e recreação, argumentos muito próximos das diretrizes para hortos proposto por Ab'Saber em 1977. Porém, observa-se no documento um distanciamento dessas diretrizes quando compreendem que a razão de existência dos hortos era econômica e, portanto, a prioridade de uso era da proprietária Fepasa.

No parecer o grupo também recomendou a necessidade de um plano de manejo florestal para os hortos para evitar a descaracterização florestal dos espaços:

[...] Resguardo por parte do CONDEPHAAT, ressaltando que estas, como áreas de produção não devem ser transformadas em áreas estáticas e deficitárias, mas serem preservadas como estruturas vivas e dinâmicas, mesmo economicamente, através de um manejo florestal bem conduzido, para que não se deteriore como unidades econômicas, nem como unidades paisagísticas florestais, razão do seu tombamento.

O Grupo é de entender que a FEPASA, como empresa, tem de atender também a interesses econômicos. Nesse sentido se poderia justificar o plantio de outras culturas em alguns hortos, mas que o percentual das mesmas deveria ser significativamente reduzido, dentro de um plano de manejo florestal. No caso de alguns destes hortos terem sido temporariamente descaracterizados por outros usos, como o cultivo de cana de açúcar, o manejo deveria ser gradativamente reconduzido para o *florestal*.

A nosso ver os Planos de Manejo para a exploração florestal deverão ser estudados pela Fepasa, considerando as razões de sua economicidade e de manutenção das características da paisagem florestal e submetidas anualmente ou bianualmente à aprovação do CONDEPHAAT. O uso pelo público poderá ou não ser incluído, dependendo do momento histórico e das solicitações e pressões que a área venha a sofrer por parte das populações locais ou envolvendo programas turísticos de nível local ou religioso

⁸¹ Assinado pela conselheira Lea Goldstein, João Régis Guillemoun (Representante do Instituto Florestal e que também fez parte do grupo de trabalho para a criação do parque de eucalipto em Rio Claro), Maria Helena Almeida Mello (representante do Instituto Geológico), Rodolfo Ricardo Geiser (Representante da Sociedade Brasileira de Paisagismo); Gil Sodero de Toledo (Representante do Departamento de Geografia da USP).

Os arrendamentos⁸² de terras permitidos pela FEPASA para outros cultivos eram comuns nos hortos, como se observou no relatório da empresa para o caso de Rio Claro em 1977. Para a equipe do CONDEPHAAT descaracterizavam os espaços. Com essa crítica o parecer reforçou a necessidade da empresa realizar o manejo florestal, além de compreender que o uso pelo público deveria ocorrer mediante pressão social.

Esse parecer apresentou uma nova postura do CONDEPHAAT para áreas como os hortos, defendendo que esses deveriam manter o uso para o qual foram criados, e que por meio desse uso tradicional ou original ocorreria a preservação.

Junto ao parecer, foi anexado um estudo realizado pelo Instituto Florestal entre 1971 e 1973 sobre a cobertura vegetal e reflorestamento do estado de São Paulo e revelou, de acordo com a equipe, a necessidade de preservar uma paisagem rara com vegetação nativa, mesmo que não original, presente nos hortos. Isso explica a defesa do grupo pela elaboração do plano de manejo para os hortos e o fato do CONDEPHAAT utilizar um instrumento de gestão da política ambiental ainda incipiente.

Na cópia do parecer, localizado na sede da FEENA, consta uma correspondência interna da Fepasa, do chefe do Departamento Florestal, Aniz Buchid, para a Superintendência Geral da Administração Patrimonial, em que o primeiro relatou o andamento das desapropriações dos hortos nas cidades de Loreto (49, 08.ha na construção de casas populares), Sumaré (55, 98.ha na construção de uma represa de captação de água), Bebedouro (121, 00.ha na construção de um aeroporto) e em Araras (100, 88.ha na construção de um distrito federal). O teor da correspondência mostrava preocupação com a falta de recursos que essas desapropriações gerariam à Fepasa.

“A persistir tais ocorrências, dentro em breve não restará a Fepasa áreas para reflorestamento e futuramente atingir autossuficiência na produção de dormente, conforme plano elaborado pelo DPF e enviado à esta Superintendência”

Pela data dessa correspondência, 9 de fevereiro de 1982, foi possível compreender que as disputas entre a empresa com os poderes municipais não era uma realidade exclusiva de Rio Claro. As desapropriações também caracterizavam

⁸² A empresa arrendava áreas para outros cultivos para a destoca, processo de retirada dos “tocos” de madeira. Esse processo, de acordo com a empresa era caro.

uma realidade dos hortos de outras cidades do interior, momento que essas estão em fase de crescimento urbano. Contudo, a data da correspondência indica outro elemento: os tombamentos dos hortos não haviam sido concluídos.

No processo completo, observa-se que a partir de 1983 não houve reuniões ou novos pareceres emitidos pelo CONDEPHAAT, sendo o assunto retomado em 1995, quando a equipe de áreas naturais fora extinta, e após 1998, quando a FEPASA estava sendo privatizada.

As desapropriações, pressões da FEPASA ou mesmo questões internas do CONDEPHAAT podem ter motivado a paralisação do processo de tombamento desses hortos na década de 1980. Mas aprofundando a história desses espaços, outra justificativa para o não andamento do processo foi a ocupação de alguns hortos por trabalhadores rurais sem-terra, caso de Loreto e Sumaré.

Esses assentamentos se concretizaram após interferência do então governador de São Paulo, Franco Matoro, quando foi assinado, em julho de 1984, um Protocolo de Intenções entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, à qual se vinculava o órgão de terras à época, e a FEPASA, cuja finalidade básica era estabelecer critérios para a seleção de áreas utilizáveis para projetos de assentamento rural, bem como, princípios para um programa de liberação dessas áreas mediante permuta ou compensação (ITESP, 2000)⁸³.

Entretanto, antes da paralisação do processo, o parecer favorável da equipe de áreas naturais para os seis hortos apresentou um novo direcionamento que o órgão cultural paulista teria com o horto de Rio Claro nos anos seguintes.

Ainda no começo da década de 1980, outro impasse ocorreu entre o poder municipal, CONDEPHAAT e FEPASA. Em requerimento ao governador do estado no.

⁸³ Itesp - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo, assim como o reconhecimento das Comunidades de Quilombos. É vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. De acordo com o órgão essas ocupações se deram usualmente de forma pacífica e realizadas por trabalhadores boias frias vindos de Campinas, organizados por segmentos ligados à Igreja e grupos embrionários do MST. No processo de negociação, a FEPASA atendeu à solicitação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, concordando com a liberação de glebas integrantes do horto de Sumaré (na época uma área parcialmente ocupada por eucaliptos, mas com uma grande parte arrendada para usineiros da região que plantavam cana-de-açúcar). A empresa também assumiu o compromisso de que novas áreas seriam destinadas para assentamento de mais famílias, à medida em fossem concluídos os contratos de arrendamento com as empresas que exploravam madeiras. Dessa forma, se formou o assentamento Sumaré I, e, posteriormente, com novas ocupações o Sumaré II. O horto de Loreto em Araras teve área liberada para assentamento em agosto de 1983. Outros hortos ocupados encontraram forte resistência da FEPASA, e só tiveram desfecho positivo para os assentados após a privatização da empresa em 1998.

63/80 de 26 de março de 1980⁸⁴, o documento indica que a câmara municipal de Rio Claro acusou o CONDEPHAAT pela situação de “abandono, depredação, destruição e total deterioração” do horto.

No documento, os vereadores reclamantes⁸⁵ afirmavam no requerimento que o tombamento não barrou o corte de árvores centenárias de eucaliptos, falam da não existência de uma Comissão Especial, que os cortes eram feitos sem um programa de reposição. De acordo com os reclamantes:

[...] a área total vem sendo invadida e pessoas estranhas procuram tirar proveito da situação atual, onde prevalecem os desmandos e o total abandono das autoridades

Por fim, os reclamantes pediram que o prefeito:

[...] em uma atitude de coragem e amor, decrete utilidade pública da área e dos bens que integram o Horto Florestal de Rio Claro, para fins de futura desapropriação quer amigável ou judicial.

Esse pedido, com justificativas vagas de desapropriação, partiu de alguns vereadores que também eram empresários da cidade e revelam que a relação conflituosa de agentes locais com a gestão do espaço pela FEPASA continuou após o tombamento, com o descontentamento de agentes locais direcionando suas críticas⁸⁶ ao CONDEPHAAT, por não barrar completamente os desbastes das árvores e não ter facilitado o papel turístico que esperava-se para o horto. O documento também revela o “desconhecimento” com o tombamento por parte dos vereadores. Nota-se que nesse pedido, o argumento do abandono utilizado novamente, dessa vez atribuído ao órgão cultural paulista para justificar a ação dos requerentes.

Posterior a esse requerimento, em 14 de maio de 1980, o CONDEPHAAT realizou uma reunião com a FEPASA em São Paulo, na sede da empresa. Dessa reunião foi produzido um relatório sobre as intenções das duas instituições sobre o local com o título “Definição do Manejo do Horto de Rio Claro, tendo em vista o tombamento efetivado através da atuação do CONDEPHAAT, além de outros processos de tombamentos de outras áreas pertencentes à Fepasa”⁸⁷.

⁸⁴ (Proc. 1625/74) Encontra-se na sede administrativa da FEENA.

⁸⁵ De acordo com o documento foram: José Marcos Pires de Oliveira, Jessé Temple, Mário Alem, Roberto Cesar, Eduardo Francisco Lotumolo, Adhemar Catuzzo, Francisco Garrito, Waldermar Karam, José Aldo Demarchi.

⁸⁶ Tal situação gerou o processo 1625/74, que contém respostas da FEPASA e CONDEPHAAT ao requerimento.

⁸⁷ (Proc. 1625/74, fl.40).

O representante do CONDEPHAAT foi José Pereira de Queiroz Neto, da FEPASA os representantes foram Dr. Nelson de Abreu Mades, Superintendente geral de Administração do Patrimônio da empresa e Dr. Aniz Buchid, chefe do Departamento Florestal em Rio Claro. Esses setores cuidavam das questões que envolviam o horto de Rio Claro e provavelmente dos outros hortos.

Nesse relatório o CONDEPHAAT reforçou o valor histórico, turístico, ambiental e técnico do local. Já a FEPASA reafirmou seu interesse pelos desbastes e sistema de manejo. Nesse momento a empresa começou a indicar que reservaria uma área para ser preservada sendo essa o arboreto, a coleção de talhões, o talhão nº 1 e talhões com espécies *Pinus Caribea* e *Hondurensis*.

O CONDEPHAAT solicitou que a FEPASA enviasse ao órgão suas necessidades, tanto de caráter geral como específico do horto de Rio Claro; sistema de manejo empregado e mapas das áreas a serem preservadas.

Nessa reunião a empresa relatou problemas com a PREMA e o uso que fazia de caminhões em estrada do horto. Além disso, trouxe informações sobre o horto de Aurora, naquele momento com o processo de tombamento aberto, e o replantio realizado pela CAIC, que possuía incentivos fiscais do IBDF para praticar reflorestamentos. Como a FEPASA não possuía esses incentivos, cedeu ao CAIC quatro hortos para serem reflorestados e depois devolvidos à empresa.

Como resultado dessas pressões locais em Rio Claro e referente aos outros processos de tombamentos abertos, o Dr. Nelson de Abreu Mades produziu em maio de 1980 um relatório⁸⁸ completo das atividades florestais da FEPASA, remetendo a “tradição ferroviária” de preocupação em poupar as reservas florestais naturais. Apresentou o “patrimônio florestal” da empresa – vinte e quatro (24) hortos distribuídos por vinte e um (21) municípios do estado, ocupando 39.778,97 hectares, com uma existência total de 17.987.182 de árvores⁸⁹.

No relatório a empresa procurou afirmar que todas as atividades, convênios, contratos como os realizados com a CAIC e arrendamentos com terceiros visavam a autossuficiência e geração de recursos. De acordo com a empresa, a necessidade de cortes e desbastes:

[...] são incompreendidas pelos leigos e então surgem os indefectíveis comentários a propósito da devastação que a Fepasa estaria

⁸⁸ (Proc. 1625/74, fl. 42 a 60).

⁸⁹ O maior desses hortos, o de Mongaguá, com 10.558, 68 hectares foi declarado utilidade pública para fins de constituição da Reserva Estadual da Serra do Mar.

promovendo neste ou naquele horto, seguida de gritaria geral sobre a necessidade de equilíbrio ecológico, que está sendo rompido (Proc. 1625/74, fl. 54).

Além de enfatizar que no caso do horto de Rio Claro, o tombamento nunca foi encarado pela empresa com uma paralização das atividades. Era um recado aos outros tombamentos em processo. Por fim, a empresa anexou o relatório de 1977 que consta no processo de tombamento (fls. 154-165).

A partir desse momento, observa-se que o CONDEPHAAT acompanhou de perto as atividades desenvolvidas pela FEPASA. Em 21 de novembro de 1981 a empresa notificou⁹⁰ ao órgão cultural paulista, após solicitação desse, a situação do horto de Rio Claro com destaque para as ações de desapropriações indiretas realizadas pela prefeitura municipal, sendo elas: DAAE (área 8.813,67 m²), Stand de Tiro de Guerra (209.317,55 m²); campo de futebol (1.710,00 m²); ação judicial da FEPASA contra a circulação de caminhões da PREMA na principal entrada e estrada; empreiteiro que explorava olaria; área que a prefeitura declarou utilidade pública para desapropriação e doou para a construção do campus da UNESP, mas que não indenizou a Fepasa e a área onde foi construído o Centro Social Urbano.

Nelson de Abreu Mader responsável pelo relatório, finalizou reforçando o principal uso e finalidade do horto:

As áreas e benfeitorias que ainda constituem realmente o horto, são mantidas dentro das possibilidades dos recursos disponíveis, atendendo perfeitamente à finalidade básica do mesmo, que é a produção de madeira para a confecção de dormentes, estudos sobre as diferentes espécies de eucaliptos⁹¹

A desapropriação solicitada em 1980 ocorreu em 1982, ainda no mandato do prefeito Nevoeiro Junior, ano em que ele e o vice prefeito (e cunhado) Aldo Demarchi tiveram um processo administrativo aberto que culminaram na cassação do mandato ambos.

Em meio aos escândalos de corrupção que ocupavam os jornais locais, em especial o jornal Cidade⁹², e como último ato antes da cassação, o prefeito decretou utilidade pública para fins de desapropriação toda área do horto, com a justificativa de cuidar do patrimônio e alavancar o turismo.

⁹⁰ (Proc. 1625/74, fl. 77 a 79).

⁹¹ Idem

⁹² O jornal cidade foi comprado nos anos de 1980 pelo empresário Lincoln Magalhães do PMDB, partido de oposição do então prefeito Nevoeiro Junior. Magalhães se tornou prefeito da cidade em 1984.

Em julho do mesmo ano, após o decreto municipal, o governo do estado também fez outro, anulando o anterior. Segundo França Jr. (1993) a anulação da desapropriação evitou o desembolso de bilhões do cofre público, que iriam arcar com a indenização a FEPASA.

Tais fatos indicam as tensões entre a FEPASA e agentes locais, assim como se deram os primeiros impactos do tombamento e critérios de exploração que eram estabelecidos para o horto.

Sem retomar as discussões sobre a elaboração do parque, a FEPASA passou a enviar solicitações para autorização de plantio ou corte de árvores ao CONDEPHAAT. Os cortes eram negados pelo órgão se realizados em área de valor histórico, genético e únicas, áreas e espécies que técnicos do CONDEPHAAT haviam avaliado de tal forma.

Nesse sentido, as questões que envolviam o horto se resumiram no início dos anos de 1980 às disputas judiciais das desapropriações que prefeitura realizava, mas indicavam que para a preservação do horto seria necessário um sistema de manejo que estivesse de acordo com as necessidades da Fepasa, mas que também aceitasse os limites estabelecidos pelo CONDEPHAAT.

3.2.2. Primeiro Plano de Manejo (1985)

Em 1983 foi anexado ao processo de tombamento o artigo⁹³ da prof.^a Lúcia Maria Land intitulado “Horto Florestal de Rio Claro”, em que apresentou os resultados do relatório realizado por ela, no qual continha o levantamento geográfico do horto⁹⁴.

Nesse artigo a professora discorreu sobre problemas da falta de visibilidade do horto na cidade, o uso do solo, a formação do sub-bosque e a importância para a fauna. A pesquisadora da UNESP defendeu a necessidade de uma gestão compartilhada entre FEPASA e prefeitura para melhor aproveitamento da população como espaço “social, cultural, científico e de lazer”, com manutenção da área de uso público, e liberação de linhas de ônibus para o local.

No ano seguinte, 1984, foi realizado no horto o I Encontro Paulista de Preservação Municipal, uma iniciativa da FEPASA, CONDEPHAAT, Prefeitura,

⁹³ Diário de Rio Claro 12/10/1983 (Proc.428/77 fl 183).

⁹⁴Esse artigo foi fruto do relatório de estágio de aperfeiçoamento em geografia produzido pela professora com o título “Levantamento Geográfico do Meio Ambiente do horto Florestal Navarro de Andrade de Rio Claro -SP”, UNESP, 1983.

Câmara Municipal, SORIDEMA e Grupo Banzo⁹⁵. Nesse encontro foi discutida a criação de uma legislação municipal para proteger os bens culturais da cidade.

Como se verá, essa discussão se mostraria tímida frente as ações políticas da época⁹⁶. De acordo com o processo de tombamento, ainda em 1984, a SORIDEMA realizou uma denúncia⁹⁷ ao CONDEPHAAT sobre a proposta do prefeito Lincoln Magalhães (PMDM) em parceria com empresários para a construção de um anel viário, uma via de pista em dupla mão que pretendia agilizar o transporte de carga e passageiros da região do Distrito Industrial, na zona norte da cidade (SARTI, 2001). Parte do trecho do anel viário correspondia a área que passava o córrego Lavapés, afluente do Ribeirão Claro, que vinha sendo ocupada desde a década de 30.

Na década de 1970 praticamente todo o córrego foi canalizado e pavimentado, passando por baixo da atual Avenida Ulisses Guimarães, entre os bairros Bela Vista, Vila Indaiá, Cidade Nova. O trecho de mata ciliar que restou dessa ocupação seria destruído pela obra, o que mobilizou a denúncia para o CONDEPHAAT.

Em decorrência da denúncia, a equipe de áreas naturais do órgão, por meio da bióloga e técnica Sueli Furlan escreveu parecer⁹⁸, no começo de 1985, contrário à proposta da prefeitura, alegando que a construção da referida obra atingiria a mata ciliar dentro dos limites de 300 metros de área envoltória do horto, destruindo cinco sítios arqueológicos descobertos no local.

Nesse parecer, a técnica reforça a necessidade de um planejamento urbano integrador do horto e destacou a importância paisagística do espaço em vários pontos: a área dos sítios arqueológicos, objeto de estudo de importantes pesquisadores⁹⁹, a importância geo-arqueológico e aspectos biológicos do local:

[...] Uma avaliação precisa do impacto da construção de uma estrada nos limites de tombamento do Horto Florestal de Rio Claro deveria, a rigor, conter um estudo detalhado de todos os fatores ambientais que poderiam ser afetados pela atividade. Na falta desses elementos nos

⁹⁵ O Grupo Banzo, encabeçado pelo pesquisador Paulo Rodrigues, surgiu oficialmente no ano de 1976 com um propósito sociocultural, que unia dança, teatro e música. O grupo existiu até o final dos anos de 1990.

⁹⁶ Em 1984 um bar e restaurante localizado no centro, chamado de “A Toca”, foi comprado pelo banco Bradesco, e, apesar da mobilização da população pela preservação do bar, o estabelecimento foi demolido para a construção de um estacionamento. Nos anos seguintes essa área foi tomada por mais bancos e estacionamentos, provocando uma reformulação da vida noturna na área central da cidade.

⁹⁷ De acordo com notícia publicada no Jornal Cidade em 23/03/84 “SORIDEMA Protesta Loteamento do horto”, a proposta partiu do prefeito (e dono do jornal) Lincoln Magalhães que justificou que o projeto traria muitos benefícios para a cidade, além de quitar a dívida da prefeitura com a FEPASA.

⁹⁸ Parecer com o assunto intitulado: Denúncia sobre irregularidades no horto Florestal de Rio Claro (Proc. 428/77 fl. 186 a 199).

⁹⁹ Fernando Altefender Silva, Tom Miller, Conceição Beltrão, Dorah Pinto Correia e outros.

pautaremos em aspectos apenas qualitativos de tal implantação, o que poderá soar como generalização, mas, mesmo assim constitui ponte para a reflexão. O Horto Florestal de Rio Claro compõe uma mata rica que há mais de 70 anos constitui a principal área verde da cidade de Rio Claro. O valor cultural que representa para a comunidade é incalculável, tendo a população da cidade uma intimidade muito grande com aquela área. A população vê o Horto como sua forma de contato com a vida silvestre, desfrutando de sua área verde como refúgio de lazer. Biologicamente, a riqueza faunística dessas matas cultivadas e praticamente homogêneas é menor do que nas matas tropicais, mas em seus mais de 70 anos de existência o Horto é o habitat "natural" de uma fauna bastante significativa. As aves comuns no Horto procuram ali sobreviver a crescente urbanização e a pressão da atividade agrícola do entorno. A vegetação do Horto, embora homogênea, aclimatou uma grande variedade de insetos como está documentado no Acervo do Museu Navarro de Andrade. O significado que esse banco biológico diversificado guarda para a polinização de espécies vegetais e dinâmica dos ecossistemas deve ser levado em consideração quando pensamos na importância que reveste o Horto como a maior área verde da região passível de abrigar uma diversidade biológica considerável. Essa diversidade ainda que induzida pela silvicultura, contribui significativamente na manutenção do número de possibilidades de alimentação abrigo, etc. para as *comunidades biológicas daquele ecossistema*. A área do Horto representa nesse sentido o equilíbrio entre essas possibilidades e o número de espécies que ali sobrevivem. Ocorre que esta Área vem sofrendo em seus limites uma pressão, no sentido de invadir suas matas e destruir muitas dessas possibilidades de manutenção de atividade biológica dos seres vivos. Nesse sentido achamos que a garantia da extensão da área passa por uma ação rígida em seus limites, não permitindo que atividades que venham colocar em risco a vida do Horto possam se instalar. A atuação rígida tanto no entorno do Horto como a compreensão do sentido de sua conservação, depende da elucidação de um plano de manejo, já diversas vezes apontado pelo CONDEPHAAT, FEPASA, UNESP, Sociedade Civil e outros órgãos interessados na sua conservação. O assunto, que não é inédito, volta agora ao centro da questão uma vez que a própria administração de Rio Claro pretende instalar em seu entorno uma estrada, objeto de denuncia deste processo [...] (proc. 428/77, fl. 195).

O parecer foi finalizado destacando que a construção do anel viário fomentaria ainda mais assentamentos urbanos e causaria poluição sonora expulsando aves do local recomendando, por fim, a elaboração de um plano de manejo para o horto. Nesse parecer o horto foi visto em uma totalidade maior, por meio da perspectiva de uma bióloga de um órgão de preservação cultural, e pela primeira vez foi ressaltado o valor ecológico do horto pelo CONDEPHAAT como integrante da paisagem cultural que o mesmo representava.

A implantação do anel viário foi interrompida, porém os efeitos do restante da obra foram sentidos, em função da facilidade de acesso a áreas até então bloqueadas

em áreas próximas do horto com a cidade (SARTI, 2001: 176). O trecho com mata ciliar em questão foi rebatizado de Bosque da Saúde.

Ainda em 1985 foi formada a comissão para elaboração do plano de manejo, com a participação de representantes da FEPASA (Ivan Sérgio Costas-Superintendente Geral da Adm. Patrimonial; Aniz Buchid - Dep. Florestal; Armando Sartori Filho - Chefe da Divisão dos Hortos), Instituto de Pesquisas Florestais da ESALQ-USP (Sílvio Luiz Martini), UNESP (Gilberto José Garcia) e representando a comunidade de Rio Claro, as entidades SORIDEMA e Grupo Banzo.

Na sede da FEENA foram encontradas as propostas das entidades citadas e a Fepasa¹⁰⁰. O documento “Horto Florestal “Navarro de Andrade” – Rio Claro - Manejo Florestal e Tombamento – Notas para discussão com o CONDEPHAAT”, a empresa se mostrou contrária a uma visão mais ecológica do local e apesar de reconhecer essa importância para a microrregião e o horto como alternativa de lazer público da cidade, defendeu que as funções ecológicas eram garantidas com a atividade florestal. Já o uso público e manutenção de áreas determinadas para o lazer deveriam ser obrigações da comunidade.

A questão principal da Fepasa girava em torno dos limites do tombamento. A empresa criticou a forma como o CONDEPHAAT conduzia a preservação do horto, acusando-o de agir conforme as pressões locais e gerar conflitos. Em uma passagem a nota diz:

Questão do tombamento

O processo de tombamento do horto apresenta dúvidas quanto ao perímetro a ser preservado. As discussões estabelecidas até hoje marcam uma contradição entre os objetivos do tombamento e os da produção, não permitindo uma clara definição das atividades. Quando o objetivo do tombamento é direcionado para a preservação das edificações de interesses histórico e espécies botânicas de interesse genético, sem identificação dos bens, as atividades florestais são orientadas para o livre manejo a critério da Fepasa. Esta situação provoca, normalmente, reações locais que invertem o posicionamento do órgão de preservação, que passa a considerar como perímetro de tombamento a extensão total da propriedade e todos os componentes nela contidos. Esta outra situação tende ao imobilismo das atividades e deterioração da floresta, não apresentando consistência lógica, tende a enfraquecer a preservação pretendida e torna confuso o relacionamento entre os agentes envolvidos (NOTAS PARA DISCUSSÃO COM O CONDEPHAAT – 20/08/1985)”.

¹⁰⁰ Não foram encontradas as propostas da UNESP e ESALQ.

É importante destacar que sob o risco de desapropriação, a FEPASA utilizou do tombamento como mecanismo de preservação da propriedade, contudo esse mesmo instrumento tinha limites quando afetava suas atividades econômicas.

Nesse sentido, a empresa defendeu a definição de perímetros da área, separando as espécies de eucaliptos com interesse genético ou coleções de outras espécies exóticas ou nativas que por seu agrupamento justificassem a preservação – neste perímetro a proteção deveria ser rigorosa, impondo prévio exame do CONDEPHAAT. O outro perímetro, no restante da área, seria de exploração florestal, livre para a FEPASA.

A empresa não recomendou a definição de perímetro abrangente, entendeu ser necessário o estabelecimento de dois conceitos, ou dois perímetros: Perímetro de Preservação Permanente e Perímetro de Exploração.

Já as propostas das entidades ambientais envolviam projetos sociais, ou como o grupo Banzo nomeou: manejo social. A SORIDEMA em “Comentários sobre as propostas da FEPASA para o plano de manejo do Horto Florestal” recomendou a necessidade de projetos de recreação e recuperação da fauna do Ribeirão Claro para áreas de interface e a proteção dos talhões com sub-bosque, além de um artigo de autoria de Antônio Carlos Sarti publicado no *Diário de Rio Claro*¹⁰¹ com dez sugestões para o manejo do horto.

O plano definitivo aprovado em novembro de 1985 diz:

[...] constituí o instrumento básico para as atividades de exploração florestal, preservação e reflorestamento do Horto Florestal Navarro de Andrade, Rio Claro (PLANO DE MANEJO, 1985: fl. 2).

No documento final o horto foi dividido em três setores distintos, com manejos diferenciados e próximos da proposta inicial da Fepasa. A divisão das áreas seguiu a divisão dos talhões, criadas por Navarro de Andrade em 1919. Essas áreas estão descritas no quadro a seguir. Uma possível imagem desses setores foi reproduzida na figura 21.

Quadro 4 – SETORES E MANEJO DO PLANO DE 1985

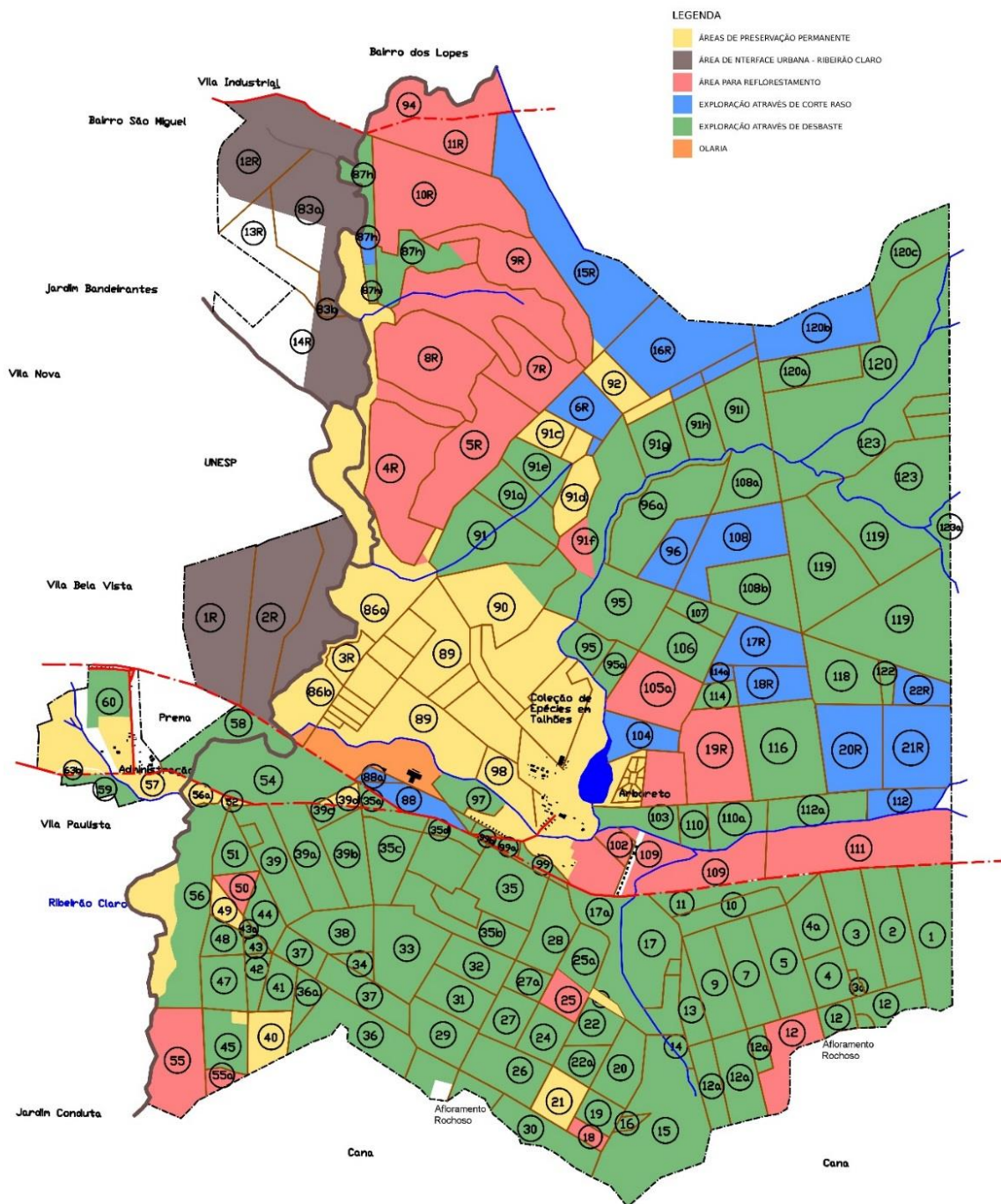
¹⁰¹ O artigo publicado em 20/08/1985, intitulado “Dez sugestões para uma solução”, o autor apresentou sugestões para serem consideradas no plano de manejo para o horto de Rio Claro. Entre essas destaca-se o convenio entre CONDEPHAAT, FEPASA, Instituto de Pesquisas Florestais da ESALQ; a formação de uma Comissão de Manejo; delimitação da área de produção de madeira; limites para o entorno, uso do solo; convênio com a prefeitura, poder legislativo e judiciários para fiscalizar as ocupações do solo do horto; maior participação do CONDEPHAAT na cidade e no horto.

Preservação Permanente	Produção Controlada	Áreas de Interface Urbana
Contemplou as edificações; coleções antigas de eucalipto e coníferas de interesse genético; arboreto; área de pesquisa e experimentos; viveiro de mudas; área de bosque nativa; sub-bosque; várzeas e cursos d'água. Os últimos itens foram inseridos através de comentários e sugestões da SORIDEMA	Esse setor foi subdividido em talhões conduzidos através de desbastes periódicos; de cortes rasos, talhões para plantio; permissão para continuação das atividades de jazida com a manutenção da olaria e extração da argila-sem ampliação das atividades. Em relação aos desbastes, esse seguiria as idades dos eucaliptos ¹⁰² .	As áreas com trechos degradados pela expansão urbana, sua integração, a princípio, ocorreria com reflorestamentos seguindo critério técnicos – econômicos e de lazer

Fonte: Plano de Manejo, 1985, fls. 4 a 15. Organização: Júlia Amabile.

¹⁰² Os cortes seguiam os seguintes espaços de tempo: 6-12-18-24 anos. Aos seis anos era feita a medição de diâmetro-altura-peito (DAP), que é subtraído do diâmetro médio da plantação (DMP), através de cálculo estatístico da média do talhão. O que estava abaixo da média era cortado e o que estava acima era preservado. Os cortes destas árvores destinavam-se às seguintes produções: 1º corte- lenha. 2º corte – lenha e madeira roliça. 3º corte – destina-se a lenha, madeira roliça e poste. 4º corte – destina-se à lenha, madeira roliça, poste e madeira para serralheria (LANDI, 1983).

Figura 21 – ZONEAMENTO DO ANTIGO HORTO DE RIO CLARO EM 1985



Entre os objetivos e premissas destacamos aqui:

- Definir diretrizes de preservação e critérios técnicos de manejo florestal
- Hierarquizar as atividades básicas de cada setor, compatibilizando seus usos, bem como os de educação e lazer.
- Garantir a reintegração ao horto de áreas degradadas junto à cidade e cuidar da *qualidade ambiental* do conjunto.
- Privilegiou a manutenção da integridade física do imóvel, a exploração de produtos florestais, a conservação dos bens imóveis, a preservação do caráter cultural, científico, ambiental e do lazer.
- Programa de reflorestamento dos talhões que passaram pelos desbastes. (PLANO DE MANEJO, 1985 fl.2).

De acordo com o plano, a área de preservação permanente deveria desenvolver pesquisa científica, programas culturais, esportivos, lazer, museologia e preservar a memória. Os critérios de manejo nesse setor seriam científicos, ecológicos e culturais. Os talhões mais antigos deveriam ficar intactos, as pesquisas científicas em andamento deveriam continuar e serem ampliadas. Em relação ao lazer, o documento compreendeu o antigo horto como suporte, ou seja, o espaço que por si só já garantiria essas atividades sem necessidade de intervenção pela empresa.

No documento existiu uma preocupação com a preservação da área envoltória do horto, contudo a ação ficou restrita ao reflorestamento das áreas degradadas, com a indicação de que o CONDEPHAAT ficaria encarregado de estabelecer diretrizes para a área.

Entretanto, apesar das abordagens à área envoltória, até 1988 não existia no órgão cultural paulista um tratamento conceitual, nem experiência prática que abordasse a questão das áreas envoltórias dos bens naturais tombados. O que valia era a área de 300 metros segundo a legislação da época (SCIFONI, 2006:143). Portanto, esse era o caso do horto que no plano de 1985 não seguiu nenhum critério específico, além dos 300 metros, ineficientes e insuficientes frente o crescimento urbano na região do horto.

A proposta de criação de um parque de dimensão regional e múltiplas funções definitivamente não seria retomada. O turismo, atividade que parte da sociedade de Rio Claro almejava também não foi citado no documento, apenas as atividades de lazer e educação sem serem especificadas.

O plano contou com representantes das universidades UNESP e ESALQ que desenvolviam pesquisas no horto, o que pode explicar a permanência do papel científico do espaço.

Contudo, não foram produzidos ou utilizados estudos aprofundados sobre a importância do horto e impactos do crescimento da cidade sobre o local, que já haviam sido produzidos naquela época pela própria UNESP, como por exemplo, o estudo da professora Landi (1983).

Em contexto de redemocratização, observa-se ainda pouca participação de outros setores da sociedade, e mesmo da prefeitura, possivelmente por não haver ainda um órgão de meio ambiente¹⁰⁴ municipal.

A falta de orientações e definições mais técnicas na confecção do plano mostraria nos anos seguintes os limites do mesmo, revelando novos problemas dos usos que a ocupação do solo causava no entorno e que afetavam a micro bacia do Ribeirão Claro, cujas águas já eram utilizadas para abastecimento da população desde o final da década de 1940 e em 1977 tinham um volume de quatrocentos litros por segundo (PENTEADO, 1978: 59).

Há uma clareza de que o tombamento não promoveu uma intocabilidade ou congelamento do espaço, já que o plano possibilitou os desbastes, intervenções e modificações nos setores e edificações. Isso fica evidente quando observa-se a postura do CONDEPHAAT em permitir os usos originais de exploração de madeira almejados pela FEPASA, apesar de recomendar no parecer de aprovação do plano, uma ênfase maior ao desenvolvimento dos usos culturais do espaço¹⁰⁵. Nota-se também que as discussões sobre as espécies consideradas mais antigas, únicas e de valor histórico e genético resultaram na permanência delas no setor de preservação permanente.

O documento original não foi assinado pela SORIDEMA e Grupo Banzo, o que indica conflitos com a versão final do documento pelas entidades ambientais, visto que a maior parte de suas sugestões não fizeram parte do plano final.

O plano de 1985 exigiu que a comissão responsável pela elaboração do sistema de manejo deveria reunir-se trimestralmente para supervisionar a aplicação

¹⁰⁴ De acordo com notícia do *Jornal Cidade*, em 25 de abril de 1896, José Pedro Costa, secretário do meio ambiente, esteve presente no horto para discutir o plano de manejo, contudo não foram encontradas atas de reunião sobre o que foi discutido nessa visita.

¹⁰⁵ Ata nº 663 anexada ao processo de tombamento (424/77).

do plano. Além disso, uma sub comissão deveria ser formada com membros da FEPASA, CONDEPHAAT e comunidade de Rio Claro para acompanhar mensalmente a evolução do manejo. Essa sub comissão articulou representantes das mesmas entidades que formularam o plano, com o acréscimo posterior do DAAE de Rio Claro e da técnica da equipe de áreas naturais, Sueli Furlan.

A partir de correspondências trocadas entre FEPASA e CONDEPHAAT após a aprovação do plano de 1985 foi possível apreender as questões e conflitos envolvidos na preservação do antigo horto, entre 1986 e 1992.

De aproximadamente sessenta correspondências entre o Departamento Florestal da FEPASA e o CONDEPHAAT, essas foram divididas em três assuntos: manejo florestal, edificações e área envoltória.

Dessas, trinta se restringiram ao manejo florestal. A FEPASA enviou o programa florestal de cada ano, entre 1986 e 1996, para aprovação do CONDEPHAAT. Outros assuntos de manejo envolviam a comunicação e solicitações de autorização de cortes de árvores não especificados no programa, devido aos vendavais ou por apresentarem perigo de queda; autorização para construção de linha elétrica e aviso de sinistros, como incêndios.

Cabe destacar que da parte da FEPASA, a área de Interface Urbana não recebeu um tratamento diferenciado ou projetos nos programas florestais enviados ao CONDEPHAAT.

As correspondências sobre edifícios se relacionaram a questões de reformas e restauros dos bens. Já as questões da área envoltória, ao que indica a documentação, foram tratadas pela sub comissão de Manejo e a equipe de áreas naturais do órgão cultural.

Os anos de 1987 a 1989 evidenciam o maior período de atuação desse grupo. Os comunicados da equipe de áreas naturais à FEPASA, atas da comissão de manejo e relatórios da SORIDEMA mostraram que as discussões do grupo foram os problemas de ocupação do entorno que atingiam a micro bacia do Ribeirão Claro – caso da Vila Horto Florestal e esgoto sendo descartados no rio e a construção de obras que afetavam a fruição do bem.

Em 1988 o Ministério Público notificou a FEPASA, após laudo da SMA, órgão que acabara de se formar no estado, sobre as obras que derrubaram vegetação com a constatação de degradação ambiental, solicitando à FEPASA medidas compensatórias.

No mesmo ano, o CONDEPHAAT comunicou o Departamento Florestal da FEPASA que duas áreas do horto, pela legislação ambiental – Código Florestal de 1965 - seriam Área de Preservação Permanente. Essas foram 123,30 ha de mata ciliar nos limites do tombamento e 255,06 há no setor de preservação permanente, somando um total de 378, 36 ha. Nesse sentido, novas restrições foram impostas à exploração do horto, em contexto de maior atuação e fiscalização dos órgãos estaduais do meio ambiente.

Já em comunicado de 1989 o CONDEPHAAT avisou que a Comissão de Manejo solicitou a demarcação física da área tombada, cujo projeto seria financiado e acompanhado pelo próprio órgão. Tal ato visava estabelecer limites para o entorno do horto, de um lado afetado pelo crescimento urbano e do outro por fazendas de cana de açúcar. A empresa responsável pela demarcação foi a Firma Cocil Empreiteira Sociedade Civil Ltda. O mapa com o limite da área envoltória foi elaborado pela técnica da equipe de áreas naturais do CONDEPHAAT, a geógrafa Simone Scifoni.

Entre 1991 e 1992 foram observadas o maior número de correspondências entre FEPASA e CODEPHAAT, além das questões “habituais” de manejo, outro assunto discutido entre eles foi um projeto de recomposição da mata ciliar do Ribeirão Claro. Esse projeto ocorreu após uma solicitação de corte de dois eucaliptos e dragagem do Ribeirão Claro pelo DAAE. O CONDEPHAAT aprovou a solicitação desde que a FEPASA, DAAE e prefeitura realizassem um projeto de reposição ecológica de mata ciliar com espécies nativa no rio.

Tal pedido foi respaldado com o relatório “Impactos causados pela expansão urbana e mudanças no uso do solo rural da bacia do Ribeirão Claro”, de autoria da professora Dra. Margarida Maria Penteado (UNESP- Rio Claro), que foi convidada a participar da Comissão de Manejo. O projeto de recomposição foi acompanhado pelo CONDEPHAAT durante um ano e encerrado em setembro de 1992.

Com as questões de manejo resolvidas, a partir de 1992, a documentação revelou outro assunto que motivou conflitos entre FEPASA e CONDEPHAAT, envolvendo obras de restauros nas edificações do horto pela Assessoria de Recuperação do Patrimônio Histórico e Ambiental da FEPASA¹⁰⁶.

¹⁰⁶Essa assessoria tinha como objetivo cuidar da manutenção dos imóveis da empresa. Essa selecionou para as primeiras intervenções o Museu de Jundiá, O Haal da Estação de Campinas, o Museu do Eucalipto em Rio Claro e um casarão no horto de Loreto (MARTINI, 2015: 107). Em 1995 passou a ser denominada de Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Ambiental e, em dezembro de

No caso do horto, a equipe de restauro ficou sob responsabilidade do historiador Emanuel Von Lauenstein Massarini, que realizou demolições em alguns bens edificados antigos, entre eles, o restaurante e um aquário construído por Navarro de Andrade. Também promoveu mudanças paisagísticas nos jardins, construiu uma passarela para chegar a Capela. A grande obra contudo foi o restauro do Museu do Eucalipto.

Tais obras e projetos de restauro não foram comunicadas ao CONDEPHAAT, que soube após denúncia do presidente do grupo Banzo e da imprensa local. O fato gerou um pedido de paralização pelo órgão de preservação, por meio do conselheiro e professor Helmut Troppmair, porém, posteriormente as obras foram liberadas.

O motivo das demolições e restauro foram justificadas pela FEPASA como forma de desenvolver os usos culturais do espaço. Todavia, essas obras ocorreram durante a Rio-1992¹⁰⁷ e o horto foi visitado por delegações estrangeiras (Suécia, Japão e Finlândia), o que provavelmente deve ter motivado a execução das intervenções de forma rápida e seguindo critérios da empresa.

Ao que indica a documentação, esses foram últimos assuntos que acirraram as relações entre os agentes que participavam da preservação do horto naquele momento.

Em 1992 também foi elaborado o primeiro plano diretor da cidade (lei no. 2492). No que se refere ao horto, o documento respeitou a área que corresponde ao Bosque da Saúde, motivo de luta da SORIDEMA e da equipe de áreas naturais, também estabeleceu regras e proteção para as áreas de sítio arqueológico, que ficam dentro dos limites do horto. Cabe destacar que dois anos antes, em 1990, o município já havia criado um decreto municipal específico para a proteção dos sítios arqueológicos da cidade (decreto no. 4150). Contudo, também delimitou que o zoneamento urbano deveria respeitar a área de entorno de 300 metros da legislação do tombamento (Capítulo II, art. 35), ou seja, não ampliou no caso do horto a área envoltória ou a ocupação de solo em áreas que afetavam o Ribeirão Claro.

1997, esta equipe passou a compor parte do quadro da Secretaria de Recuperação de Bens Culturais, instituída junto ao gabinete do governador do estado.

¹⁰⁷ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Duas importantes convenções foram aprovadas durante a ECO-92: uma sobre biodiversidade e outra sobre mudanças climáticas. Outro resultado de fundamental importância foi a assinatura da Agenda 21, um plano de ações com metas para a melhoria das condições ambientais do planeta.

No plano diretor de 1992 também foi dada ênfase para estabelecer o horto como ponto turístico e de pesquisa de Rio Claro (Capítulo V, art. 172).

No mesmo período que houve a elaboração do plano de manejo, a demarcação de limites da área envoltória do horto, novos bairros foram permitidos pelo poder público no perímetro do espaço: Vila Bela (1984), “Pé no Chão” Jardim Conduta (1988) e Vila São Miguel (1992). Os dois últimos bairros derivados de projetos habitacionais para população de baixa renda, apresentam hoje inúmeros problemas para o rio Ribeirão Claro e para essa população. O Jardim Conduta foi construído em áreas com nascentes e lagoas, ou seja, na várzea do rio, causando em épocas de cheias alagamento nas residências dos moradores. O bairro São Miguel surgiu após ser loteado e seus terrenos serem entregues a população de forma irregular pela prefeitura. O bairro também está próximo do Ribeirão Claro (RIBEIRO, ZAMPIM, 2017).

Constatou-se que no período que se seguiu o plano de manejo, o CONDEPHAAT, ora representado pela equipe de áreas naturais, e os agentes locais discutiram questões não contempladas no plano de manejo em especial sobre a área envoltória e conduziram ações de preservação da vegetação nativa. Essas discussões e ações permitiram interpretar que a questão do manejo florestal com a FEPASA estava resolvida. Também evidenciaram que muitos problemas que vinham ocorrendo no entorno do horto foram identificados e buscaram ser solucionadas pela Comissão de Manejo. O mesmo não pode ser dito do poder público local que permitiu a criação de bairros no entorno do horto, em especial para a população pobre, desconsiderando as discussões que envolviam o espaço.

O decorrer dos anos 90 trariam outras questões para a preservação do horto, como o processo de privatização da FEPASA em 1998 que transferiu o horto para a Secretaria do Meio Ambiente (SMA). Após a transferência, em 2002, houve sua classificação como Floresta Estadual e em 2005 apresentado seu novo plano de manejo.

Esse processo é apresentado no plano de manejo de 2005 como um processo natural para a área do horto e sem divergências, evidenciando que a escolha pela classificação Floresta, partiu de uma audiência pública e se deu pelas características ecológicas e históricas do espaço.

A partir desse momento, cabe explorar o processo que levou o horto para a SMA e problematizar a transformação do horto como floresta, uma das categorias de

unidades de conservação de uso sustentável do SNUC. A questão que se procura discutir não é se a categoria aceita está correta ou apontar o significado que ficaria mais apropriado, mas sim, identificar uma nova interpretação de natureza para o antigo horto.

3.3. A transferência para a Secretaria do Meio Ambiente (1997-2002)

Entre 1994 e 1998, além do programa florestal de 1996 enviado ao CONDEPHAAT pela FEPASA, não foram encontradas outras correspondências entre as duas instituições na sede da FEENA.

Essa ausência de documentação coincide com o período de mudanças no órgão de preservação. Como Scifoni (2006) destacou, em 1995 foi dissolvida a equipe de áreas naturais do órgão, em um processo que a autora classificou de “momentos conservadores” e desregulamentação das discussões sobre a preservação da natureza, com poucos tombamentos de áreas naturais pelo órgão após 1995. Além dos poucos tombamentos, Scifoni também destaca:

A desregulamentação aparece como ações voltadas à revisão de tudo aquilo que foi feito no âmbito de áreas naturais, no sentido de adequar normas e diretrizes às necessidades dos setores econômicos (SCIFONI, 2012:183).

A autora cita dois casos de desregulamentação emblemáticos, o Parque do Povo (SP) e a Serra do Mar, ambas as áreas tiveram as diretrizes do seu tombamento “reformuladas” e flexibilização da legislação para aprovação de grandes obras de interesse privado. Essas revisões de tombamentos do patrimônio natural, na visão de Scifoni, representam transformações na própria esfera do Estado que passou a operar na lógica neoliberal e para garantir a atuação de agentes privados em diferentes setores da economia, mas se estende por diversas esferas, inclusive a cultural.

No que se refere a ferrovia, em 1995 começaram as negociações que levaram a privatização desse setor de transporte no Brasil. Esse processo começou na década de 1980 e se manteve dos anos de 1990, quando os governos neoliberais que chegaram ao poder durante a redemocratização - Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) - privatizaram¹⁰⁸ várias empresas estatais.

¹⁰⁸ De acordo com Nunes (2006), a partir de 1990 a política em prol da privatização se fortalece, em especial no período (1996-1998), quando estatais estaduais foram privatizadas. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2002), de 1991 a 2000, foram privatizadas 130 estatais (das quais 38 eram estaduais), gerando uma receita de 82 bilhões de dólares. Se

No caso do rede ferroviária nacional e estadual, esse processo foi marcado por ações que foram interpretadas como um desmonte e sucateamento proposital pelo Estado (ROSA, 2004) ou uma reestruturação operacional gradual, por meio de uma política de “racionalização” da empresa, que englobou eliminação de linhas consideradas antieconômicas, corte de número de trabalhadores¹⁰⁹, diminuição e eliminação de transporte de passageiros, aumento considerável de transporte de cargas mais especializadas (NUNES, 2006).

Não cabendo problematizar os processos que levaram a federalização da FEPASA em janeiro de 1998 e sua incorporação à RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.¹¹⁰, o fato é que esse processo mostrou que os hortos não eram mais necessários para a manutenção da ferrovia, colocando em xeque a sobrevivência e utilidade desses espaços. Em um momento que o Brasil já se configurava como um dos países com mais florestas de eucaliptos plantados, o que fazer com os pequenos hortos das ferrovias?

Em meio a essas mudanças macro que afetavam a economia e política nacional e estadual, no plano local, observa-se novas contradições na preservação do horto. Em 1996, foi aprovado pelo CONDEPHAAT a autorização para um projeto da prefeitura de Nevoeiro Junior para construção de casas populares em área do horto. Tal projeto ficou conhecido como “Pé no Chão”, mais tarde denominado Conjunto Residencial “Oreste Armando Giovanni”.

Para sua viabilização foram utilizadas áreas do Tiro de Guerra e desapropriada áreas do horto do setor de preservação permanente do plano de manejo (SARTI, 2001). Construídas as vésperas de eleições municipais, as obras estavam cheias de irregularidades e não foram legalizadas.

Nos anos seguintes, entre 1997 e 1998, a repercussão do processo de negociações de venda da FEPASA e do seu acervo que incluía o antigo horto foi amplamente divulgada nos principais jornais de Rio Claro, que contemplaram

considerada a transferência da dívida (18,1 bilhões de dólares) para o setor privado, a receita total chega a superar 100 bilhões de dólares (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2002). Vale notar que, desse montante, o setor ferroviário participou com 1,962 milhão de dólares e ultrapassou o setor de fertilizantes, de informática, portuário e outros. Ver mais em: NUNES, Ivanil, *Ferrovia brasileira: concessão pública para uso privado*. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, 2006. Consulta: 3 de novembro de 2017.

Disponível: <<http://revele.com.veywww.redalyc.org/articulo.oa?id=331227108012>>ISSN.

¹⁰⁹ A FEPASA possuía na década de 1970 cerca de 38 mil ferroviários. Em 2001, a concessionária reduziu a 3.844 o número de trabalhadores para trabalhar na mesma rede.

¹¹⁰ A FEPASA foi federalizada após governo estadual de Mario Covas (PSDB) usa-la para negociar a dívida do Estado com a União, junto com ela o governo estadual também privatizou o BANESPA.

reportagens com projetos de desapropriação e municipalização pela prefeitura; de interesse de empresários em compra-lo, como Beto Carreiro; a administração por Universidades Públicas da região (ESALQ e UNESP).

Também foi noticiado que o horto iria para Companhia Paulista de Ativos – CPA, setor responsável pela venda de imóveis durante a privatização da FEPASA. Por ser um imóvel tombado evidentemente sua venda traria muitos empecilhos a quem o comprasse.

O destino incerto do horto de Rio Claro gerou a formação de um comitê interinstitucional do horto florestal que contou com a presença de professores da UNESP, entre eles um representante do CONDEPHAAT o professor Odeibleir dos Santos Guidugli; Antônio Sarti pela SORIDEMA; Marcos Egydio B. Martins; funcionários da FEPASA, vereadores da cidade e o prefeito da época Claudio de Mauro (PV). Também foi criado um abaixo assinado chamado “SOS Horto Florestal”¹¹¹, mobilizado pelo “Movimento Pró-Sociedade Amigos do Horto Florestal” que defendiam que o tombamento do horto fosse utilizado para impedir uma possível venda do local e pedindo sua transferência para a SMA. Tal mobilização, coincidentemente, teve início em 1997 quando se completou 20 anos do tombamento.

Nesse processo, outros hortos da FEPASA foram ocupados ou reocupados por trabalhadores sem terras, entre eles: Pradópolis, Bebedouro, Restinga, Moji Mirim, Jaboticabal, Iperó, São Carlos, Cordeirópolis, Camaquã e até mesmo o horto de Rio Claro (ITESP: 93), o último foi desocupado em decorrência da área ser tombada.

Com a compra da empresa pela FERROBAN (Ferrovia dos Bandeirantes S.A)¹¹² em novembro de 1998, os hortos foram para a Fazenda do Estado. Essa transferência ocorreu em 7 de abril de 1998 quando o então governador de São Paulo, Mario Covas (PSDB), autorizou o termo de permissão de uso entre a Fazenda do Estado e à FEPASA já federalizada, objetivando o uso em caráter temporário. A Fazenda transferiu dezesseis hortos para o Itesp, órgão que executou a política agrária com os mesmos¹¹³.

Nos documentos que compõem o processo de tombamento dos hortos de Cordeirópolis, Jaboticabal, Bebedouro, Araras, Descalvado, Sumaré e São Carlos, o

¹¹¹ No ano de 1999 foi criada a ONG “Amigos do Horto”, cuja sede se localiza dentro da FEENA.

¹¹² Posteriormente essa teve seu controle indireto assumido pela América Latina Logística.

¹¹³ Sobre a situação dos hortos após os assentamentos ler: OLIVEIRA, Alessandro Silva. **Assentamentos rurais em hortos florestais da região norte do Estado de São Paulo**. 2006. 103fl. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2006.

último horto com o processo de tombamento aberto, o CONDEPHAAT foi consultado sobre a situação em que se encontravam os processos abertos no início da década de 1980 e sem uma decisão final.

De acordo com a documentação, do ponto de vista dos novos conselheiros que compunha o órgão após o fim da equipe de áreas naturais, a preservação da espécie do eucalipto foi questionada, mas o ponto decisivo pelo arquivamento foi a interpretação que os espaços perderam a função de uso relacionadas a ferrovia.

O caso do horto de Cordeirópolis é o mais interessante, pois em seu processo constam a favor do tombamento abaixo assinado da população, pedidos do poder público e entidades ambientais da cidade. Apesar do apelo da população no horto de Cordeirópolis, os pareceres dos conselheiros do CONDEPHAAT da época consideraram que todos os hortos não representavam mais bens de relevância cultural ou ambiental para o estado e que um horto tombado bastava, o de Rio Claro.

Os processos foram arquivados em dois momentos, três hortos em 2000 e o restante em 2014 quando a maioria dos espaços já havia sido assentada ou tomada por outras plantações. Essa nova visão sobre os hortos jogou a preservação desses espaços para iniciativas locais ou parcerias com o meio ambiente e refletem a pouca importância que o CONDEPHAAT deu para essas áreas e os usos sociais que possivelmente existiam sobre as áreas.

Conclui-se que a transferência do horto de Rio Claro para a SMA foi fruto de mobilização de uma parte da sociedade rioclarense bem específica, composta por políticos, professores das Universidades Públicas da região, conselheiro do CONDEPHAAT, de funcionários da FEPASA, a SORIDEMA e Grupo Banzo que conseguiram ganhar adesão popular e política.

Esse grupo, possivelmente compreendia que a gestão por um órgão ambiental evitaria que o horto fosse, naquele momento, para a iniciativa privada, apesar do tombamento impor restrições de uso a quem comprasse. Além disso, pode se supor que tal transferência procurava ressignificar o antigo horto, quando sua função ligada a ferrovia já não se justificava.

Essa mobilização não ocorreu com a Usina do Corumbataí, área tombada pelo CONDEPHAAT em 1982 e durante esse período também teve destino incerto após a privatização da Eletropaulo e CESP, sendo posteriormente doada para uma Organização Social de Interesse Público (OCIP) - Fundação do Patrimônio Histórico

de Energia de São Paulo¹¹⁴ e atualmente está fechada. O caso do horto e da Usina do Corumbataí podem gerar reflexões sobre as gestões assumidas pela iniciativa privada e pública e como essas se relacionam a situação em que se encontram esses espaços hoje.

Além do horto de Rio Claro, o de Mongaguá também foi para o meio ambiente. O primeiro era o único tombado e o segundo já compunha parte de reserva na Serra do Mar.

Como se observou a presença de professores universitário e ambientalistas foi recorrente na história da preservação do horto de Rio Claro e se mostraria preponderante para a decisão da categoria que o horto seria classificado após a transferência para a SMA, processo que também mostrou as dificuldades da política ambiental em assumir e classificar a natureza de uma área predominantemente de eucalipto.

3.4.1. Uma definição para o horto: Parque ou Floresta?

Entre o anúncio da privatização e a transferência para a SMA, o horto ficou sem uma gestão clara, além disso toda a estrutura administrativa da FEPASA, que incluía equipamentos e funcionários que ali residiam, pouco a pouco foram retiradas.

No processo de transferência o Instituto Florestal ficou responsável pela gestão e manejo espaço, por meio da Divisão de Florestas e Estações Experimentais - setor do IF que administra áreas classificadas como Florestas. Dessa forma, a gestão pelo IF também sinalizou um certo retorno do horto a suas “origens”, já que o IF tem em suas heranças institucionais o Serviço Florestal do estado de São Paulo, que contou como diretores o próprio Navarro de Andrade.

Correspondências e relatórios do final do ano de 1998 do gestor do horto para a diretoria do Instituto Florestal indicam que ao receber o espaço, esse contava com

¹¹⁴ Durante a privatização do setor elétrico, o governo estadual paulista optou por criar um órgão sem fins lucrativos para preservar a memória e o patrimônio do gás e da eletricidade no Estado. Nascia a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo. Em 2004, a Fundação incorporou a temática do saneamento as atividades da empresa, assim o nome mudou para Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento ou, simplesmente, **Fundação Energia e Saneamento**. Tem em seu acervo uma vasta documentação técnica, fotografias, objetos museológicos, livros, além de documentos cartográficos, audiovisuais e sonoros, reunidos a partir de meados do século XIX. Além da Usina do Corumbataí de Rio Claro a Fundação guarda outras três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), as Usinas-Parque de Salesópolis, Brotas e Santa Rita do Passa Quatro, algumas dessas com áreas remanescentes de Mata Atlântica -, e dois imóveis urbanos em Itu e Jundiaí. Atualmente o museu de energia da Usina de Corumbataí está fechada para o público.

muitos problemas, falta de funcionários para serviços de manutenção e segurança, dificuldades financeiras e administrativas. Além disso relatou a pressão da comunidade pela situação de abandono do horto,

Nessas correspondências é perceptível que os técnicos cobravam uma definição do IF sobre a regularização da situação fundiária do espaço e uma categoria de manejo para o horto - Floresta ou Parque - com a defesa para a categoria Floresta,

Nesse contexto foi formada uma Comissão de Elaboração do Plano de Manejo. A ata da primeira reunião desse grupo data de 20 de novembro de 1998. Convocada pelo gabinete da Secretaria do Meio Ambiente essa comissão foi constituída por José Antônio de Freitas (IF – e administrador do horto); Gilberto de Souza Pinheiro (IF-Diretoria); Ana Beatriz de Oliveira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente – Sedeplama); Maria Inez Pagani (Instituto de Biociências da UNESP –IB); Estevan José Godoy (Programa de Recuperação de Bens Culturais – PRBC); Antônio Carlos Sarti (SORIDEMA); Ruy Ferrão Costallat (Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA); Irene Tosi Ahmad (Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DPRN); Milton José Hussni Machado Luz (Secretaria Municipal de Habitação – SMH) e como convidado João Antônio Galbiatti (Centro de Estudos Ambientais – CEA/ UNESP).

Um grupo com presença de professores da universidade local, representantes da prefeitura, do IF, com destaque para a presença de um representante do programa de recuperação de bens culturais, porém sem um representante do CONDEPHAAT, em especial do professor que havia participado da mobilização para transferência do horto para SMA. De acordo com a ata, a principal discussão do grupo foi a definição de categoria para o horto, que ficou entre Parque ou Floresta.

De acordo com a ata, a proposta de categoria Parque partiu da própria SMA, que alegou não fazer sentido gerir uma área de produção de madeira.

Já os integrantes do IF defenderam a classificação como Floresta, alegando que a categoria Parque demandaria muitos recursos, pois caracteriza proteção integral e a substituição da vegetação exótica pela nativa. Com a categoria Floresta se manteria a vegetação exótica do horto, facilitaria a captação de recursos e o desenvolvimento de pesquisas.

Também em defesa pela categoria Floresta, Antônio Sarti retomou o parecer final de Aziz Ab'Saber no processo de tombamento em que o geógrafo afirmou que o horto caracterizava uma das maiores áreas de experimentações da silvicultura, de

relevância turística, com alto valor histórico, científico e técnico (Proc. 428/77, fl. 100). Nesse sentido, para o representante da SORIDEMA a categoria Floresta permitiria o desenvolvimento de pesquisas, colocando o horto como referência nacional e internacional sobre o uso de madeiras industriais, atividade mais importante que a exploração de madeira teve para a ferrovia.

Uma das representantes da UNESP, prof. Maria Inez Pagani, também defendeu a categoria Floresta, pois não era conhecido os efeitos sobre a vegetação nativa de um manejo sustentado e preservacionista.

Em linhas gerais o grupo mostrou preocupação com a categoria que melhor preservaria o espaço, mas essa passava pela discussão sobre o uso e função do horto em contexto que a produção de dormentes não se fazia mais necessário, além das questões financeiras da SMA para a manutenção do espaço. Nesse sentido, compreende-se o interesse na categoria Floresta e a retomada da função de destaque para o horto como centro de pesquisa sobre o eucalipto.

Em correspondência do dia 21 de novembro de 1998, enviada por Gilberto de Souza Pinheiro para Vera Lúcia Ramos Bononni, secretária adjunta da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o gestor relatava a decisão da Comissão em recomendar a categoria de manejo Floresta defendendo os seguintes critérios:

1. Aspectos técnicos e legais que definem as diferentes categorias de manejo.
2. A composição paisagística que impôs à área o status de bem a ser preservado pelo instituto do tombamento. Fato que encontra-se respaldado no acervo *Eucalyptus*.
3. Os atributos históricos, culturais e paisagísticos que embasam o tombamento em 7/12/1977 e que portanto, constituem o bem a ser preservado.

Assim, observa-se que a Comissão utilizou os termos do tombamento do horto como argumento principal para a categoria Floresta, o que manteria vegetação de eucalipto, retomando as atividades de exploração e pesquisa.

Nos anos seguintes, novas resoluções e comissões foram formadas para o horto. Em 3 de fevereiro de 1999, a secretária Stela Goldestein da SMA publicou resolução que determinou a formação de um Conselho de Apoio a Gestão, de acordo com o documento:

Considerando a necessidade de incrementar as ações de proteção, conservação do complexo florestal e ambiental do Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade; Considerando que a área

possui dois tipos de vegetação principais. A vegetação nativa é remanescente de cerrado, mata mesófila e mata ciliar que serão mantidas e expandidas para a proteção das margens de todos os corpos d'água e nascentes. E vegetação exótica introduzida por Navarro de Andrade de excepcional valor histórico constituída por espécies de eucalipto e que para a permanência do patrimônio histórico e das matrizes, os eucaliptos serão submetidos a manejo que incluem o corte e reposição quando necessário. Considerando que a madeira proveniente do corte de eucalipto poderá ser vendida, sendo os recursos arrecadados recolhidos no Fundo de despesa do Instituto Florestal e aplicados integralmente para a manutenção e melhorias do horto florestal Edmundo Navarro de Andrade [...]

Nota-se, que, apesar de oficialmente o horto não ser uma Floresta sua gestão foi conduzida seguindo critérios da categoria. Outro ponto a destacar foi a crescente valorização de fatores ecológicos, em especial das vegetações nativa e exótica, presentes no antigo horto. Além disso, a defesa do uso da venda de madeira se justificava para automanutenção do espaço.

Também foi definido que a administração do horto seguiria com o IF e que o Conselho teria a atribuição de “estudar, assistir, orientar todas as ações de reconstituição, vigilância, manutenção, preservação e promoção da sustentabilidade econômica [...] do horto.

Entre os conselheiros foi definido que esses deveriam ser: um representante do CINP – Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental, na qualidade de presidente; um representante do Instituto Florestal (IF), um da Fundação Florestal (FF), um do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DPRN), um da Prefeitura Municipal de Rio Claro, um da Polícia Florestal, um do Programa de Recuperação de Bens Culturais (PRBC), quatro representantes da UNESP através dos institutos CEAPLA, CEA, IB, IGCE, dois da ESALQ (Curso de Engenharia e Departamento de Ciências Florestais) e um da Sociedade Civil com organização na área. De acordo com a portaria o grupo não seria remunerado e poderia convidar especialistas.

Em 31 de maio de 1999, por meio da portaria do IF, foi formado o Grupo de Trabalho para elaboração do plano de manejo. O grupo foi coordenado pelo CINP do Instituto Florestal e composto pela maior parte dos membros que já vinha discutindo a categoria para o horto. Novamente não houve a presença do CONDEPHAAT, e também pela SORIDEMA o representante descrito foi o engenheiro Armando Sartori Filho ex funcionário da FEPASA. Além deles foram constados a presença de dois vereadores e da polícia florestal.

Ao que parece foi essa comissão que elaborou programas¹¹⁵ e plano de manejo emergenciais, com o último seguindo critérios da categoria Floresta e contemplou três critérios básicos e bem restritivos: a) área de preservação permanente, b) manejo sustentado e c) uso público.

De acordo com esse plano, o manejo caminharia para a regeneração dos sub-bosques, em todos os setores, para a pesquisa científica e programa de educação ambiental. O manejo seguiria critérios científicos, técnicos, ecológicos e culturais. Observa-se que o critério científico aparece nas três áreas, não houve preocupação com uso econômico, refletindo o esforço da gestão para que o antigo horto ocupasse a posição de centro de pesquisa e também uma preocupação maior sobre as espécies nativas.

A indefinição da categoria para o horto também refletiu a falta de uma estrutura política que sistematizasse a gestão por parte da SMA, o que foi possível através da instituição do SNUC, em 2000, e que trouxe diretrizes para as unidades de conservação.

3.4.2. A Criação da Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”

Até a classificação oficial do horto como Floresta Estadual passaram-se quatro anos, como se viu, nesse período a gestão local seguiu os critérios da categoria Floresta adotadas pelo IF e conselho gestor. Também observou-se a crescente valoração dos fatores ecológicos representados pela vegetação do horto.

Essa demora para a regularização da situação de manejo ampliou os problemas estruturais do antigo horto, além de retomar a ideia de abandono sobre o local e revelar os problemas que os gestores do IF enfrentavam como falta de verbas e funcionários.

¹¹⁵ O plano de gestão teve os seguintes programas: 1) Administração e Operacional (envolvia a contratação de funcionários, manutenção, infraestrutura, controle de vendas e serviços); 2) Proteção (envolveu vigilância, prevenção de incêndios, sistemas de comunicação, monitoramento das atividades do entorno); 3) Visitação Pública (envolveu criar infra estrutura para atividades, traçar o perfil do público, planejar atividades de visitação, desenvolver programas de educação ambiental, estruturar e criar trilhas monitoradas); 4) Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (envolveu a promoção do conhecimento, cadastrar pesquisas e levantamento específicos produzido, *resgatar o status tecnológico adquirido no passado quando o horto Florestal era referência internacional em estudos de eucaliptocultura*, e etc.); 5) Parcerias e/Co-Gestão (envolveu atividades de pesquisa, turismo, lazer, educação, vendas, pesquisas e fiscalização com a parceria de Órgãos Oficiais, Prefeitura Municipal, Universidade e Institutos de Pesquisa, Ongs e Empresa Privada); 6) Viabilidade Econômica (envolveu a produção sustentada elaborada a partir da proposta preliminar do plano de manejo).

Em fevereiro de 2002, João Bosco Monteiro, gestor do horto desde a passagem para a SMA, encaminhou ao IF novo relatório sobre a situação do espaço. Nesse documento está destacado: as dificuldades administrativas e falta de recursos humanos para a manutenção do espaço, além de citar que a indefinição quanto a categoria de manejo emperrava a administração que, provavelmente, impedia a captação de recursos. O documento é finalizado com o gestor defendendo que o manejo na categoria Floresta garantiria a auto sustentabilidade da unidade.

No dia 7 de junho de 2002, com a presença de diversas autoridades locais e estaduais, como o governador Gerald Alkmin (PSDB) - naquele ano candidato à reeleição do cargo - foi oficializada a classificação. O fato amplamente divulgado pelos jornais locais com o discurso de que o horto era a “primeira” floresta criada do estado de São Paulo - a primeira dentro dos parâmetros do SNUC.

O decreto nº 46.819 em 11 de junho de 2002 afirma sobre a classificação do horto como floresta:

Considerando que, de acordo com o artigo 191 da Constituição Estadual, cabe ao Estado e aos Municípios providenciarem, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico; Considerando que o ‘Horto Florestal ‘Edmundo Navarro de Andrade’ **abriga a história da eucaliptucultura no Brasil, com mais de 150 espécies introduzidas e provenientes de várias regiões do mundo; Considerando a existência de vários ecossistemas florestais significativos para a região de Rio Claro, com fauna e flora exuberante, onde foram constatadas espécies em extinção, cuja proteção é dever do Estado; Considerando que a área tombada através da Resolução da Secretaria da cultura s/n.º de 9 de Dezembro de 1977, - Decreta:**

Artigo 1º: O ‘Horto Florestal ‘Edmundo Navarro de Andrade’, localizado nos Municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes, com área de 2.230,53 hectares, fica transformado na ‘Floresta Estadual ‘Edmundo Navarro de Andrade’, com a finalidade de proteger, conservar e manejar de forma sustentável todo o complexo florestal, ambiental e cultural ali existente, desde espécies vegetais, animais, cursos d’água, o Museu do Eucalipto e demais elementos dos componentes do acervo da área [...].

Nota-se, que junto com o valor histórico, a questão ecológica e o discurso da sustentabilidade do espaço se tornaram, respectivamente, argumentos de valoração e justificativas para sua classificação como Floresta, adequando o horto as diretrizes do SNUC, que prevê para a categoria Floresta o uso múltiplo sustentável.

Essa visão do horto seria contemplada no plano de manejo de 2005. Esse foi elaborado após a oficialização da categoria, na qual uma equipe foi formada para discutir e produzir o documento (Portaria IF de 27/11/2003, publicada no Diário Oficial do Estado de 10/12/2003). O grupo de trabalho, em sua grande maioria composto por professores da UNESP, do IF e da SMA, adotou como modelo para elaboração o “Roteiro Metodológico para Elaboração do Plano de Manejo para Florestas Nacionais” (Brasil, 2003), produzido pelo IBAMA.

No plano final o uso o antigo horto passou a ser apresentado:

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA enquadra-se na categoria das unidades de conservação de uso sustentável, para as quais é amplamente aceito que os recursos florestais devam ser manejados com o objetivo de suprir necessidades sociais, econômicas ou outras geradas pelo ser humano. Conhecimentos científicos sobre a área demonstram a existência de benefícios diretos e indiretos associados ao meio ambiente. Os povoamentos florestais, bem como a importância de assegurar processos ecológicos, tornam imperativa a adoção de um modelo de manejo que garanta a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas. Outro aspecto relevante é a crescente conscientização do público sobre a destruição e degradação das florestas, fator que também tem levado ao estabelecimento de um grande número de ações voltadas a assegurar a sustentabilidade ambiental do manejo a ser adotado.

Observa-se no documento o esforço para defender que a categoria floresta era o mais natural para o antigo horto, o que garantiria seu “status quo”, pois apesar do eucalipto, esse era objeto de corte e pesquisa, e, portanto, sua exploração se encaixava no manejo sustentável. Nesse sentido, a definição do horto florestal no documento:

Horto Florestal: Local onde se estuda a multiplicação de espécies florestais. Seu objetivo de manejo visa a instrução sobre botânica, divulgação do conhecimento sobre plantas úteis explicitando as formas de cultura das coleções nativas e exóticas, a produção e disseminação de mudas, além de prover oportunidades para educação e atividades recreativas (PLANO DE MANEJO, vol. 1-03, 2005: 22).

Essa conceituação dada *a posteriori*, não seria contraditória ao conceito de Floresta apresentado, pois não restringiria o uso público e o “legado” histórico.

A Floresta no SNUC, art. 17:

Art. 17: A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas

nativas.

Outra definição sobre Floresta foi retirada do Decreto Federal no. 1.298, de outubro de 1994, que aprovou o regulamento de Florestas Nacionais, as definindo como:

Art. 1º As Florestas Nacionais FLONAS são áreas de domínio público, provida de cobertura vegetal nativa ou plantada, estabelecidas com os seguintes objetivos:

I - promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção de madeira e outros produtos vegetais;

II - garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e dos sítios históricos e arqueológicos;

III - fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo. (BRASIL, 1994)

O documento apresentou todo um volume com diagnóstico da unidade, incluindo seu histórico da época da Cia Paulista e Navarro de Andrade e contendo as justificativas apresentadas para a classificação como Floresta. Esse diagnóstico foi seguido de um segundo volume destinado ao planejamento da unidade, manejo florestal e programas de educação ambiental como trilha interpretativa, monitoramento ambiental, uso público e outros.

Em relação ao tombamento, o documento compreendeu que a preservação do antigo horto por esse instrumento se deu pelo valor histórico das pesquisas de Navarro de Andrade com o gênero eucalipto e pelas espécies que ali que existiam. Uma compreensão distante do olhar paisagístico que o CONDEPHAAT teve nos anos de 1970, mas que manteve a preservação das espécies consideradas de valor histórico e genético, consolidadas no primeiro plano, em 1985.

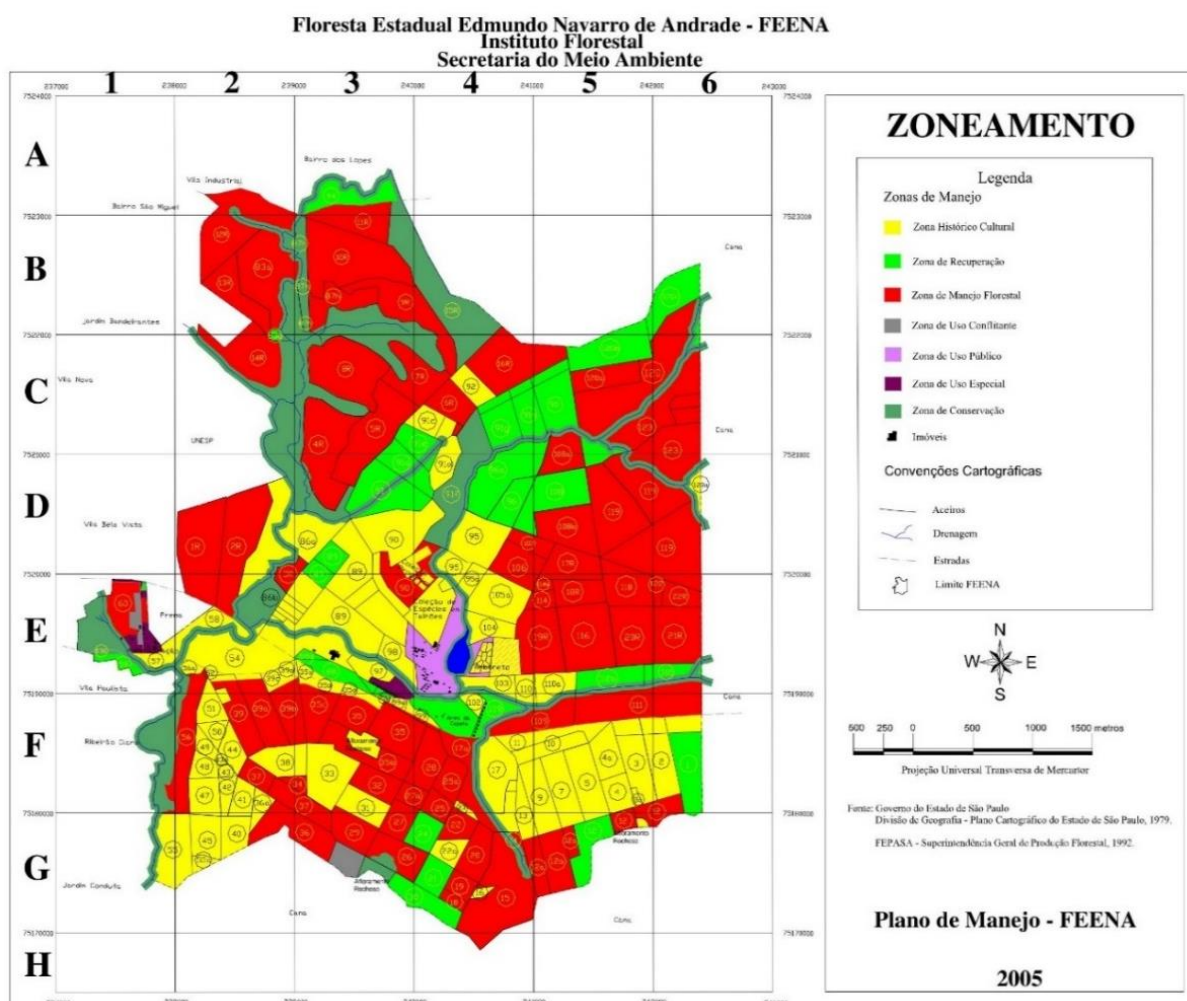
Por fim, o plano vigente ressaltou a importância de parcerias no manejo e pesquisas visando inserir a FEENA “[...] no contexto regional de forma a contribuir com a sustentabilidade econômica e com a melhoria da qualidade de vida da comunidade do entorno da unidade” (PLANO DE MANEJO, VL.1, 2005: 8, grifos nossos). Na lógica do uso sustentável, o antigo horto foi dividido em sete zonas de manejo, de acordo o quadro 5 e figura 22:

**Quadro 5 – ZONEAMENTO E CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS NO PLANO DE MANEJO
2005**

1	Histórico Cultural: áreas com amostras históricas, científicas e culturais, sítio arqueológico, os antigos talhões que marcaram o início do reflorestamento e que apresentam reduzido número de espécies, as coleções de <i>Eucalyptus</i> e <i>Pinus</i> , de interesse genético
2	Recuperação: áreas alteradas, as quais, uma vez recuperadas, serão incorporadas novamente a uma das zonas permanentes. A recuperação poderá ser natural ou induzida, com espécies arbóreas nativas, caso seja adequado
3	Manejo Florestal: corresponde a áreas de floresta nativa e plantada, com potencial econômico para o manejo sustentável dos recursos florestais; nelas estão previstas a comercialização dos produtos florestais associada à reposição de recursos
4	Uso Conflitante: áreas de conflitos ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de águas, barragens, estradas, cabos óticos e outros
5	Uso Público: onde estão a maior parte das edificações antigas e museu
6	Uso especial: área de mínima intervenção humana (marginais aos cursos de água), Bosque da Saúde, contendo espécies da flora e da fauna ou monumentos naturais de relevante interesse científico
7	Conservação: sede administrativa e serviços

Fonte: Plano de manejo 2005. Organização: Júlia Amabile, 2017.

Figura 22 – ZONEAMENTO DA FEENA - 2005



Fonte: Plano de manejo, 2005.

Além dessas zonas, também foi estabelecida uma **zona de amortecimento**, conforme está previsto no artigo 2º do SNUC a define como o:

O entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (SNUC, 2000)

No caso da FEENA essa zona compreendeu um raio de 10km ao redor da área, considerando a drenagem que flui para dentro e os fragmentos florestais expressivos. Ela abrangeu uma área bem maior que a delimitada no primeiro plano, de 1985, que seguia os 300 metros da legislação do tombamento paulista.

Nessa delimitação também foram estabelecidos os principais problemas no entorno, em sua maioria decorrentes da presença humana próximo ao horto e reflexos da urbanização como: caça e pesca, pastoreio de gado bovino, abandono de animais,

exploração como pasto apícola, eutrofização do lago e poluição da micro bacia do Ribeirão Claro (emissão do esgoto), a contaminação do solo causado pelo tratamento de madeira da empresa PREMA, a presença de cavalos no Clube de Cavaleiros, queimadas, roubo de madeira, ocupação ilegal de ex funcionários da FEPASA, os limites invadidos pela zona urbana e rural.

Nota-se que a maioria desses problemas foram identificados nos anos de 1980, pela comissão de manejo que atuou após a elaboração do primeiro plano de 1985 e, portanto, não foram resolvidos pelos agentes da preservação e poder público.

No plano de 2005 a proteção da FEENA adotou uma linha mais conservacionista, e não muito distante do primeiro plano, visto os critérios para a área de manejo florestal, que indica a abertura de edital para a venda de madeiras. Para a pesquisa científica, o plano se preocupou em estabelecer critérios, por meio da Comissão Técnico Científica do IF, para as pesquisas acadêmicas desenvolvidas em âmbito individual¹¹⁶.

Dessa forma, não ficou claro como seria a retomada do espaço enquanto centro de pesquisa na área do eucalipto, pois esse item não se mostrou prioritário no plano de manejo 2005. Para a população os usos se manteriam pela utilização da área do uso público e dos programas ambientais apresentados no plano.

Em artigo para o livro sobre a história da ferrovia e o horto em Rio Claro, Pagani e Zancheta (2015), pesquisadoras e professoras da UNESP que estiveram diretamente envolvidas na gestão do horto, a classificação de Floresta para o horto representou¹¹⁷ o que as autoras chamaram de “Novos Tempos”, pois se valorizou os talhões com a presença de sub-bosque de espécies nativas, a flora e fauna do espaço.

¹¹⁶Sampaio e Christofolletti (2013) compilaram e analisaram as pesquisas realizadas na FEENA 1990 a 2008. Os autores chegaram aos seguintes resultados: Ao todo foram 66 pesquisas. Desse total, 94% pertencem à UNESP de Rio Claro, devido a sua proximidade com o local. Os trabalhos compilados foram divididos em três categorias:

- Trabalho de Conclusão de Curso: Arquitetura (1), Ciências Biológicas (21), Ecologia (31), Geografia (3), Turismo (3). Total de 59 pesquisas.

- Dissertação de Mestrado: Ciências Biológicas (1), Ecologia (1), História/ Filosofia (1). Total de 3 pesquisas.

- Tese de Doutorado: Ciências Biológicas (3) e Estudos Ambientais (1). Total de 4 pesquisas.

De acordo com os dados obtidos, duas grandes áreas representaram a maioria dos trabalhos realizados na FEENA (86%): a) Ecologia (UNESP) com 32 pesquisas (48%); b) Ciências Biológicas (UNESP) - dividida em “Trabalhos de Zoologia” e “Trabalhos de Botânica”, devido à variedade das 25 pesquisas apresentadas (38%).

Nessa pesquisa não foram abarcados trabalhos de outras universidades e trabalho pós 2008, portanto, esses números são bem maiores hoje.

¹¹⁷ “Novos Tempos – De Horto Florestal a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade” (2015)

Já o acervo histórico, cultural e científico foi mais valorizado e conservado (PAGANI e ZANCHETA, 2015: 130).

Assim, esses novos tempos indicado pelas autoras evidenciam um processo que valorizou os aspectos ecológicos e a biodiversidade, com especial atenção a vegetação nativa que se regenerou durante os anos. A preservação da FEENA, nesse sentido, se justificou pela função ecológica que desempenha na cidade, enquanto área verde significativa e refúgio da fauna, uma visão parecida com a da equipe de áreas naturais em 1985.

Observando o processo de tombamento do antigo horto e sua criação como Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, as reflexões de Arruda (2006) tornam-se interessantes. Primeiro, o autor faz críticas a ideia de que seja possível congelar a natureza através de sua preservação, visto que a natureza não é estática. Segundo, ao associar patrimônio e natureza, a natureza de um espaço não pode ser preservada considerando, unicamente, os critérios científicos e ecológicos e desconsiderar a ação humana. A ideia de uma natureza intocada perde o vínculo indenitário e histórico de composição e uso do espaço.

Na FEENA ainda é forte a presença do eucalipto, fato reconhecido no plano de manejo atual na zona histórico-cultural, que considerou as espécies antigas e de interesse genético. Contudo, não há referências no plano que a presença dessa vegetação e as espécies nativas do sub-bosque, também são frutos da ação dos agentes da preservação do antigo horto, em especial na década de 1980.

Sobre a população local, essa ainda identifica o espaço enquanto horto e mantém seu uso com diversas atividades de lazer e educacionais. Ao estudar a relação do espaço com a população, Luiza Aparecida Joinhas (2008), analisando o espaço pelo viés do território, patrimônio e identidade, concluiu que o antigo horto se tornou um espaço de contradições e conflitos no campo da memória provocando esquecimento de sua importância local (2008: 16-51).

Essas contradições e conflitos são pontuadas por Joinhas pelo fato do antigo horto ser um patrimônio e com os problemas de ocupação no entorno, identificados no plano de manejo de 2005. Esses problemas configuram a ideia de abandono do espaço hoje e seriam resolvidos pela autora por meio da educação ambiental e patrimonial.

Como se observou nesta dissertação, os conflitos não são atuais ou frutos do esquecimento da população, antes estão relacionadas as consequências dos limites

e contradições da preservação do antigo horto e permanecem nos problemas administrativos que a SMA tem na FEENA atualmente. Compreender a historicidade do horto também é constatar que a população teve pouca participação na história de sua preservação, sendo esse um dos grandes desafios atuais da salvaguarda dos bens culturais no Brasil: o reconhecimento social do bem e a garantia de seus usos efetivos pela população contribuinte (ZANIRATO, 2009).

Apesar de reconhecer a importância da educação como um caminho para uma verdadeira apropriação dos bens culturais é preciso relativizar esse papel como o único possível. Em conjunto é necessário garantir a participação efetiva da população na gestão, por meio dos instrumentos democráticos que a Constituição de 1988 e outras normativas instituíram e possibilitam, na teoria, a descentralizam das decisões e a criação de conselhos gestores plurais e mais democráticos.

A preservação da FEENA tem pela frente muitos desafios, talvez o maior seja garantir sua permanência e uso, em todos os aspectos, para a população rioclarense e região.

As discussões e resultados aqui apresentados evidenciaram que a história da preservação do antigo horto influenciou os usos que esse espaço teve, primeiro ligado a ferrovia e, atualmente, a questões ecológicas e ambientais. Tal processo foi marcado por mudanças e contradições na gestão do espaço, que envolveram o tombamento do antigo horto enquanto patrimônio paisagístico até a criação da FEENA, ressignificaram seu papel e produziram diferentes representações sobre o mesmo.

Compreende-se, assim, que esse processo não cessou com sua transformação em Floresta Estadual, já que natureza não é estática e sua compreensão pela sociedade movimenta-se no tempo e no espaço de forma ativa e passiva (ALMEIDA, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do antigo horto possibilitou compreender em escala local a problemática da relação natureza e cultura no campo da preservação. O estudo desse caso *sui generis* do patrimônio paulista – uma área com predominância da vegetação exótica e museu do eucalipto - tombado pelo CONDEPHAAT e também tutelado pelo modelo mais recente de preservação ambiental do Brasil, o SNUC, trouxe reflexões sobre como as políticas, ambiental e cultural, valorizam a natureza, os desafios de gestão e as contradições dessas políticas quando tencionadas por interesses locais.

Como se discutiu no primeiro capítulo, apesar de trajetórias paralelas, as políticas, ambiental e cultural, foram construídas sem diálogos, por meio de concepções e valoração da natureza que foram semelhantes em alguns aspectos, em especial nos primeiros momentos na década de 1930, período de discussão de uma identidade nacional e no que se refere a natureza, a questão estética ou monumental foram valores predominantes atribuídos a natureza. No decorrer dos anos, essas políticas se distanciaram por conceberem que natureza e cultura são “objetos” a serem protegidos por tutelas diferentes, promovendo um estreitamento da visão da natureza e uma limitação para sua preservação.

A leitura bibliográfica possibilitou explorar no segundo capítulo a transformação do antigo horto em patrimônio ambiental para a cidade de Rio Claro, em especial para problematizar a criação dos hortos no contexto de proteção à natureza no início do século XX e a importância, nesse contexto, de cientistas como Navarro de Andrade que foi responsável pela criação do horto de Rio Claro e outros dezoitos pelo interior paulista. Destaca-se, nesse sentido, a relevância de estudar mais espaços como o horto que foram concebidos pela iniciativa privada e a relação que estabeleceram nas cidades em que foram construídos.

Dentro do recorte da pesquisa – 1974 à 2002, com enfoque no *pós tombamento* do horto, a documentação analisada possibilitou analisar, no terceiro capítulo, o patrimônio ambiental no caso do horto de Rio Claro - as contradições e limites da preservação. Esse capítulo problematizou a atuação do CONDEPHAAT, da equipe de áreas naturais do órgão na gestão do espaço, sua passagem para a SMA e transformação em Floresta Estadual. Além disso, teve a preocupação de identificar os agentes da preservação, locais e externos, envolvidos com o caso do antigo horto e a relação dos hortos com as mudanças na ferrovia paulista.

Como salientado na bibliografia sobre o órgão, na década de 1980 o CONDEPHAAT teve um pioneirismo na salvaguarda das áreas naturais do estado de São Paulo. No caso do horto de Rio Claro, esse momento resultou em seu tombamento global como patrimônio paisagístico em 1977. Posteriormente as ações do órgão foram determinantes para a preservação de características atuais do espaço, como a delimitação de áreas e vegetação a serem “poupadas” dos desbastes da FEPASA e a coordenação do primeiro plano de manejo em 1985, um instrumento ainda incipiente na gestão ambiental nos anos 80.

As ações analisadas também indicaram mudanças do órgão entre o tombamento (1977) e o primeiro plano de manejo (1985). Respectivamente a proposta do conselheiro e professor Ab’Saber para a transformação do espaço em um Parque de Múltiplas Funções que não foi levada adiante, para a elaboração de um sistema de manejo florestal (1985) sugerido pela equipe de áreas naturais, criada em 1982 e que indicava na ordem de serviço n.1/82 a necessidade de planos de manejo para a gestão das áreas naturais tombadas.

Sobre a passagem para a Secretaria do Meio Ambiente em 1998, a documentação mostrou a mobilização de setores da população rioclarense, como professores universitários (que incluía um conselheiro do CONDEPHAAT), ONGs e políticos locais para que ocorresse a transferência para o órgão ambiental e, depois, para sua classificação como Floresta Estadual, e não Parque como queria a SMA. A categoria floresta permitiria a permanência e proteção da vegetação exótica, a captação de recursos e um “retorno” a posição de destaque como centro de pesquisa sobre eucalipto.

Nesse sentido, apesar do plano de manejo vigente de 2005 evidenciar a preservação de seus atributos ecológicos e apresentar essa função como principal justificativa para sua classificação, a princípio, não foi essa a principal motivação para ser categorizada como Floresta Estadual.

A relação natureza e cultura, no caso do antigo horto, pelo olhar das instituições responsáveis por sua salvaguarda teve diferenças e semelhanças ao longo do período estudado. No caso do CONDEPHAAT, o primeiro olhar ocorreu no momento que o órgão se apropria do conceito de paisagem da geografia para tomba áreas naturais diversas, como um horto florestal. Dessa forma, observou-se que uso desse conceito no caso de Rio Claro compreendeu uma visão ampla do espaço, considerando em especial o seu potencial para uso social e cultural pela população.

Contudo, as mudanças internas no órgão, em especial após a criação da equipe das áreas naturais em 1982, e a relação com a proprietária FEPASA, indicaram para os antigos hortos, que esses espaços deveriam manter como prioridade o uso para o qual foram criados, ou seja, para as necessidades econômicas da ferrovia e de reflorestamento. Essa nova postura beneficiou a proprietária FEPASA e mostrou que os hortos, apesar de vegetação significativa, não caracterizavam áreas relevantes para uso da população. Essa visão está presente no plano de 1985 no horto de Rio Claro.

É importante destacar que a equipe de áreas naturais do CONDEPHAAT, por meio de técnicos responsáveis, teve participação decisiva em momento de conflitos com o poder público de Rio Claro, acrescentando a importância ecológica a paisagem que o horto representava e conduzindo discussões importantes sobre a área envoltória e planejamento urbano.

Por outro lado, no plano de manejo de 2005, a FEENA é apresentada como patrimônio natural, histórico e cultural, contudo, concluiu-se por meio da análise desse documento que houve uma crescente valoração dos atributos ecológicos como “naturais” e a preocupação de adequar o espaço ao SNUC. Dessa forma, prevaleceu uma visão conservacionista sobre a FEENA, com a utilização de conceitos como sustentabilidade econômica e uso sustentável.

Como se observou na documentação analisada, a permanência da vegetação nativa não foi decorrente unicamente dos processos e condições naturais da área, mas, também, pela ação dos agentes de preservação durante a década de 1980.

É importante destacar que esse estudo evidenciou a falta de diálogos entre os órgãos do meio ambiente e cultura, em especial durante o período democrático, também mostrou as interferências de determinados agentes locais na preservação do antigo horto como a universidade, por meio de professores, entidades locais e políticos, ora ampliando ou limitando a preservação do antigo horto. Outro ponto a destacar é a pouca participação da população na gestão da FEENA e o desconhecimento do funcionamento de suas tutelas, como o tombamento.

A documentação analisada, em especial dos anos de 1990 indicou o afastamento do CONDEPHAAT da preservação de áreas naturais, o estudo dos tombamentos de sete hortos do interior paulista com processos abertos revelou a pouca importância do órgão para esses espaços durante a privatização da FEPASA em 1998 com o posterior arquivamento de todos os processos entre os anos de 2000

e 2014. Os motivos e porquês desse afastamento do órgão cultural paulista permanecem em aberto e sem respostas, o que possibilita um campo fértil na historiografia para analisar os desafios recentes do patrimônio natural paulista.

Para finalizar, cabem breves apontamentos sobre as políticas mais recentes sobre a FEENA, entre 2006 e 2015.

Em 2006, um ano após o plano de manejo atual ter sido lançado, a FEENA foi inserida no SIEFLOR (Sistema Estadual de Florestas – Decreto no. 51.453, 2006) e transferido para a Fundação Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente paulista mais vinculado com a produção florestal. O último edital do conselho gestor é de 2013, nele não constam representantes do CONDEPHAAT, que em 2015 lançou uma portaria definindo a área envoltória da FEENA, estabelecendo a área de 300 metros.

O plano de manejo ainda não foi atualizado, apesar de SNUC determinar que isso ocorra a cada cinco anos. Foram poucos editais de venda de madeira nesse processo. No apêndice b, consta um quadro com todos os níveis de preservação da FEENA.

Essa pesquisa não daria conta de apresentar as consequências da sua classificação como Floresta Estadual, objeto de novos estudos. Porém, a discussão desse horto esclareceu as contradições do processo de valoração de uma natureza modificada a ser preservada pelos órgãos cultural e ambiental. Essa valoração se transforma pelas práticas e mudanças das instituições e lutas de agentes locais, criando novos usos e responsabilidades para o seu ambiente.

Historicizar esse patrimônio ambiental paulista trouxe à tona a importância que espaços como o antigo horto adquiriram em realidades locais, sobretudo a relevância simbólica e espaço de disputa que é o antigo horto de Rio Claro. Nesse sentido, espere-se que essa dissertação contribua para as discussões que envolvem a preservação de áreas naturais paulistas; ampliação de pesquisas que esse tema traz para os estudos sobre a relação sociedade e natureza; para a superação de uma visão dicotômica entre natureza e cultura. E, por fim, refletir sobre os rumos que a preservação do antigo horto Rio Claro pode ter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz N. **Diretrizes para uma política de preservação das reservas naturais do estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1977. (Série Geografia e Planejamento, n. 30).

ALMEIDA, Jozimar P. **Errante no campo da razão: o inédito na história: contribuição para um estudo de história e ecologia**. Londrina: Eduel, 1996.

_____. História e Patrimônio Ambiental Artifícios Naturais do Poder público em Londrina. **Revista Hoje**, São Paulo, nº 3, 2004. ISSN 1806.3993.

ARAÚJO, Astolfo G. Mello. A Arqueologia da Região de Rio Claro: Uma Síntese. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 11: 125-140, 2001.

ARRUDA, Gilmar. O Chão da Nossa Terra: Natureza, Patrimônio Ambiental e identidade. **Patrimônio e Memória**. – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 110-125.

AYRES, Ana Carolina M. **O Ciclo da CAAPORA: a RMPS e o Parque Estadual da Cantareira**. São Paulo: Annablume, 2008.

Br. Leis, estatutos, etc. **Legislação da conservação da natureza**. 4. ed. SP, CESP, 1986. 1v.

CARVALHO, Aline V; FUNARI, Pedro P. A. O Patrimônio em uma perspectiva crítica: O caso do Quilombo dos Palmares. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 33-47, 2005.

CARVALHO, Aline. As normativas referentes ao meio ambiente e o campo de ação da arqueologia. In: FUNARI, Pedro P., Org., PELEGRINI, Sandra C. A., Org., RAMBELLI, Gilson., Org. **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais** – São Paulo: Annablume; Fapesp, Campinas: Nepam, p. 207 a 218, 2009.

CUNHA, Luis Henrique; COELHO, Maria Célia N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Batista., Org., Guerra, Antônio José Teixeira., Org. **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CRISPIM, Felipe Bueno. **Entre a Geografia e o Patrimônio: estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989)**. São Bernardo do Campo: EdUFABC/Fapesp.2016

CRUZ; H. de F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História (PUC-SP)**, v. 35, p. 26, 2007.

CHOAY, François. **O Patrimônio em questão: Antologia para um combate**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

DELPHIM, Carlos F. M. O patrimônio natural no Brasil. In: FUNARI, Pedro P., Org., PELEGRINI, Sandra C. A., Org., RAMBELLI, Gilson., Org. **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais** – São Paulo: Annablume; Fapesp, Campinas: Nepam, p. 163 a 206, 2009.

DE CERTOU, Michel. A Operação historiográfica. In: DE CERTOU, Michel. **A escrita da História**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DEAN, Warren. **Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura. 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 250 p, 1977.

_____. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DETONI, Sandro F. **A Natureza como Patrimônio Cultural: a geomorfologia como referencial metodológico no tombamento de áreas naturais**. Tese de Doutorado em Geografia Física – Universidade de São Paulo, 2016.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**, Belo Horizonte: Autentica 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 0, 1991, p. 177- 197.

_____. O Jardim Dentro da Máquina – Breve História Ambiental da Floresta da Tijuca. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 276 -298.

DRUMMOND, José Augusto & Franco, José Luís de Andrade. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Eucaliptos da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade: Coleção de Talhões. [S.l], [s.n], [200?].

FRANÇA JUNIOR, Nelson. **Plano Diretor para o Horto Florestal – Edmundo Navarro de Andrade/Rio Claro**. 1993. 150f. Trabalho de Graduação Interdisciplinar – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. Santos, 1993.

FUNARI, Pedro P.,Org., PELEGRINI, Sandra C. A., Org., RAMBELLI, Gilson., Org. **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais** – São Paulo: Annablume; Fapesp, Campinas: Nepam, 2009.

FONSECA, Beatriz da Costa Reis V. **As Principais Alterações Trazidas Pelo Novo Código Florestal Brasileiro**. Artigo Científico apresentado como exigência de conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 26 f., 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Hortos Florestais: “Terra não se ganha, Terra se conquista”. In: ANDRADE, T., (Ed)., PEREIRA, C.A.C., (Ed)., ANDRADE, M.R.O., (Ed). **Mediação no Campo: Estratégias de ação em situações de Conflito fundiário**. 2.ed- São Paulo: ITESP: Páginas & Letras – Editora Gráfica, 2000.

GALINI, Stefania. História, Ambiente e Política: El camino de la historia ambiental en América Latina. **NÓMADAS** – Colombia. NO. 30, p.92 a 102, abril 2009. UNIVERSIDAD CENTRAL – COLOMBIA

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. **Rio Claro e as Oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: Trabalho e Vida Operária -1930 -1940.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto Filosofia Ciências Humanas- Campinas, SP: [s.n.], 1992.

GRANDI, Guilherme. **Estado e Capital Ferroviário: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1930 e 1961.** 2010. [s.n]. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP. São Paulo, 2010.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. **Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro.** (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.). Rio Claro (SP): Phábrica de produções, 180 p., 2015.

HENRIQUES, Amilson. Por uma história do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. In: HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. **Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro.** (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.). Rio Claro (SP): Phábrica de produções, p. 68-88, 2015.

HENRIQUES, Amilson B; CAMPOS, Maria T. A; PERINOTTO, Consuelo C. Cultura, Esporte e Lazer a partir da presença da Ferrovia em Rio Claro. In: HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. **Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro.** (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.). Rio Claro (SP): Phábrica de produções, p. 52-65, 2015.

HOGAN, Daniel J; OLIVEIRA, Maria Coleta F.A.; NETO, John Marion Sydenstricker. **Café, Ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro.** Campinas: NEPO: Unicamp, 1986.

JORGE, Janes (org.). **Cidades Paulistas: Estudos de História Ambiental Urbana.** São Paulo: Alameda, 2015.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira.** Brasília: Paralelo 15; Ed. UNB, 1999.

JOINHAS, Luzia Ap. **Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade como um espaço de contradições: entre a memória e o esquecimento.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências- Campinas, SP: [s.n.], 2008.

LANDI, Lucia Maria. **Levantamento Geográfico do Meio Ambiente do Horto Florestal “Navarro de Andrade” de Rio Claro -SP.** Relatório de Estágio e Aperfeiçoamento em Geografia: UNESP, Rio Claro, 1983.

LEI Nº2492– Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento de Rio Claro e dá outras providências. Rio Claro, de 06 de agosto de 1992.

MAGALHAES, Cristiane M. **O Desenho da História no traço da Paisagem:** patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda. Tese (Doutorado) em História - Universidade Estadual de Campinas, 2015.

MARTINI, Augusto. **O Plantador de Eucalipto:** A questão da Preservação Florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. 2004, 320f. Dissertação (mestrado em história). Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de filosofia, letras, ciências humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. Os lugares da Memória e da História da Floresta Estadual: O herbário e o Museu do Eucalipto. In: HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. **Trilhas e Eucaliptos:** a ferrovia e a floresta em Rio Claro. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Rio Claro (SP): Phábrica de produções, p. 92- 117, 2015.

MARTINEZ, Paulo H. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Cultivo do Desencanto. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Ano 5, nº 57, p. 25 -29, 2010

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 09, n. 01, p. 41-65. jan/jun. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2017.

MEDEIROS, Rodrigo e PEREIRA, Gustavo S. Evolução e Implementação dos Planos de Manejo em Parques Nacionais no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.35, n.2, p.279-288, 2011.

MENARIN, Carlos Alberto. **À sombra dos Jequitibás:** O Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005). São Paulo Annablume/FAPESP, 2011.

MENESES, Ulpiano T. B. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem.** Campinas, Contexto, 2002.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MORA, A.L; GARCIA, C.H. **A cultura do Eucalipto no Brasil.** Sociedade Brasileira de Silvicultura. São Paulo, 2000.

MISATO, Marcelo Takashi. **Análise da gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Tietê – SP:** sobreposições e limitações nos tratos com o patrimônio natural e cultural. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo 153f.: il.; 30 cm São Paulo, 2015.

NUNES, Ivanil. Ferrovia brasileira: concessão pública para uso privado. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, 2006. Consulta: 3 de novembro de 2017. Disponível: <<http://revele.com.veywww.redalyc.org/articulo.oa?id=331227108012>>IS SN.

PAGANI, Maria Inez, ZANCHETA, Denise. Novos Tempos: Do Horto à Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA, Rio Claro/SP. In: HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. **Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro**. (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro). Rio Claro (SP): Phábrica de produções, p. 127-144, 2015.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do Patrimônio Cultural e Ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140. jan. - jun. 2006.

PENTEADO, Oscar de Arruda: Como nasceu e cresceu Rio Claro. In MACHADO, Ilara., Coord. **Rio Claro Sesquicentenário**. Rio Claro, Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”, p 17 -71, 1978.

PLANO BÁSICO DE MANEJO FLORESTAL, Horto Florestal - Rio Claro, 1985.

PLANO DE MANEJO DA FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE - Rio Claro, 2005.

PLATINETTI JR, Armando. Horto Florestal “Navarro de Andrade”. In: MACHADO, Ilara., Coord. **Rio Claro Sesquicentenário**. Rio Claro, Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”, p. 295-208, 1978.

PLENS, Cláudia Regina; SILVA, Gilberto Francisco. Patrimônio e inventário: a escolha do objeto. **Projeto de Inventário e Pesquisa Arqueológica de Guarulhos (PIPAG)**. p. 22-44. 2015.

QUEIROZ, Odélia T. M. M. Associação Amigos do Horto Florestal. In: HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. **Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro**. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Rio Claro (SP): Phábrica de produções, p. 146-153, 2015.

RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

RAGONHA, Jéssica. **MEMÓRIA E PERCURSO: parque urbano em Rio Claro – SP**. Trabalho de Graduação Integrado II. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2014.

Rio Claro: Terra, Trabalho e História. Câmara Municipal de Rio Claro Associação Rioclarence de Geógrafos, 1985.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

RIBEIRO, W. C; ZANIRATO, Silvia. H. O Patrimônio Natural Sob Proteção. A construção de um ordenamento jurídico. In: FUNARI, Pedro P.,Org., PELEGRINI,

Sandra C. A., Org., RAMBELLI, Gilson., Org. **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume; Fapesp. Campinas: NEPAM, 2009, pág. 219 a 242.

RIBEIRO, Sidnei Lopes; ZAMPIN, Ivan Carlos. A pressão urbana nas bordas da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, em Rio Claro (SP). **Revista Gestão em Foco**. Ed nº9 - p. 193-210 – Ano: 2017.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo, 1969–1987. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

ROSA, Ádima D. O Processo de Privatização da FEPASA na Década de 90. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 3, 2004.

RUBIO, Roberto Aparecido Garcia. **Evolução física de plano de manejo: um estudo de caso, a FEENA - Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Programa de Pós graduação em Ciências Ambientais, 83 f., 2009.

SARTI, Antônio Carlos. **Propostas para delimitação de um parque peri-urbano para a cidade de Rio Claro (SP)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Centro de Estudos Ambientais, 283p., 2001.

SANTOS, Fábio Alexandre. **Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906**. Campinas, SP: [s.n.], 2000. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

SECRETARIA DE CULTURA. Resolução de tombamento n.04 – Horto e Museu Edmundo Navarro de Andrade. CONDEPHAAT, São Paulo, 1977.

SELINGARD-SAMPAIO, Silvia. O Passado e a Geografia: O Espaço Urbano de Rio Claro e os Testemunhos Concretos de Atividades Industriais Pretéritas. **Revista do Arquivo**, Rio Claro, no.06, pp. 5-9, outubro de 2006.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO –SNUC, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.430, de 22 de agosto de 2002. 5.ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

SINOPSE DE ESTATÍSTICA, 1974. Estado de São Paulo, Município de Rio Claro.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural. Tese de Doutorado em Geografia** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCIFONI, Simone. A desregulamentação do Patrimônio Paulista. IN: COSTA, Evaristo., Org., BRUSADIN; Leandro Benedini., Org., PIRES; Maria do Carmo., Orgs. **Valor Patrimonial e Turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras expressões, p. 173 -190, 2012.

TROPPEMAIR, Helmut. **Atlas da Qualidade Ambiental e de Vida de Rio Claro**, 1992.

_____. Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, 1993.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, p. 137-152, 2009.

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

WORSTER, Donald. *Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história*. In **Ambiente & Sociedade**, vol. VI – nº 1, 2003, pp. 23-44.

_____. Para fazer história ambiental. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, 1991, pp. 198-215.

APÊNDICE

APÊNDICE A - LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS NA FEENA

Comunicação FEPASA, CONDEPHAAT, SORIDEMA (1978-1996)

Ano	Procedência	Destinatário	Documento	Descrição
14/06/1978	Chefe do Departamento Florestal.	Chefe do DAJ	Corresp.	Desapropriação da área do horto Rio Claro
29/06/1978	Diretor administrativo financeiro	Departamento Jurídico	Corresp.	Desapropriação da área do horto RC
10/07/1978	Diretor administrativo financeiro	Procurador Geral do Estado de São Paulo	Corresp.	Desapropriação da área do horto RC
07/03/1980	Superintendência a geral da Adm. Patrimonial.	Departamento Florestal	Corresp.	Encaminha cópia do parecer da Divisão de Consultoria datada de 23/01/1980.
09/07/1982	Chefe do Departamento Florestal	Superintendência a geral da Adm. Patrimonial.	Corresp.	Minuta de carta a ser enviada ao Condephaat quanto ao plano de desbaste, objetivando a formação de áreas para formação de dormentes, aguardamos também aprovação quanto a comercialização das árvores a serem abatidas.
16/07/1982	Diretor administrativo Fepasa	CONDEPHAAT	Corresp.	Solicita autorização para prosseguir com o programa de desbaste nos talhões.
21/07/1983	Superintendência a geral da Adm. Patrimonial.	CONDEPHAAT	Corresp.	Solicita o corte de 40pés de Eucalyptus ao redor da casa e do museu que estão oferecendo riscos no horto de RC.
16/12/1983	CONDEPHAAT	Superintendência a Geral da Adm. Patrimonial.	Corresp.	Resposta à correspondência de 21/07/1983. Autoriza o corte apenas dos pés de <i>Eucalyptus</i> sem valor genético, botânico ou cultural, e pondera que as árvores ao redor da casa e do museu são também de outros espécimes, não devendo ser cortadas. Orienta que seja feito algum tipo de escora nestas.
16/12/1983	CONDEPHAAT	Superintendência a Geral da Adm. patrimonial.	Corresp.	Autorização de plantio de 70.000 pés de eucalipto
06/04/1984	Chefe do Departamento Florestal	Superintendência a geral da Adm. Patrimonial	Corresp.	Solicitamos nos informar se foi autorizado pelo Condephaat o corte de árvores próximas à casa da sede e museu do horto Florestal de Rio Claro

15/05/1984	Chefe do Departamento Florestal.	Superintendência a geral da Adm. Patrimonial.	Corresp.	Encaminha à SAP para conhecimento e deliberação, minuta de correspondência a ser enviada ao Condepahaat que virá a resolver os problemas da exploração e plantio programados/ no momento, para o horto Florestal de Rio Claro.
17/07/1984	Chefe do Departamento Florestal.	Superintendência a geral da Adm. Patrimonial.	Corresp.	Minuta do Edital para venda de lenha - hortos Florestais de Bebedouro, Guarani, Rio Claro e Loreto.
30/08/1984	Superintendência a geral da Adm. Patrimonial.	CONDEPHAAT	Corresp.	Manejo Florestal
27/08/1985	Departamento Florestal	CONDEPHAAT		Trabalho apresentado pelo engenheiro chefe do Departamento Florestal Aniz Buchdid ao Condepahaat
24/10/1985	Diretoria Jurídica e Patrimonial		Proposta de resolução de diretoria.	Resolve aprovar as diretrizes do Plano Básico de Manejo Florestal do horto Navarro de Andrade elaboradas em conjunto com o Condepahaat que compatibilizam os critérios de exploração econômica e de preservação da propriedade.
24/10/1985	Superintendência a geral da Adm. Patrimonial.	Diretoria Jurídica e Patrimonial	Relatório	Manejo Florestal do horto Navarro de Andrade.
27/12/1985	Superintendência a Geral da Adm. Patrimonial.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informa que de acordo com o previsto no Plano Básico de Manejo do horto Florestal Navarro de Andrade, realizaremos o desbaste nas áreas de eucaliptos plantados após 1964, dos talhões 89 e 90.
13/02/1986	Superintendência a Geral da Adm. Patrimonial.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação e autorização o Programa de Exploração e Manejo Florestal para o ano de 1986.
11/02/1987	CONDEPHAAT	Superintendência a Geral da Adm. Patrimonial.	Ofício	Programa de Exploração e manejo Florestal de 1987
30/06/1987	Equipe de Áreas Naturais	Condepahaat/Set or Técnico	Comunicado	Reunião Mensal da Comissão de Manejo: *Loteamento Vila Horto Florestal *Construção de Interceptador de Esgoto
10/11/1987	SORIDEMA	Comissão de Manejo	Estudo Sobre Área Envoltória	Recomendações de critérios para definição de usos na zona envoltória do bem tombado
07/12/1987	Superintendência a Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Correspondência	Apresenta para apreciação e autorização o Programa de Exploração e Manejo Florestal para o ano de 1988.

22/04/1988	Superintendência Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informa o conselho quanto ao incêndio ocorrido em 15/09/1987, ocasionado durante a queimada de cana de açúcar da Usina São João em Araras
22/04/1988	Gerencia da Eng. Florestal e Planejamento.	CONDEPHAAT	Corresp.	Considerando o laudo técnico do prédio da Superintendência Geral de Produção Florestal, localizado no horto Florestal de Rio Claro, solicita autorização para a troca das telhas do citado prédio.
25/05/1988	Superintendência Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Reflorestamento
7/08/1988	Condephaat	Gerente do Departamento de Operações Florestais.	Ofício	Comunica que será realiza reunião para retomar as atividades da comissão encarregada de estudar o manejo do Horto Florestal de Rio Claro, solicita também que seja indicado um representante para acompanhar as reuniões.
30/09/1988	Condephaat	Superintendência Geral de Produção Florestal.	Ofício	Responde o solicitado através da carta data em 02/08/88, e informa, dentre outros, o total de área de preservação permanente na área do horto Florestal Navarro de Andrade é de 378,36 ha.
06/10/1988	Superintendência Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Comunica ao conselho que terá início nos próximos 30 dias a exploração dos talhões. Informa também que a área será explorada para possibilitar um novo reflorestamento previsto para o próximo ano.
07/10/1988	Divisão de expediente FEPASA	CONDEPHAAT	Protocolo FEPASA	Assunto: Exploração de talhões do Horto Florestal de Rio Claro.
09/12/1988	Superintendência Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação o Programa de Exploração e Manejo Florestal para o ano de 1989.
23/02/1989	Superintendência Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação do conselho o corte de 200 árvores do talhão 116, conduzido através de desbaste período, informa também que a exploração está de acordo com o Plano Básico de Manejo Florestal.
20/10/1989	SORIDEMA	Comissão de Manejo	Corresp.	Contestando corte de árvores no setor de Interface do Horto
07/02/1990	Superintendência Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Encaminha solicitação feita pela CESP para construir uma linha elétrica no Horto Florestal Navarro de Andrade.

10/10/1990	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Solicitação de reforma da ponte do Ribeirão Claro que dá acesso ao Horto
10/10/1990	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Encaminha solicitação a respeito da retirada das árvores de <i>Eucalyptus</i> que caíram sobre o ribeirão claro dificultando o escoamento da água e provocando assoreamentos ao longo do curso.
10/10/1990	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Encaminha pra apreciação o corte de árvores localizadas em diversos pontos do Horto de RC, salienta que estas já se encontram mortas e apresentam potencial perigo de queda.
16/11/1990	Superintendente geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Colocamos para apreciação do conselho as medidas a serem tomadas para quebrar a cadeia do agente causador da esquistossomose no Horto Florestal de RC onde vários casos foram detectados.
16/11/1990	Superintendente geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Encaminha para apreciação, o enriquecimento florestal das áreas de preservação permanente, principalmente as matas ciliares, para a operação será necessário retirar os eucaliptos e fazer a reposição com essências nativas.
22/10/1990	CONDEPHAAT	Superintendência Geral de Produção Florestal.	Ofício	Em atenção ao ofício de 10/10/1990, o conselho vem informar que aprova o parecer do Serviço Técnico favorável à reforma da ponte sobre o Ribeirão Claro no Horto Navarro de Andrade.
16/11/1990	Superintendência Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação o Programa de Exploração e Manejo Florestal para o ano de 1991.
16/12/1990	Superintendência Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Encaminha solicitação do DAAE referente ao corte de eucaliptos
18/02/1991	CONDEPHAAT	Sup. Geral de Produção F.	Ofício	O conselho vem informar que aprova o parecer do Serviço Técnico favorável à dragagem Ribeirão Claro no Horto Navarro de Andrade desde que ocorra repovoamento ecológico da mata ciliar
26/02/1991	UNESP/DAAE/P prefeitura/ FEPASA	CONDEPHAAT	Corresp.	Em resposta ao ofício GP 134/91, passamos a relatar as medidas que estão sendo tomadas

04/03/1991	CONDEPHAAT	Superintendência Geral de Produção Florestal.	Ofício	Tendo em vista o dever de preservar o proteger o patrimônio do estado de SP, encaminha termo de compromisso para efeito de instrução dos nossos autos administrativos.
15/03/1991	Superintendência a Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação do conselho a reforma do madeiramento, telhado, parte elétrica e pintura externa do Museu do Eucalipto.
07/05/1991	Superintendente Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação do conselho o corte e posterior retirada de toras dos talhões 01 e 24 para o ano de 1991.
24/06/1991	Superintendente geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Ofício	Encaminha a solicitação da prefeitura de rio claro quanto ao corte dos eucaliptos que se encontram no setor de Produção Controlada/talhões.
25/06/1991	Condephaat	Superintendente geral de produção florestal.	Ofício	Acusa o recebimento do ofício referente ao Projeto Técnico de Recomposição Ecológica da Mata ciliar do Ribeirão Claro e solicita que seja enviado informações sobre o andamento das etapas de trabalho iniciadas.
08/07/1991	Departamento de Empreendimento Florestal	Superintendência a Geral de Produção Florestal.	Corresp.	Informa que a empresa Agrália será responsável pelo Repovoamento da Mata Ciliar do Ribeirão Claro deu início aos serviços de viveiro na ETA II em 04/07/1991.
24/07/1991	Superintendente Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informação sobre o cronograma exposto no Projeto de Repovoamento do Ribeirão Claro
24/07/1991	Superintendência a Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Descrição do Projeto de Repovoamento
04/11/1991	Superintendência a Geral de Produção Florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação o Programa de Exploração e Manejo Florestal para o ano de 1992.
12/11/1991	Superintendente geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Comunicamos sobre o forte vendaval do dia 28/09/91 que atingiu o Horto Navarro de Andrade derrubando diversas árvores.
12/11/1991	Superintendência a geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação a reforma da Casa da Madeira que faz parte do Museu do Eucalipto.
28/01/1992	CONDEPHAAT	Superintendência a Geral de Produção florestal.	Ofício	Com relação ao ofício referente a restauração da Casa da Madeira, solicitamos o envio do projeto ou relatório

				dos serviços além de um cronograma das obras para análise deste conselho.
27/02/1992	Superintendente geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informe sobre a remodelação do jardim pertencente ao museu do eucalipto.
13/04/1992	CONDEPHAAT	Superintendência Geral de Produção florestal.	Ofício	Reiteramos os termos do nosso ofício para solicitar novamente que seja encaminhado informações sobre as etapas já realizadas quanto ao Projeto Técnico de Recomposição Ecológica da Mata ciliar do Ribeirão Claro.
20/05/1992	Superintendente geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Descrição dos serviços do Projeto de Repovoamento do Ribeirão Claro.
11/09/1992	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informa o encerramento do Projeto de Repovoamento do Ribeirão Claro.
11/09/1992	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informa que em virtude de ter sido detectado coliformes fecais nas águas do lago, desativamos os sanitários que integram o antigo restaurante, o restaurante também foi desativado por estar com suas estruturas comprometidas.
17/09/1992	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informa o conselho que foi iniciado o desbaste do espécime <i>E.propingua</i> do talhão 39-A.
28/10/1992	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Reforma no Museu
28/10/1992	Conselheiro designado Helmut Troppmair Condephaat	CONDEPHAAT	Manifestação	Destruição de Patrimônio Tombado Horto Florestal de Rio Claro. Recomenda que as obras sejam paralisadas até que seja analisada pelo conselho.
28/10/1992	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação o Programa de Exploração e Manejo Florestal para o ano de 1992.
10/11/1992	CONDEPHAAT	Superintendência Geral de produção florestal.	Corresp.	Faz saber que o conselho deliberou aprovar o encaminhamento do conselheiro Troppmair, propondo que as obras continuem paradas, aguardando o envio do projeto para análise deste conselho.
11/11/1992	Superintendência Geral de	Condephaat	Corresp.	Projeto de Revitalização da FEPASA

	produção florestal			
27/11/1992	CONDEPHAAT	Assessoria especial da presidência para recuperação do patrimônio da FEPASA	Ofício	Acusa o recebimento de carta e parabeniza pela iniciativa quanto à conservação e preservação do patrimônio imobiliário da Ferrovia Paulista S/A.
22/12/1992	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Encaminha para apreciação o Projeto de restauração da Casa da Madeira e o cronograma físico das obras.
18/01/1993	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informa que devido aos ventos e às chuvas, houve a queda de muitas árvores ao redor do Solar do Barão, e outras tantas estão oferecendo risco de cair, sendo assim, solicitamos autorização para fazer o corte dessas árvores.
22/01/1993	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Colocamos para apreciação do conselho a mudança do local da serraria do Horto Florestal Navarro de Andrade.
11/03/1993	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informa que deverão ser cortadas algumas árvores do talhão 103 para construção de uma estrada alternativa com o objetivo de preservar a passagem próxima ao lago e arboreto, que devido ao tráfego de caminhões está bastante deteriorada.
22/03/1993	Condephaat	Superintendência Geral de Preservação da FEPASA.	Corresp.	Solicita que seja enviada documentação técnica sobre o Horto Florestal de Rio Claro; plantas, histórico, memorial descritivo.
13/04/1993	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Informa sobre a demolição do barracão da antiga serraria do Horto Navarro de Andrade que será iniciada em breve, o referido barracão está condenado, causando perigo de desabamento.
09/07/1993	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Colocamos para apreciação do conselho a pintura <i>externa</i> do Museu do Eucalipto.
27/12/1993	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Apresenta para apreciação o Programa de Exploração e Manejo Florestal para o ano de 1994.
09/11/1994	Superintendência Geral de produção florestal.	CONDEPHAAT	Corresp.	Comunicamos sobre o incêndio de grandes proporções que atingiu o Horto Floresta Navarro de Andrade em 25/09/1994.

14/10/1996	Consultor Geral,	CONDEPHAAT	Corresp.	Dando prosseguimento ao Programa de manejo florestal para 96, iniciamos o desbaste previsto para os talhões 1R ao 22R.
22/10/1996	FEPASA	CONDEPHAAT	Corresp.	Encaminhamos em anexo a correspondência DPR/0357/96 elaborada pela área florestal da FEPASA.

Comunicação IF, SMA

Ano	Procedência	Destinatário	Tipo documental	Descrição
25/08/1998	Assessoria DFEE	Diretor DFEE.	Carta/ofício	Solicitação para garantir a permanência de funcionários no Horto Florestal de RC.
14/09/1998	Gabinete do Diretor Geral da CIMP		Carta/ofício	Regularização da questão fundiária do Horto Florestal de Rio Claro.
13/10/1998	SMA/ CIMP		Despacho	Regularização da questão fundiária do Horto Florestal de Rio Claro.
16/11/1998	SMA/Instituto Florestal			Síntese sobre o Horto Florestal.
24/11/1998	Eng. Florestal EE Tupi.	SMA	Ofício	Convite para reunião técnica
27/11/1998	Eng. Florestal EE Tupi.	SMA	Ofício	Recomendação para que a Unidade de Conservação de Rio Claro deve ser enquadrada em categoria de manejo Floresta Estadual
13/01/1999	SEMA	Responsável pelo Expediente da Estação Ecológica de Tupi	Ofício	Solicita a presença em do responsável pelo Expediente da Estação Ecológica de Tupi, em reunião, para discutir a minuta do decreto de criação do Parque Estadual "Horto Edmundo Navarro de Andrade"
03/02/1999	SMA		Resolução	Fica instituído o Conselho de Apoio à Gestão do Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade
31/05/1999	Gabinete do Diretor Geral da CIMP		Portaria	Diretor geral da CIMP designa membros para constituírem o Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Manejo para a unidade de conservação de Rio Claro.
21/02/2002	HFENA	Diretor geral do Instituto Florestal.	Carta/ofício	Diagnóstico da situação atual do Horto Florestal de Rio Claro.
11/06/2002.	Governador do Estado de SP.		Decreto	Decreto 46.819 de 11 de junho de 2002. Criação da FEENA

Atas de reuniões

Data	Descrição
16/02/1978	Ata da 4ª reunião do grupo de trabalho encarregado do planejamento do Horto Florestal de Rio Claro, de propriedade da FEPASA, como Parque de dimensões regionais com funções universitárias, científicas, técnicas e turísticas
01/06/1983	Ata de reunião verificada nas dependências do Departamento Florestal, versando sobre o assunto "Apresentação do Horto ao Sr. Guilherme Motta representando o CONDEPHAAT"
20/11/1998	Ata da 1ª reunião da Comissão de Elaboração do Plano de Manejo.

Processos

Ano	No. Processo	Descrição
1977-1978	838/77	Documentos referentes a desapropriação de área do horto para construção do Centro Social Urbano
1980-1981	1625/74	Documentos referentes a responsabilização do Condephaat pelo abandono do horto

APÊNDICE B - NÍVEIS DE PRESERVAÇÃO SOBRE O ANTIGO HORTO

Ordem	Nível	Resolução/Decreto	Descrição
1	Estadual	1977 - Proc. 428/74	Tombamento paisagístico (CONDEPHAAT).
2	Estadual	1998- Resolução SMA 87 de 1998	O horto Florestal “Navarro de Andrade”, passou a compor patrimônio administrado pela SMA, enquanto Unidade de Conservação sem uma categoria definida.
3	Estadual	2002- Decreto no. 46.819/2002	Transformou o horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade” em Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” FEENA, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, prevista na Lei Federal n.º 9.985/2000, sob a administração do Instituto Florestal, órgão da SMA
4	Estadual	2006 - Decreto Estadual nº 51.453/2006	SIEFLOR e transferiu a responsabilidade da gestão de parte das Unidades de Conservação Estaduais para a Fundação Florestal.
5	Municipal	2017 - Plano Diretor	Macrozona de Proteção Ambiental; Zona Especial de Preservação do Ambiente Cultural e Urbano

Fonte: Elaborado pelo autor